



Demonstrações Financeiras

Marfrig Global Foods 2016

A Administração da Marfrig Global Foods ("Marfrig") apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Highlights

3^a

Maior produtora de carne bovina do mundo



Marca presente em mais de 80 países



Produtos reconhecidos pela qualidade *premium*

18
UNIDADES

Produtivas nos Estados Unidos, na Ásia e na Oceania



Uma das maiores fornecedoras globais de alimentos industrializados

36
MIL CLIENTES

Entre redes de restaurantes e serviço rápido de alimentação

Agradecimentos

Mesmo diante do arrefecimento do mercado brasileiro e do adverso cenário global, a equipe da Marfrig permaneceu focada na entrega de seus resultados. O meu muito obrigado a todos pelo comprometimento demonstrado durante o ano. A nossos Clientes, Fornecedores, Mercado Financeiro e Acionistas, agradeço pela confiança e parceria. Seguiremos perseguindo a excelência em servir e em criar uma das principais empresas de alimentos a nível global. A estratégia de longo prazo da Companhia seguirá pautada na busca constante de mais eficiência e inovação, numa sólida estrutura de capital e consistente geração de lucro e de caixa livre. Um excelente 2017 e tenham certeza de que, a cada ano, faremos uma Marfrig cada vez melhor!

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2016 foi um período de consolidação da organização. A empresa é hoje mais simples e focada, e permanece altamente globalizada e diversificada. Nossas ações foram pautadas na disciplina tanto operacional como financeira e, mesmo num cenário de instabilidade, mantivemos nosso compromisso com a geração positiva de caixa e manutenção dos investimentos. Ficamos felizes em servir nossos clientes com qualidade e inovação, e continuamos a reforçar nossa liderança na área de sustentabilidade e bem-estar animal. O meu agradecimento a todos que apoiam a Marfrig e reforço aqui nosso compromisso com a estratégia traçada, com foco na criação de uma empresa sólida e rentável.

Martin Arias Secco
Presidente Executivo

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o último relatório disponibilizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deve finalizar o ano com crescimento de 3,1%. A melhora na atividade dos mercados maduros foi parcialmente compensada pela desaceleração de algumas economias emergentes. O Banco Mundial, por sua vez, definiu 2016 como um ano de comércio global estagnado, investimentos tímidos e alto nível de incerteza política em diversas economias.

No Brasil, a retração do PIB na ordem de 3,5% no ano, somada ao cenário político conturbado, denotaram os desafios da economia local.

Em um ano que seguiu desafiador, a estratégia da Marfrig permaneceu pautada no seu plano estratégico "Focar para Ganhar", no qual a disciplina financeira e o desempenho operacional permaneceram sendo seu principal foco de atuação.

Com uma empresa mais simples e focada nas Divisões Keystone e Beef, a Companhia tem se consolidado como uma das principais fornecedoras de proteínas para o segmento de *food service* a nível global. O portfólio de produtos e a presença operacional da Keystone em mercados com melhor desempenho, como EUA, que alcançou níveis de pleno emprego no segundo semestre do ano e a China, cuja economia seguiu impulsionada pela continuidade de política expansionista, levaram ao resultado recorde da Keystone em 2016.

No caso da Divisão Beef, a presença nos principais mercados da América do Sul, o foco no atendimento dos canais mais resilientes de seus mercados domésticos e a capacidade em exportar para os mais diversos mercados consumidores mitigou, em parte, o ciclo de gado negativo no Brasil, a volatilidade cambial e o menor preço médio de carne bovina no mercado internacional.

No que tange sua estrutura de capital, a Marfrig deu continuidade ao processo de *Liability Management*, com objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida, e emitiu no exterior *bônus (bonds)* de 7 anos no valor total de US\$ 1 bilhão. Os recursos dessa emissão foram utilizados para recomprar e liquidar notas sêniores com vencimentos de mais curto prazo e de maior custo, cujo valor de principal foi em torno de US\$ 950 milhões.

Em outubro de 2016, a agência Fitch elevou o *rating* de crédito da companhia para "BB-" com perspectiva estável. No início de 2017, a agência Moody's revisou a perspectiva de estável para positiva, após a conversão mandatória das debêntures pelo BNDES.

Em relação aos seus principais indicadores financeiros, a receita bruta da Marfrig foi de R\$ 20 bilhões, praticamente

em linha com 2015, influenciada pela depreciação média do real e pelo maior volume de vendas da Divisão Keystone, que compensaram a queda de preços de *commodities* no mercado internacional e o menor volume de vendas da Divisão Beef.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia atingiu R\$ 1,6 bilhão, uma redução de 8,5% em relação a 2015. A margem EBITDA foi de 8,2%, com uma queda de 70 pbs. A menor margem da Divisão Beef, que seguiu em linha com a retração de margens do setor (os *spreads* de exportação, considerando o preço médio Secex e o preço médio do boi gordo de acordo com o índice ESALO, apresentaram queda de 20%) foi parcialmente compensada pelo contínuo sólido desempenho de Keystone, um dos principais fornecedores globais de produtos de proteína de valor agregado para a indústria de *food service* nos EUA e Ásia, principalmente, e que apresentou EBITDA Ajustado recorde em 2016.

Em meados de 2016 e de acordo com a estratégia de crescimento em produtos de maior valor agregado, a Divisão Keystone iniciou a construção de uma nova planta na Tailândia. Com investimentos da ordem de US\$ 34,5 milhões e capacidade de 30 mil toneladas por ano de produto processado, essa nova planta suprirá tanto o mercado regional como outros destinos de exportação como Europa e Japão.

Após anos de negociação foi firmado, em agosto de 2016, o acordo comercial entre Brasil e EUA, que permite a exportação de carne in natura para o país. O processo de habilitação dos frigoríficos foi concluído em tempo recorde pelo Ministério de Agricultura e a Marfrig Global Foods foi a primeira empresa a exportar o produto da sua unidade de Bataguassu, no Mato Grosso. Essa abertura, além de ser uma alternativa importante para as exportações brasileiras, deverá propiciar o acesso a novos mercados que seguem o protocolo do departamento de agricultura norte-americano (USDA), como Canadá e México.

O contínuo compromisso da Marfrig com o desenvolvimento sustentável, mais uma vez, trouxe importantes reconhecimentos. A Marfrig, de acordo com o relatório de auditoria anual do Pacto Greenpeace referente à compra de gado no bioma da Amazônia, foi a única empresa do setor que não teve problemas de conformidade em todas as auditorias realizadas.

Destaca-se ainda o reconhecimento de liderança na América Latina no CDP Forest (*Carbon Disclosure Program*), o qual se refere a gestão da mudança climática, meio ambiente e recursos hídricos na cadeia de valor. O compromisso assumido pela empresa de não adquirir animais de áreas embargadas pelo IBAMA e nosso monitoramento de fornecedores nos garantiu nota A, representando a liderança no segmento.



...continuação

Na carteira teórica do Ibovespa, válida para os meses de setembro a dezembro de 2016, a Marfrig ocupava a 56ª posição em liquidez, com 0,19% de participação no índice, 4 posições abaixo da carteira anterior.

Os números acima mostram que estamos no caminho correto. Eles são consequência dos esforços da Companhia em desenvolver cada vez mais seu relacionamento com seus investidores, interação constante em todos os eventos de mercado propiciando uma oportunidade para explicação de nossa estratégia, dos nossos fundamentos, do nosso compromisso com a transparência e do nosso respeito com aqueles que suportam e entendem a empresa. Reflete também as conquistas alcançadas em várias partes da Marfrig, seja no nosso movimento na direção de uma operação ligada cada vez mais a valor adicionado, disciplina financeira e um trabalho de equipe a nível global.

7. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Desde 2013, com a implantação da estratégia "Focar para Ganhar", a Marfrig mantém o contínuo fortalecimento dos pilares estratégicos do Desenvolvimento Sustentável, que permeiam as unidades de negócio e são referência para o desenvolvimento de ações locais, que em conjunto promovem e asseguram a sustentabilidade de todo sistema produtivo. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta. Os pilares que compõem a estratégia de Sustentabilidade da Companhia são (1) Clientes, (2) Fornecedores, (3) Meio Ambiente, (4) Ambiente de Trabalho, (5) Econômico e (6) Social.

Por essa posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, a Companhia assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

Alguns destaques de 2016:

- Pacto Greenpeace:** compromisso público firmado em outubro de 2009 onde a Marfrig se compromete a não comprar animais oriundos de áreas de desmatamento e/ou em conflitos com terras indígenas e/ou Unidades de Conservação, sendo submetido a auditorias anuais por empresa de auditoria independente para comprovar o cumprimento dos requisitos do acordo. Em 2016, a Marfrig mais uma vez obteve um excelente resultado, sendo a única empresa do setor com 100% de aproveitamento pelo 3º ano consecutivo; além disso, também é a única empresa com 100% de mapas georreferenciados de seus fornecedores no Bioma Amazônia.
- Rainforest Alliance Certified:** após lançar em 2015, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado *Rainforest Alliance*, o qual atende as redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais elevados padrões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e de bem estar animal e gestão da produção, em 2016 produtos com esse selo também foram disponibilizados ao consumidor brasileiro.
- The Nature Conservancy (TNC):** em 2013 foi firmada uma parceria com a ONG TNC e com o Walmart para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará. Em 2016, a carne oriunda do projeto foi apresentada ao mercado em duas lojas do Walmart em Brasília. Esse projeto será um dos destaques no relatório anual global da TNC, que é distribuído para milhares de representantes de empresas, fundações, governos e ONGs em todo o mundo.
- CDP Forest:** a Marfrig Global Foods recebeu o reconhecimento de liderança na América Latina no Programa Forest do CDP (Carbon Disclosure Program), o qual se refere a gestão da mudança climática, meio ambiente e recursos hídricos na cadeia de valor. Trata-se do reconhecimento do empenho da empresa em reduzir o desmatamento na cadeia de valor, ou seja, reduzir as emissões de CO₂ escopo 3. O compromisso assumido pela empresa em 2009, de não adquirir animais de áreas embargadas pelo IBAMA, e nosso monitoramento de fornecedores nos garantiu nota A, sendo que scores A representam a liderança no segmento.
- Bem Estar Animal:** a Divisão Beef conta com departamento exclusivo que atua intensamente na cadeia produtiva para promover bem-estar e manejo adequado. A equipe é formada por zootecnistas e médicos veterinários altamente capacitados, atuando com monitoramentos, acompanhamentos da evolução dos índices relativos ao tema, tomadas de decisão e desenvolvimento de treinamentos. Em 2016, foi criado o Comitê de Bem-estar Animal cujo objetivo é disseminar o aprendizado e compartilhar o resultado da equipe de cada uma das plantas, com foco no desenvolvimento global para o segmento.

A busca e a manutenção de procedimentos dignos de tratamento são essenciais para a qualidade e a segurança dos produtos da marca. Só assim, é possível obter a satisfação dos clientes e a melhoria contínua em todas as etapas de manejo. Por isso, a Divisão Beef tornou-se referência nos quesitos relacionados a bem-estar animal.

Já a Divisão Keystone mantém a liderança em bem estar animal através do envolvimento nos comitês de bem estar animal do "National Chicken Council" (Conselho Nacional de Frango) e da "American Association of Avian Pathologists" (Associação Americana de Patologistas Aviários), assim como o envolvimento na "Poultry Welfare Alliance" (Aliança para o Bem Estar das Aves). Também trabalhamos com um dos nossos principais clientes, McDonald's, para desenvolver e implementar orientações para o bem estar das aves antes e durante o abate.

- Unidade de San José:** no Uruguai, foi finalizada e colocada em funcionamento uma nova unidade de tratamento de efluentes, com um investimento de US\$ 2 milhões. Esta unidade é um exemplo nacional, por ser uma planta que elimina os resíduos de nitrogênio e fósforo. Além disso a planta ainda conta com laboratório próprio para controles de rotina.

Sendo referência e pioneira em seus segmentos de atuação, a Marfrig tem o princípio de garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, e publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Alicerçada em princípios de responsabilidade social, as unidades da Marfrig Global Foods desenvolvem programas relevantes em apoio às comunidades onde atua. Alguns exemplos:

- Campanhas Sociais**
 - Volta às Aulas: voltada para a arrecadação de materiais escolares;
 - Agasalho: voltada para a arrecadação de agasalho;
 - Arrecadação de Alimentos;
 - Novembro Azul: campanha de conscientização, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata;
 - Outubro Rosa: campanha de conscientização com o objetivo principal de alertar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;
 - Contra a Discriminação.

• KEYSTAR

Em junho de 2015 foi lançado o programa global filantrópico Keystone Cares, estruturado para focar e ampliar o impacto local das contribuições da companhia com orientações definidas e uma política de doação de alimentos. Keystone Cares está focado em três áreas: Nutrição da População, Suporte à Comunidade Local e Atenuação do Impacto de Desastres Ambientais. Para mais informações, acesse: <http://www.keystonefoods.com/corporate-social-responsibility/keystar>.

9. GESTÃO DE PESSOAS

O desempenho dos negócios da Marfrig Global Foods é resultado do trabalho dos seus 29.203 funcionários localizados nos diversos países em que possui presença. Dessa forma, a Companhia busca apoiar seus profissionais no desenvolvimento de suas carreiras por meio de boas práticas de atração, retenção, desenvolvimento de talentos, e considerando também a promoção da diversidade no local de trabalho.

Quantidade de Colaboradores por Unidade de Negócio

	2016	2015	Variação (%)
Holding	51	77	(33,7%)
Beef	17.464	18.207	(4,0%)
Keystone	11.688	11.992	(2,5%)
Total	29.203	30.276	(3,5%)

Faturamento Líquido por Colaborador/ano R\$ 662 mil R\$ 624 mil

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Martin Secco Arias
Diretor Presidente

Jose Eduardo de Oliveira Miron
Diretor Administrativo e Financeiro e DRI

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado			Reclassificado	Reclassificado		
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	Circulante		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368	Fornecedores	16	739.179	613.905	1.853.426	1.734.425
Aplicações financeiras	5	1.515.911	1.601.157	1.986.936	3.373.842	Fornecedores risco sacado	17	149.331	84.566	149.331	84.566
Valores a receber - clientes nacionais	6	149.013	141.626	396.887	528.010	Pessoal, encargos e benefícios sociais	18	137.126	90.591	346.837	338.015
Valores a receber - clientes internacionais	6	326.458	306.212	393.581	475.707	Impostos, taxas e contribuições	19	91.855	53.117	175.801	182.961
Estoques de produtos e mercadorias	7	518.292	463.066	1.257.616	1.496.964	Empréstimos e financiamentos	20	823.017	518.341	1.198.039	1.772.411
Ativos biológicos	8	-	-	112.454	160.174	Títulos a pagar	23	306.056	190.397	372.607	323.645
Tributos a recuperar	9	1.075.882	785.249	1.240.328	1.289.571	Arrendamentos a pagar	22	2.808	5.491	11.936	38.166
Despesas do exercício seguinte		8.005	7.191	132.242	197.733	Juros sobre debêntures	21	297.870	278.114	256.563	236.807
Títulos a receber	10	267.479	890.152	353.548	48.034	Antecipações de clientes	24	590.470	365.709	695.046	378.304
Adiantamentos a fornecedores		9.184	8.874	23.988	45.274	Instrumento mandatário conversível em ações		2.147.392	-	2.147.392	-
Ativos mantidos para venda		-	188.664	-	529.981	Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		-	4.825	-	163.711
Outros valores a receber		15.979	6.173	113.893	66.797	Outras obrigações		47.667	35.215	175.991	153.638
		4.282.484	4.675.346	9.303.178	9.842.455			5.332.771	2.240.271	7.382.969	5.406.649
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	851	911	Empréstimos e financiamentos	20	258.959	415.457	9.695.799	10.112.889
Depósitos judiciais		64.085	35.476	65.427	50.834	Impostos, taxas e contribuições	19	722.203	534.784	723.435	699.116
Títulos a receber	10	537.282	415.596	96.768	360.868	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	269.616	294.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.944.363	1.329.137	2.135.395	1.657.342	Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	25	76.991	45.289	87.739	46.219
Tributos a recuperar	9	1.684.696	1.396.893	1.723.660	1.595.672	Arrendamentos a pagar	22	664	3.286	26.560	23.520
Outros valores a receber		10.279	2.887	41.493	53.036	Debêntures a pagar	21	569.935	569.876	-	-
		4.240.705	3.179.989	4.063.594	3.718.663	Títulos a pagar	23	9.243.201	10.212.499	488.261	931.474
						Antecipações de clientes		-	2.129.720	-	2.129.720
						Instrumento mandatário conversível em ações	24	-	-	108.174	115.577
						Outros		-	-	-	-
								10.871.953	13.910.911	11.775.032	14.353.198
Investimentos	13	4.728.591	6.178.722	16.268	26.024	Patrimônio líquido					
Imobilizado	14	2.487.214	1.837.551	4.009.397	4.311.263	Capital social	27.1	5.278.127	5.276.678	5.278.127	5.276.678
Ativos biológicos	8	-	-	51.236	59.804	(-) Gastos com emissão de ações	27.1	(108.210)	(108.210)	(108.210)	(108.210)
Intangível	15	1.372.346	922.832	2.815.130	2.645.270	Reserva de capital		184.642	184.642	184.642	184.642
		8.588.151	8.939.105	6.892.031	7.042.361	Emissão de ações ordinárias		184.800	184.800	184.800	184.800
		12.828.856	12.119.094	10.955.625	10.761.024	Aquisição de ações em controladas		(158)	(158)	(158)	(158)
						Reservas de lucros		40.122	39.580	40.122	39.580
						Reserva legal	27.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
						Retenção de lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
						Ações em tesouraria	27.2.2	(12)	(554)	(12)	(554)
						Ações em tesouraria canceladas	27.2.2	(11.690)	(11.690)	(11.690)	(11.690)
						Outros resultados abrangentes		27.3	(241.972)	(1.174.029)	(241.972)
						Ajuste de avaliação patrimonial	27.3.1	(2.054.151)	(3.913.161)	(2.054.151)	(3.913.161)
						Ajuste acumulado de conversão	27.3.2	1.812.179	2.830.019	1.812.179	2.830.019
						Valores no patrimônio líquido relacionados a ativos mantidos para venda	27.3.3	-	(90.887)	-	(90.887)
						Prejuízos acumulados		(4.246.093)	(3.575.403)	(4.246.093)	(3.575.403)
						Patrimônio líquido de controladores		906.616	643.258	906.616	643.258
						Participação de não controladores	27.6	-	-	194.186	200.374
Total do ativo		17.111.340	16.794.440	20.258.803	20.603.479	Total do passivo e patrimônio líquido		17.111.340	16.794.440	20.258.803	20.603.479

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado 2016	Acumulado 2015	Acumulado 2016	Acumulado 2015
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	28	5.961.249	6.063.412	19.333.453	19.549.362
Lucro bruto	29	(5.073.028)	(5.063.579)	(17.157.379)	(17.249.936)
Recargas (despesas) operacionais		888.221	1.019.833	2.176.000	2.296.426
Comerciais	29	(750.954)	(773.565)	(1.162.910)	(1.265.223)
Administrativas e gerais	29	(348.846)	(295.617)	(599.748)	(571.661)
Resultado com equivalência patrimonial		(99.209)	(61.334)	(447.711)	(420.318)
Outras receitas (despesas) operacionais		65.810	(432.389)	(6.434)	(23.760)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(368.739)	15.775	(109.017)	(249.484)
Resultado financeiro		137.237	246.268	1.013.170	1.034.203
Receitas financeiras	30	(1.358.186)	(2.370.306)	(2.034.710)	(3.099.427)
Variação cambial ativa		371.967	148.816	483.814	596.213
Despesas financeiras		1.391.307	1.583.030	1.820.651	2.037.403
Variação cambial passiva		(1.717.440)	(1.823.627)	(2.439.544)	(2.642.774)
Resultado líquido no exercício das operações continuadas		(1.404.020)	(2.278.525)	(1.899.631)	(3.090.269)
Prejuízo antes dos efeitos tributários		(1.220.949)	(2.124.038)	(1.021.540)	(2.065.224)
Imposto de renda e contribuição social		494.517	699.921	341.517	688.222
Imposto de renda corrente e diferido	36	364.098	514.648	221.480	489.071
Contribuição social corrente e diferida	36	130.419	185.273	120.037	199.151
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas		(726.432)	(1.424.117)	(680.023)	(1.377.002)
Resultado líquido no exercício antes das participações		47.227	838.095	47.256	838.095
Resultado líquido atribuído a:		(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada		(726.432)	(1.424.117)	(726.432)	(1.424.117)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada		47.227	838.095	47.227	838.095
Participação do acionista controlador - Total		(679.205)	(586.022)	(679.205)	(586.022)
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada		-	-	46.409	47.115
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		-	-	29	-
Participação dos acionistas não-controladores - Total		-	-	46.438	47.115
Prejuízo líquido no exercício das operações descontinuadas		(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação continuada	32				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)															
	Atribuído à participação dos acionistas controladores							Outros resultados abrangentes							
	Reservas de lucros							Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda							
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2014	5.276.678	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(3.685)	(11.690)	(1.713.198)	1.275.127	-	(2.998.023)	1.953.465	1.953.465	118.260	2.071.725
Varição cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(2.332.809)	-	(102.851)	(2.435.660)	(2.435.660)	34.999	(2.400.661)	
Varição cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	1.554.892	-	11.964	1.566.856	1.566.856	-	1.566.856	
Realização de Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.642)	-	-	8.642	-	-	-	
Reclassificação entre contas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	137.180	-	-	137.180	137.180	-	137.180	
Operações de Proteção à Risco de Taxa de Juros Controladora e reflexo de Controladas	-	-	-	-	-	-	-	4.308	-	-	4.308	4.308	-	4.308	
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	3.131	-	-	-	-	3.131	3.131	-	3.131	
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(586.022)	(586.022)	(586.022)	47.115	(538.907)	
Em 31 de dezembro de 2015	5.276.678	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(554)	(11.690)	(3.913.161)	2.830.019	(90.887)	(3.575.403)	643.258	643.258	200.374	843.632
Aumento de capital	1.449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.449	1.449	-	1.449	
Varição cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	1.867.021	-	102.852	1.969.873	1.969.873	(52.626)	1.917.247	
Varição cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	(1.017.840)	-	(11.965)	(1.029.805)	(1.029.805)	-	(1.029.805)	
Realização de Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.515)	-	-	8.515	-	-	-	
Operações de Proteção à Risco de Taxa de Juros Controladora e reflexo de Controladas	-	-	-	-	-	-	-	504	-	-	504	504	-	504	
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	542	-	-	-	-	542	542	-	542	
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(679.205)	(679.205)	(679.205)	46.438	(632.767)	
Em 31 de dezembro de 2016	5.278.127	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(12)	(11.690)	(2.054.151)	1.812.179	-	(4.246.093)	906.616	906.616	194.186	1.100.802

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015		Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015
Resultado do exercício	(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)	Prejuízo no exercício das operações continuadas	(726.432)	(1.424.117)	(726.432)	(1.424.117)
Varição cambial sobre os investimentos líquidos	1.969.873	(2.435.660)	1.969.873	(2.435.660)	Itens de resultado que não afetam o caixa	134.798	1.045.487	1.580.580	2.386.807
Varição cambial sobre conversão de balanço	(1.029.805)	1.566.856	(1.029.805)	1.566.856	Depreciação	137.879	119.004	357.050	349.229
Total do resultado abrangente do exercício	260.863	(1.454.826)	307.301	(1.407.711)	Amortização	26.116	12.313	107.719	85.156
Atribuído a:					Participação dos acionistas não controladores	-	-	46.409	47.115
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	213.636	(2.292.921)	213.636	(2.292.921)	Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	11.558	5.174	37.418	9.320
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	47.227	838.095	47.227	838.095	Tributos diferidos	(494.516)	(699.922)	(443.753)	(736.225)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	260.863	(1.454.826)	260.863	(1.454.826)	Resultado com equivalência patrimonial	(65.810)	432.389	6.434	23.760
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	46.409	47.115	Varição cambial sobre financiamentos	(101.198)	730.037	(99.306)	717.985
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada	-	-	29	-	Varição cambial sobre contas de ativo e passivo	113.911	(34.542)	178.286	334.880
Participação dos acionistas não-controladores - Total	-	-	46.438	47.115	Despesas de juros sobre dívidas financeiras	99.078	167.515	887.669	996.273
					Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	868	806	2.117	2.417
					Despesas de juros sobre debêntures	363.995	343.314	277.330	257.362
					Custo na emissão de operações financeiras	28.623	21.518	200.423	120.077
					Ajuste a valor presente dos arrendamentos	850	(580)	850	(580)
					Estimativa de não realização de estoque	5.000	12.000	4.087	11.979
					Perda com valor não recuperável	-	-	-	184.450
					Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5.994	809	7.198	(2.463)
					Perda de compra vantajosa	-	(75.193)	-	(75.193)
					Baixa de ativo fixo	2.450	10.649	10.649	61.265
					Mutações patrimoniais	1.154.059	2.838.103	821.813	1.092.158
					Contas a receber de clientes	198.309	37.043	584.591	270.259
					Estoques e ativo biológico corrente	45.490	233.025	159.519	160.468
					Depósitos judiciais	(9.673)	13.898	(14.112)	13.823
					Pessoal, encargos e benefícios sociais	19.025	30.685	15.523	34.869
					Fornecedores e fornecedores risco sacado	119.425	172.342	445.996	93.484
					Tributos correntes e diferidos	(51.878)	(13.191)	(121.223)	58.589
					Títulos a receber e a pagar	838.536	2.230.395	(231.550)	130.958
					Outras contas ativas e passivas	(6.175)	133.906	(16.931)	329.438
					Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	562.425	2.459.473	1.675.961	2.054.848
					Atividades de investimentos				
					Investimentos	(113.071)	(141.517)	(61.283)	(42.416)
					Efeito líquido da incorporação	21.110	-	-	-
					Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(155.728)	(226.935)	(453.917)	(400.199)
					Aplicações no ativo intangível	(6.559)	(3.534)	(10.882)	(4.659)
					Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(254.248)	(371.986)	(526.082)	(447.274)
					Atividades de financiamentos				
					Dividendos recebidos	20.386	794.580	-	-
					Juros liquidados Debêntures/Bonds	(344.240)	(298.161)	(986.039)	(838.892)
					Empréstimos e financiamentos	105.246	(1.579.570)	605.104	(3.260.342)
					Empréstimos obtidos	1.870.230	2.271.732	7.403.837	6.873.024
					Empréstimos liquidados	(1.764.984)	(3.851.302)	(6.798.733)	(10.133.366)
					Arrendamento a pagar	(7.023)	4.432	(18.109)	(15.915)
					Arrendamentos obtidos	-	8.866	19.095	35.129
					Arrendamentos liquidados	(7.023)	(4.434)	(37.204)	(51.044)
					Instrumento mandatário conversível em ações	(7.589)	(9.651)	(7.589)	(9.651)
					Ações em tesouraria	542	3.131	542	3.131
					Aumento de Capital	1.449	-	1.449	-
					Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(231.229)	(1.085.239)	(404.642)	(4.121.669)
					Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(80.380)	118.732	(539.287)	512.369
					Operações descontinuadas líquido de caixa (Nota Explicativa 38)	37.485	(86.258)	68.481	4.347.139
					Fluxo de caixa do exercício	34.053	1.034.722	274.431	2.345.413
					Caixa e equivalentes de caixa				
					Saldo final	1.912.192	1.878.139	5.278.641	5.004.210
					Saldo inicial	1.878.139	843.417	5.004.210	2.658.797
					Varição do exercício	34.053	1.034.722	274.431	2.345.413

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015
Receitas	6.296.178	6.347.398	19.809.754	20.034.023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.307.405	6.348.207	19.797.232	19.984.304
Outras Receitas	-	-	20.864	28.090
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(11.227)	(809)	(8.342)	21.629
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	4.718.976	4.734.986	15.107.391	17.119.597
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	4.009.360	3.801.335	12.484.556	14.278.843
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	709.616	933.651	2.614.042	2.806.200
Perda/Recuperação de valores ativos	-	-	8.793	34.554
Valor adicionado bruto	1.577.202	1.612.412	4.702.363	2.914.426
Depreciação e amortização	163.995	131.317	464.769	434.385
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.413.207	1.481.095	4.237.594	2.480.041
Valor adicionado recebido em transferência	1.399.152	2.451.757	1.944.522	6.239.192
Resultado de equivalência patrimonial	65.810	(432.389)	(6.434)	(23.760)
Receitas financeiras e variação cambial ativa	1.763.274	1.731.846	2.304.465	2.633.616
Outros (Incluindo Operação Descontinuada)	(429.932)	1.152.300	(353.509)	3.629.336
Valor adicionado total a distribuir	2.812.359	3.932.852	6.182.116	8.719.233
Distribuição do valor adicionado	2.812.359	3.932.852	6.182.116	8.719.233
Pessoal	453.291	442.130	2.221.120	2.183.555
Remuneração direta	366.618	357.867	1.834.647	1.806.683
Benefícios	59.765	63.410	351.930	347.716
FGTS	26.908	20.853	34.543	29.156
Impostos, taxas e contribuições	(237.250)	(5.572)	11.882	83.024
Federais	(476.414)	(192.982)	(317.691)	(215.483)
Estaduais	238.985	187.366	327.733	297.831
Municipais	179	44	1.840	676
Remuneração de capitais de terceiros	3.275.523	4.082.316	4.581.881	6.991.561
Juros	3.121.460	4.102.152	4.339.175	5.733.043
Aluguéis	41.728	56.728	69.543	63.660
Outras (Incluindo Operação Descontinuada)	112.335	(76.564)	173.163	1.194.858
Remuneração de Capitais Próprios	(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)
Prejuízo do exercício das operações	(679.205)	(586.022)	(679.205)	(586.022)
Participação dos não controladores	-	-	46.438	47.115

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continuação

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Substitui a norma IAS 39 e remete algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo com os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionados ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - Arrendamento - Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019.

IAS 12 - Imposto de Renda - Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2017.

IAS 7 - Fluxo de Caixa - Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2017.

Atualizações - IFRS 3 - Combinações de negócios e IFRS 11 - Negócios em conjunto - O IASB publicou consulta pública, para alteração às duas normas, para esclarecer a definição de um negócio e como contabilizar as participações anteriormente detidas.

3.2. Demonstrações contábeis consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas Controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

As demonstrações contábeis das Companhias Controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

3.3. Reclassificação na demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Em 21 de junho de 2015, a Companhia divulgou como fato relevante um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças com a JBS S.A., por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Marfrig da totalidade da participação societária que detinha na *Moy Park Holdings Europe Ltd.*, Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park" à JBS S.A. Em 28 de setembro de 2015 a venda foi efetivamente concluída com todas as condições e aprovações necessárias para o fechamento da transação.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade MF Foods USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócio Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações. Não houve reclassificação para Marfrig Argentina S.A., conforme informações nota explicativa nº 11.

Na data de 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização dos ativos da empresa MFG Agropecuária Ltda. para venda, pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef, ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. Para atender aos requerimentos previstos na NBC TG 31/R3 e para fins de comparação a Companhia e suas subsidiárias representaram as demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações dos resultados abrangentes e as notas explicativas de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3.4. Reclassificação do Balanço Patrimonial e Notas Explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos
O balanço Patrimonial e as notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, referentes à data-base 31 de dezembro de 2015, estão sendo reclassificados em atendimento a NBC TG 32/R3 - Tributos sobre o Lucro, o qual permite a compensação de ativos fiscais diferidos com passivos fiscais diferidos na mesma entidade tributável.

A Companhia procedeu a reclassificação dos tributos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2015, no montante consolidado de R\$ 312.470, anteriormente classificado no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Passivo não circulante, para a rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo não circulante.

A tabela a seguir resume os impactos no balanço patrimonial individual da Controladora:

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
31 de dezembro de 2015			
Imposto de renda diferido	1.042.051	(66.000)	976.051
Contribuição social diferida	376.846	(23.760)	353.086
Total de ativos	1.418.897	(89.760)	1.329.137
Imposto de renda diferido	66.000	(66.000)	-
Contribuição social diferida	23.760	(23.760)	-
Total de passivos	89.760	(89.760)	-
Total impostos diferidos	1.329.137	-	1.329.137

A tabela a seguir resume os impactos no balanço patrimonial consolidado da Companhia:

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
31 de dezembro de 2015			
Imposto de renda diferido	1.519.126	(282.318)	1.236.808
Contribuição social diferida	450.686	(30.152)	420.534
Total de ativos	1.969.812	(312.470)	1.657.342
Imposto de renda diferido	577.001	(282.318)	294.683
Contribuição social diferida	30.152	(30.152)	-
Total de passivos	607.153	(312.470)	294.683
Total de impostos diferidos	1.362.659	-	1.362.659

A reclassificação não afetou as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos	390.293	259.187	3.283.625	1.487.624
Equivalentes de caixa	5.988	17.795	8.080	142.744
	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e Bancos:				
Reais	81.151	31.564	82.200	36.379
Dólar Norte-americano	290.584	215.805	2.670.410	1.056.741
Euro	24.546	29.613	103.429	68.814
Libra Esterlina	-	-	4.739	21.220
Ringgit Malásia	-	-	20.147	53.300
Yuan Chinês	-	-	249.275	211.195
Dólar Australiano	-	-	30.134	18.445
Thai Baht (Tailândia)	-	-	57.928	65.871
Won Sul Coreano	-	-	35.271	46.546
Dólar Hong Kong	-	-	6.645	29.940
Peso Urugualo	-	-	19.897	13.978
Peso Chileno	-	-	5.006	7.636
Peso Argentino	-	-	6.541	-
Outros	-	-	83	303
	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Aplicações financeiras	1.515.911	1.601.157	1.987.787	3.374.753
	1.515.911	1.601.157	1.987.787	3.374.753

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a.%		Controladora	
			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	-	Real	13,34%	256.703	165.328	
Operações Compromissadas	-	Real	12,97%	317.142	294.265	
Depósito Remunerado	0,56	Dólar	2,63%	805.674	933.900	
Título de Renda Fixa	-	Real	13,65%	20.897	72.922	
CLN (2)	0,55	Dólar	1,00%	98.000	117.279	
FIDC	0,46	Real	17,13%	17.495	17.463	
Total				1.515.911	1.601.157	
Total circulante				1.515.911	1.601.157	

	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a.%		Consolidado	
			31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	-	Real	13,30%	257.489	196.804	
Operações Compromissadas	-	Real	12,97%	317.142	294.265	
Operações Compromissadas	-	Peso	24,00%	2.270	-	
Operações Compromissadas	-	Dólar	-	7.434	-	
Depósito Remunerado	-	Real	-	124	184	
Depósito Remunerado	0,56	Dólar	2,63%	805.674	933.900	
Time Deposit	-	Dólar	-	-	1.322.636	
CLN (2)	0,55	Dólar	1,00%	195.969	247.246	
FIDC	0,46	Real	17,63%	17.494	17.463	
Títulos de Renda Fixa	-	Real	13,65%	20.897	72.922	
Títulos de Renda Fixa	-	Dólar	5,69%	363.294	289.333	
Total				1.987.787	3.374.753	
Total circulante				1.986.936	3.373.842	
Total não circulante				851	911	

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;
(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

Os Certificados de Depósitos Bancários são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixadas e rendem em média de 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações compromissadas

Operações que têm por base sobras de caixas diárias que são efetuadas em reais, dólares e pesos argentinos, e remuneradas a taxas situadas entre 95% a 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Depósito remunerado

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em reais e dólares, remuneradas a taxas pré-fixadas e mensuradas por meio do custo amortizado.

5.4. Time Deposit - Depósito ao prazo fixo

São aplicações com taxas pré-fixadas, em instituições financeiras de primeira linha no mercado internacional.

5.5. CLN - Credit Linked Note

As *Credit Linked Notes* - CLN constituem um instrumento financeiro usado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizada para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme nota explicativa nº 20.2. Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacional emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez, são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 1,00% a.a. e são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

5.6. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditórios.

5.7. Títulos de Renda Fixa

São aplicações em títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas.

6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Valores a receber - clientes nacionais	149.013	141.626	396.887	528.010
Valores a receber - clientes internacionais	326.458	765.030	393.581	934.525
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	-	(458.818)	-	(458.818)
	475.471	447.838	790.468	1.003.717
Valores a vencer:	398.224	772.870	415.359	864.559
Valores vendidos:				
de 1 a 30 dias	44.543	33.465	242.890	286.453
de 31 a 60 dias	28.778	94.282	99.045	262.419
de 61 a 90 dias	3.926	6.039	33.174	49.104
acima de 90 dias	19.441	8.214	29.368	21.026
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	-	(458.818)	-	(458.818)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(19.441)	(8.214)	(29.368)	(21.026)
	475.471	447.838	790.468	1.003.717

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vendidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável. A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação das perdas estimadas para créditos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(8.214)	(21.026)
Estimativa constituída no exercício	(9.018)	(13.280)
Estimativa revertida no exercício	3.024	2.568
Créditos baixados definitivamente da posição	-	1.721
Variação cambial	-	990
Incorporação de subsidiária	(5.233)	-
Reversão pela alienação de investimentos	-	(341)
	(19.441)	(29.368)

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda a prazo no mercado interno, no montante de R\$ 160 milhões (principal), sendo R\$ 16 milhões constituídos por colas subordinadas mezanino. Em 31 de dezembro de 2016, havia R\$ 128.513 de faturas negociadas com o fundo IRRFG.

Em dezembro de 2016, a subsidiária integral da Companhia, *Keystone Foods Intermediate LLC*, estruturou um programa de venda de recebíveis, sem regresso, junto a instituição financeira de primeira linha nos EUA. O principal objetivo do programa é a conversão em caixa das vendas a prazo originadas no mercado dos EUA. O programa de securitização, tem o propósito de negociar até US\$ 60 milhões (R\$ 196 milhões), e está estruturado em um contrato com vencimento em 3 anos. Neste programa a companhia recebe até 90% do saldo total negociado de recebíveis elegíveis, segundo regras do programa, limitado a capacidade contratual, sendo 10% considerados como taxa da operação. Em 31 de dezembro de 2016, o montante negociado no programa foi de US\$ 53,6 milhões (R\$ 174,4 milhões).

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Produtos acabados	514.254	464.600	962.775	1.166.483
Matérias-primas	-	-	206.992	231.376
Embalagens e Almoarifados	34.604	24.572	121.544	129.194
(-) Perdas estimadas	(30.566)	(25.566)	(33.695)	(30.089)
	518.292	463.606	1.257.616	1.496.964

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(25.566)	(30.089)
Reversão de estimativas	7.000	7.913
Constituição de estimativas	(12.000)	(12.024)
Ganhos(perdas) na conversão	-	505
	(30.566)	(33.695)

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Consolidado	
	Reclassificado	31/12/15
Corrente		31/12/16
Ativo biológico - bovinos		2.382
Ativo biológico - aves		110.072
Total ativo biológico corrente		112.454
Não corrente		
Ativo biológico - aves		51.236
Total ativo biológico não corrente		51.236
Total ativo biológico		163.690

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

continuação

10.1. Partes relacionadas

As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas aos acionistas controladores, mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2016:

31 de dezembro de 2016	Controladora 2016					
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Cledinor S.A.	-	11.037	-	-	8.937	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	6.981	-	-	9.755	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	9.277	101	34.012	11.805	-
Inaler S.A.	-	6.230	-	-	9.980	-
MF Foods USA Inc.	-	-	-	-	-	269
Marfrig Argentina S.A.	-	3.812	258.267	-	11.150	-
Marfrig Chile S.A.	28.011	977	-	-	6.205	236.462
Marfrig Holdings (Europe) BV	-	-	45	7.541.579	-	134.579
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	12	316.271	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	-	-	-	-	304.983	285.423
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	13	15.761	7.839	34.559	-
Pampeano Alimentos S.A.	44.480	509	245.559	-	811	166.329
Keystone Foods UK Limited	100.672	-	112.084	871.278	-	71.390
Keystone Foods International Limited	2.976	-	38.822	9.091	-	-
Acionistas controladores	-	1.618	46.740	-	3.365	-
	176.139	40.454	717.391	8.780.070	401.550	894.452

31 de dezembro de 2015	Controladora 2015						Ativo mantido para venda	Adiantamento de cliente
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas		
Cledinor S.A.	-	42.271	-	-	11.245	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	18.034	-	-	8.631	-	-	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	26.521	1.148	25.615	11.013	-	-	-
Inaler S.A.	-	19.472	-	-	8.431	-	-	-
MF Foods USA Inc.	-	-	-	-	-	685	-	-
Marfrig Argentina S.A.	-	-	-	-	-	376.464	-	-
Marfrig Chile S.A.	3.418	376	-	-	5.424	199.906	-	-
Marfrig Holdings (Europe) BV	5.412	-	38.637	8.671.032	-	5.336	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	51.536	670.643	-	-	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	110.947	38.513	1.005.319	-	471.404	361.233	-	-
MFG Agropecuária Ltda.	-	-	-	-	217.701	-	-	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	13	141	1.953	12.805	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	19.886	162	192.823	-	161.949	-	-	-
Acionistas controladores	-	1.618	-	-	16.754	-	10.869	-
	139.663	146.980	1.289.604	9.369.243	763.408	728.424	377.149	10.869

Acionistas controladores	Saldo em aberto		Reconhecidos no resultado		Receitas		Despesas	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Pessoal-chave da Administração	43	31	371	1.041	56	59	3.373	3.226
Outras partes relacionadas	14	121	97.718	-	120	2.270	192.904	-
	65.435	9	1.618	12.840	26	15	3.365	14.208

Os acionistas controladores detêm quotas em outras entidades que conduziram negócios com o Grupo Marfrig e o valor agregado das transações está representado no quadro acima como "outras partes relacionadas". As transações são majoritariamente relacionadas a venda de animais para abate. Estas transações são realizadas em condições de mercado dentro de diretrizes internas formalmente estabelecidas pela Companhia, e são verificadas pela administração da Companhia de forma periódica para atestar sua adequabilidade às condições mercadológicas.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A., Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se comprometeu vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irretroatável. A transação foi aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.

Estes ativos foram transacionados a valor de mercado e, no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado desde o 2º ITR de 2014, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraídos os valores pagos pelo acionista controlador até 4º ITR de 2015. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador.

O acionista controlador quitou integralmente o contrato no último trimestre de 2015.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avaliaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia. A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avaliistas.

Em 19 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração deliberou entre outras ordens que a Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores (artigo 26 do Estatuto Social) para atos e operações com valores de até R\$ 500 milhões ou de até US\$ 200 milhões, a depender da moeda em que a operação for realizada.

Para os atos e operações cujo os valores sejam superiores a R\$ 500 milhões ou a US\$ 200 milhões de dólares norte-americanos, faz-se necessário a aprovação do Conselho de Administração.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (Controladora e Controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela Controladora. Nas transações com empresas Controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (London Interbank Offered Rate) de 6 (seis) meses.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.

As operações entre as empresas Controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

11. ALIENAÇÃO DE ATIVOS**• Alienação do negócio Beef Jerky**

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos da controlada Marfood USA, Inc. (pertencente ao negócio Marfrig Beef) para alienação, bem como autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

Em 30 de janeiro de 2016, a Companhia concluiu a alienação do negócio *beef jerky*, fomentado pela Marfood USA, Inc., a empresa The Classic Jerky Company, subsidiária do grupo Link Snacks Inc., pelo valor de US\$ 3,1 milhões (R\$ 12,7 milhões na data da transação). O efeito desta alienação no resultado das operações descontinuadas foi uma perda de R\$ 1,1 milhões, o que não representa um impacto relevante no período.

Após a alienação do negócio *beef jerky*, a Marfood USA, Inc., estruturada com a razão social MF Foods USA, Inc., atuará na comercialização de produtos frigoríficos (carne enlatada e carne sem refrigeração para beneficiamento) no mercado norte americano e região, visando manter a capilaridade de atendimento do grupo neste segmento.

• Alienação de unidades na Argentina

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos da unidade de negócio Marfrig Argentina S.A., pertencente ao segmento de negócios Marfrig Beef, para alienação, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento desta deliberação.

Em 6 de abril de 2016, a Marfrig comunicou ao mercado, por meio de Fato Relevante, a celebração de contrato de venda ("Transação") de determinadas unidades na Argentina com a Black Bamboo Enterprises S.A. (Grupo Foresun - República Popular da China).

13.1. Investimentos (Controladora)

Valor dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2016:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de participação no capital votante	País	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	Patrimônio Líquido conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	-	-	Brasil	-	-	(37.562)	-
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Chile	81.076	119.240	500.875	579.798
Inaler S.A.	66.247.320	100,00	Uruguai	4.781	35.695	74.780	130.185
Frigorífico Tacuarembó S.A.	163.442.679	99,95	Uruguai	20.836	181.881	53.219	181.064
Masplén Ltd.	5.050	100,00	Ilha Jersey	12.031	(9.616)	(17.919)	(14.394)
Prestcott International S.A.	79.638.916	100,00	Uruguai	9.523	84.371	7.667	84.371
Establecimientos Colonia S.A.	80.647.477	100,00	Uruguai	85.555	31.970	(9.384)	31.801
MF Foods USA, Inc.	50.000	100,00	EUA	-	-	43.751	-
Marfrig Overseas Ltd.	1	100,00	Ilhas Cayman	-	(157.463)	(214.800)	(157.463)
Marfrig Argentina S.A.	1.133.456.948	99,94	Argentina	537.267	(109.320)	10.685	(109.278)
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	149.985	99,99	Brasil	-	(4.099)	(3.276)	(4.099)
Marfrig Holdings (Europe) BV	426.843	100,00	Holanda	1.518.464	2.878.579	238.514	2.878.579
Marfrig Peru S.A.C.	5.000	100,00	Peru	6	(361)	41	(361)
Keystone Foods (UK) Limited	2.001	100,00	Reino Unido	924.307	479.525	15.825	479.525
Keystone Foods International Limited	2.001	100,00	Reino Unido	463.856	1.204.586	18.941	1.204.586
Total				3.657.702	4.734.988	119.156	4.728.581

O quadro a seguir apresenta um sumário das demonstrações financeiras em empresas Controladas:

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1)
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	-	-	-	1.684.659	(37.562)
Marfrig Chile S.A.	250.414	131.172	596	527.432	24.981
Inaler S.A.	191.766	156.071	-	410.094	(11.652)
Frigorífico Tacuarembó S.A.	414.442	232.561	91	789.841	53.193
Masplén Ltd.	344.822	354.437	-	382.163	(17.919)
Prestcott International S.A.	188.175	103.804	-	402.080	7.667
Establecimientos Colonia S.A.	260.041	228.071	-	545.337	(9.384)
MF Foods USA, Inc.	-	-	-	85.661	43.751

13.2. Movimentação dos investimentos (Controladora)

Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das Controladas.

	Saldo Contábil em 31/12/2015	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Aquisição/Baixa	Reclassificações (2)	(Redução)/Aumento de capital	Resultado da Equivalência Patrimonial (1)	Operação descontinuada	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2016
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. (4)	305.947	-	(268.385)	-	-	(37.562)	-	-	-
Marfrig Chile S.A.	110.427	-	-	-	-	24.926	-	(16.798)	118.555
Inaler S.A.	66.594	(31)	-	-	-	(11.650)	-	(9.719)	35.695
Frigorífico Tacuarembó S.A.	219.081	(167)	-	-	-	53.545	-	(38.907)	181.064
Masplén Ltd.	8.301	-	-	-	-	(22.697)	-	2	(14.394)
Prestcott International S.A.	118.601	(70)	-	-	-	7.667	-	(20.059)	84.371
Establecimientos Colonia S.A.	49.200	-	-	-	-	(9.553)	-	(7.846)	31.801
MF Foods USA, Inc.	-	630	50.746	(118.739)	-	43.751	-	23.612	-
Marfrig Overseas Ltd.	55.402	-	-	-	-	(214.800)	-	1.935	(157.463)
Marfrig Argentina S.A.	-	(15.562)	-	(133.656)	18.372	(34.879)	48.516	7.931	(109.278)
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	(823)	-	-	-	-	(3.276)	-	-	(4.099)
Marfrig Holdings (Europe) BV (3)	5.246.322	32.800	(1.723.977)	-	-	238.514	-	(915.080)	2.878.579
Marfrig Peru S.A.C.	(465)	-	-	-	-	41	-	63	(361)
Keystone Foods (UK) Limited (3)	-	376	485.864	-	-	15.825	-	(22.540)	479.525
Keystone Foods International Limited (3)	-	-	1.238.164	-	-	18.941	-	(52.519)	1.204.586
Total	6.178.587	17.976	(217.588)	(252.395)	18.372	(83.755)	48.516	(1.049.925)	4.728.581

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

(2) O valor apresentado corresponde à reclassificação de investimento anteriormente classificado como ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

(3) Em novembro de 2016 as Empresas Keystone Foods UK Limited e Keystone Foods International Limited, por meio de um processo de reestruturação, foram transferidas da Marfrig Holdings (Europe) BV para a Marfrig Global Foods. Com isso, o Grupo Keystone torna-se um investimento direto da Controladora.

(4) Empresa incorporada pela Controladora em Outubro de 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 13.5.

As unidades estão localizadas em a) Hughes (Província de Santa Fé); b) Vivotará (Província de Buenos Aires); c) Unquillo (Província de Córdoba); e; d) Monte Ralo (Província de Córdoba).

O valor total da Transação é de cerca de US\$ 75 milhões e o pagamento será faseado. O pagamento inicial de US\$ 34,0 milhões (R\$ 121,2 milhões) ocorreu na mesma data, mediante a entrega da unidade de Hughes. O saldo remanescente será pago em até 12 meses, mediante a entrega das demais unidades.

Adicionalmente, houve um adiantamento de US\$ 2,4 milhões (R\$ 7,9 milhões) realizado no último trimestre de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o efeito desta alienação no resultado das operações descontinuadas foi um ganho de R\$ 48,5 milhões. A unidade frigorífica de Vila Mercedes, localizada na Província de São Luís, será mantida e consequentemente não será disponibilizada à venda, conforme aprovação formalizada em ata de reunião do Comitê de Gestão realizada em 28 de junho de 2016. Portanto, essa operação que estava anteriormente reconhecida, mensurada e evidenciada nas demonstrações contábeis como "ativos não circulantes mantidos para venda", conforme requerimentos da NBC TG 31/R3 (IFRS 5), foram reclassificadas e apresentadas nestas demonstrações contábeis intermediárias, como "investimento", no ativo não circulante, bem como classificada como "Operação continuada" nas demonstrações de resultado, resultado abrangente e fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imposto de Renda	1.422.886	976.051	1.608.218	1.236.808
Contribuição Social	521.477	353.086	521.477	420.534
Ativo não circulante	1.944.363	1.329.137	2.135.395	1.657.342

Ativos fiscais diferidos

Estes créditos fiscais se referem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, além dos valores sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados a partir do exercício de 2017.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis e expectativa de recuperabilidade, baseados em estudos técnicos internos de viabilidade, elaborados por profissionais especializados, e submetidos anualmente aos órgãos de Administração da Companhia. Seu reconhecimento obedeceu ao disposto na Nota Explicativa nº 3.1.12.

Passivos fiscais diferidos

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a NBC TG 27/R3 (Deliberação CVM 583/09) - ativo imobilizado e a ITG 10 (Deliberação CVM 619/09), que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da NBC TG 15/R3 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios.

A seguir está apresentada a conciliação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	976.051	353.086	1.236.808	420.534
(+) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal/base de cálculo negativa de CSLL	(394.988)	(142.196)	(489.717)	(176.298)
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal/base de cálculo negativa de CSLL	286.060	102.981	367.	

Ativos mantidos para venda	Saldo Contábil em 31/12/2015	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Aquisição/ Baixa	(Redução)/ Aumento de capital	Resultado da Equivalência Patrimonial (1)	Reclassificações (2)	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2016
MF Foods USA, Inc.	(111.655)	(3.165)	-	-	-	118.739	(3.919)	-
Marfrig Argentina S.A.	(174.459)	(12.194)	-	31.940	(2.982)	133.656	24.039	-
MFG Agropecuária Ltda.	97.322	-	(98.214)	-	892	-	-	-
Total	(188.792)	(15.359)	(98.214)	31.940	(2.090)	252.395	20.120	-

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.
 (2) O valor apresentado corresponde a reclassificação para investimento anteriormente classificado como ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

13.3. Venda de Participações Societárias

Venda de controlada indireta

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avanças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detêm a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A.

Na data da celebração, o valor da transação foi fixado em aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, composto de (i) pagamento em caixa no valor de US\$ 1,19 bilhão à Marfrig e (ii) cessão da dívida líquida da Moy Park no valor de GBP200 milhões. Em 28 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação societária da Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park". Desta forma, nesta data o controle desta entidade foi transferido à JBS.

Na data de conclusão, os valores ajustados conforme balanço de fechamento, ficando o preço estimado de fechamento da transação, líquido da dívida, composto de: (i) pagamento à vista de US\$ 1,21 bilhão à Marfrig (R\$ 4,73 bilhões) e (ii) pagamento a prazo no valor de US\$ 53,8 milhões (R\$ 210 milhões) a Marfrig, quitado em 27 de outubro de 2015.

Em conformidade com a previsão contratual, as partes elaboraram seus relatórios de verificação do preço estimado de fechamento e, de comum acordo, definiram o ajuste de preço final da transação. A Companhia reconheceu no trimestre findo em dezembro de 2015 o ajuste de preço devido à JBS no valor de US\$ 46,5 milhões (R\$ 180 milhões), dos quais US\$ 21,5 milhões (R\$ 83,2 milhões) foram desembolsados durante este exercício.

O valor de ajuste adicional de R\$ 180 milhões, somado ao ajuste de preço do trimestre anterior de R\$ 210 milhões, resultaram em um ajuste de preço total para a transação de R\$ 30 milhões.

Dessa forma, o resultado ajustado apurado antes dos impostos na venda da Moy Park foi de R\$ 1.396 milhões e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e perdas do exercício corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do exercício comparativo foram reclassificados conforme previsto na NBC TG 31/R3 (Deliberação CVM 598/09) - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

	R\$ mil
Preço de venda	4.736.868
Ajuste preço de venda (*)	30.275
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(14.909)
(=) Preço de venda ajustado	4.752.238
(-) Baixa de ativos e outros resultados abrangentes	(3.356.439)
(-) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	1.395.799
Imposto de renda e Contribuição social	(474.572)
(=) Resultado da operação	921.227

(*) O ajuste de preço é decorrente substancialmente de variação de capital de giro e dívida líquida nas empresas negociadas, de acordo com a previsão contratual.

Venda de controlada direta

No dia 30 de março de 2016 a Companhia concluiu, conforme comunicado emitido ao mercado em 10 de fevereiro de 2016, a transação com partes relacionadas em que a totalidade de sua participação acionária na controlada MFG Agropecuária Ltda. "MFG" foi vendida ao acionista controlador Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A negociação entre as partes reflete condições comerciais de compra e venda de participações societárias estritamente compatíveis e adequadas ao que usualmente é praticado pelo mercado, tendo sido suportada, como condição precedente para aprovação, por Laudo de Avaliação técnico elaborado pela empresa de auditoria e consultoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

O contrato de compra e venda firmado entre as partes, entre outros detalhes, apresenta as seguintes condições de fechamento da transação: (i) Preço de venda de R\$ 95 milhões, que inclui o montante de R\$ 13,2 milhões como juros pré-fixados; (ii) abatimento de um adiantamento no montante de R\$ 10,9 milhões recebido pela Companhia do Sr. Marcos Molina, como forma de pagamento; (iii) liquidação do saldo remanescente em nove parcelas trimestrais.

A transação foi objeto de deliberação e aprovação prévia do Comitê de Auditoria, do Comitê de Gestão e do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Marfrig, bem como foi submetida para análise e aprovação conforme previsto no acordo de acionistas. Este desinvestimento está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.

O resultado da alienação, após o efeito tributário, apresentou uma perda no montante de R\$ 10,9 milhões, classificada na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas". Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

	R\$ mil
Preço de venda	95.000
(-) Juros financeiros a incorrer ao longo do contrato (*)	(13.212)
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(93)
(-) Baixa de investimento	(98.214)
(=) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	(16.519)
Efeito do Imposto de renda e Contribuição social diferidos	5.616
(=) Resultado da operação	(10.903)

(*) Juros financeiros previstos contratualmente que serão pagos ao longo do recebimento das parcelas. Considerando o efeito dos juros na apuração de ganho/perda na alienação, a perda, líquida dos efeitos tributários, seria de R\$ 2,2 milhões.

14. IMOBILIZADO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Controladora						Custo líquido
		Custo de aquisição	Adições	Baixas	Incorporação de subsidiária	Transferências	Depreciação Acumulada	
Terrenos	-	31.156	30	-	12.276	-	-	43.462
Edificações e prédios	3,00%	808.082	3.900	-	244.527	521	(159.681)	897.349
Máquinas e equipamentos	12,46%	506.702	15.059	(1.920)	101.315	(373)	(268.120)	352.663
Móveis e utensílios	9,78%	16.199	950	(314)	7.098	126	(8.754)	15.305
Instalações	4,64%	919.998	-	(142)	165.735	119.476	(224.495)	979.572
Veículos	18,58%	32.688	66	(9.137)	51	32	(2.362)	21.338
Equipamentos de informática	20,26%	11.721	169	(5)	7	746	(8.366)	4.272
Aeronaves	10,69%	382	5.146	-	-	-	(414)	5.114
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	-	2.084	(300)	-	-	-	1.784
Beneficentias em propriedades arrendadas	11,77%	58.299	-	-	99.864	-	(18.474)	139.689
Arrendamento - veículos	20,00%	19.173	-	-	-	(24)	(19.123)	26
Arrendamento - informática	20,00%	26.173	-	-	-	(509)	(16.774)	8.900
Arrendamento - máquinas	10,00%	11.660	-	-	-	198	(10.117)	1.741
Arrendamento - instalações	-	18.240	-	-	-	-	(18.240)	-
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	-	(6.314)	-
Obras em andamento	-	4.352	128.324	-	3.326	(120.193)	-	15.809
Outras imobilizações	-	-	200	-	-	-	-	200
		2.470.457	155.728	(11.818)	634.199	-	(761.352)	2.487.214

Movimentação do saldo líquido da Controladora:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Controladora						Saldo líquido
		Saldo líquido	Adições	Baixas	Incorporação de subsidiária	Transferências	Depreciação	
Terrenos	-	31.156	30	-	12.276	-	-	43.462
Edificações e prédios	3,00%	669.664	3.900	-	244.527	521	(21.263)	897.349
Máquinas e equipamentos	12,46%	293.891	15.059	(1.065)	101.315	(373)	(56.164)	352.663
Móveis e utensílios	9,78%	8.723	950	(189)	7.098	126	(1.403)	15.305
Instalações	4,64%	738.989	-	(74)	165.735	119.476	(44.554)	979.572
Veículos	18,58%	21.214	66	(755)	51	32	730	21.338
Equipamentos de informática	20,26%	4.162	169	(2)	7	746	(810)	4.272
Aeronaves	10,69%	-	5.146	-	-	-	(32)	5.114
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	-	2.084	(300)	-	-	-	1.784
Beneficentias em propriedades arrendadas	11,77%	51.641	-	-	99.864	-	(11.816)	139.689
Arrendamento - veículos	20,00%	120	-	-	-	(24)	(70)	26
Arrendamento - informática	20,00%	11.683	-	-	-	(509)	(2.284)	8.900
Arrendamento - máquinas	10,00%	1.756	-	-	-	198	(213)	1.741
Arrendamento - instalações	-	18.790	-	-	-	-	-	18.790
Arrendamento - edificações	-	11.577	-	-	-	-	-	11.577
Obras em andamento	-	90.964	323.305	(5.172)	(26.896)	(291.936)	(7.487)	82.778
Outras imobilizações	-	2.151	739	(1.386)	-	-	2.605	2.149
		1.837.551	155.728	(2.385)	634.199	-	(137.879)	2.487.214

Movimentação do custo de aquisição consolidado:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Consolidado						Custo líquido
		Custo de aquisição	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências	Conversões	
Terrenos	-	132.734	30	(2.335)	-	-	(13.132)	117.297
Edificações e prédios	1,88%	2.576.901	4.565	(1.093)	-	15.439	(146.273)	1.659.580
Máquinas e equipamentos	6,14%	2.450.140	28.595	(19.305)	460	100.046	(101.820)	868.068
Móveis e utensílios	4,79%	119.827	5.030	(5.490)	956	6.566	(3.003)	32.079
Instalações	4,64%	1.166.928	620	(737)	-	152.752	(1.596)	973.467
Veículos	15,63%	94.630	1.180	(10.455)	-	135	(2.386)	31.980
Equipamentos de informática	21,06%	64.058	756	(49)	-	784	(192)	5.538
Aeronaves	10,69%	382	5.146	-	-	-	-	5.114
Adiantamento para imobilização	-	69	2.084	(369)	-	-	-	1.784
Beneficentias em propriedades arrendadas	9,78%	279.338	2.169	(3.442)	4	16.650	(4.151)	213.011
Arrendamento - veículos	20,00%	20.266	-	-	-	(41)	40	(20.239)
Arrendamento - informática	20,00%	26.640	-	-	-	(509)	-	8.906
Arrendamento - máquinas	2,38%	143.262	578	-	-	114	(3.108)	7.620
Arrendamento - instalações	-	18.790	-	-	-	-	-	18.790
Arrendamento - edificações	-	11.577	-	-	-	-	-	11.577
Obras em andamento	-	90.964	323.305	(5.172)	(26.896)	(291.936)	(7.487)	82.778
Outras imobilizações	-	2.151	739	(1.386)	-	-	2.605	2.149
		7.198.657	374.797	(49.833)	(25.476)	-	(280.503)	4.009.397

Movimentação do saldo líquido consolidado:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Consolidado						Saldo líquido
		Saldo líquido	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências	Conversões	
Terrenos	-	132.734	30	(2.335)	-	-	(13.132)	117.297
Edificações e prédios	1,87%	1.861.805	4.565	(1.066)	-	15.439	(146.273)	1.659.580
Máquinas e equipamentos	6,19%	1.005.915	28.595	(177)	460	100.046	(101.820)	868.068
Móveis e utensílios	4,75%	31.458	5.030	(523)	956	6.566	(3.003)	32.079
Instalações	4,62%	876.926	620	(699)	-	152.752	(1.596)	973.467
Veículos	15,14%	37.849	1.180	(821)	-	135	(2,386)	31.980
Equipamentos de informática	21,16%	5.847	756	(47)	-	784	(192)	5.538
Aeronaves	20,00%	-	5.146	-	-	-	-	5.114
Adiantamento para imobilização	-	69	2.084	(369)	-	-	-	1.784
Beneficentias em propriedades arrendadas	9,67%	225.661	2.169	(304)	4	16.650	(4,151)	213.011
Arrendamento - veículos	20,00%	119	-	-	-	(41)	40	(26)
Arrendamento - informática	20,00%	11.699	-	-	-	(509)	-	8.906
Arrendamento - máquinas	1,72%	30.019	578	-	-	114	(3,108)	7.620
Obras em andamento	-	90.964	323.305	(5,172)	(26,896)	(291,936)	(7,487)	82,778
Outras imobilizações	-	198	739	(1,386)	-	-	2,605	2,149
		4.311.263	374.797	(12.869)	(25.476)	-	(280.503)	4.009.397

continuação

Conforme a NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil, os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 22.

De acordo com a NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificamos indícios de ativos que remanesçam nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Apesar disso, em novembro de 2016, a Companhia efetuou, por meio de contratação de consultoria externa, laudo de avaliação dos bens temporariamente ociosos e não foi constatado perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas Controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação		
Terrenos	9.770	-	-	-
Edificações e prédios	124.835	580	-	-
Máquinas e equipamentos	29.527	94.265	-	-
Móveis e utensílios	31.082	2.164	-	-
Instalações	-	319	-	-
Veículos	-	25.499	-	-
Equipamentos de informática	1	25.174	-	-
Aeronaves	-	382	-	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	32.607	-	-	-
	231.544	148.383	148.383	148.383

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação	Ativo imobilizado retirado de uso ativo e não classificados como mantidos para venda	
Terrenos	9.770	-	-	-
Edificações e prédios	124.835	4.450	-	-
Máquinas e equipamentos	29.527	104.443	-	-
Móveis e utensílios	3.722	2.327	-	-
Instalações	31.082	323	-	-
Veículos	-	25.588	-	-
Equipamentos de informática	1	25.709	-	-
Aeronaves	-	382	-	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	32.607	-	-	-
	231.544	163.222	170	170

15. INTANGÍVEL

A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, composto o ativo não circulante, apresentado de acordo com a NBC TG 04/R3 (Deliberação CVM 644/10) - ativo intangível, no resumo seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Taxa de amortização	Prazo de vida útil	31/12/16	31/12/15
Ágio	-	-	995.469	526.483
Marcas e patentes	1,96%	1,93	22.883	22.883
Softwares	11,91%	4,38	29.428	29.730
Relacionamento com clientes	10,00%	10,00	-	-
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	-
Direito de uso (*)	5,50%	18,18	49.302	52.214
Canais de Venda (*)	5,50%	18,18	275.264	291.522
Outros Intangíveis	25,00%	4,00	-	-
			1.372.346	922.832

(*) Valores resultantes da incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. pela controlada MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 13.4.

Movimentação do ativo intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	922.832	2.645.270
(+) Adição	6.559	10.862
(+) Efeitos de incorporação de subsidiária	-	-
(-) Baixa	(65)	(65)
(-) Amortização	(26.116)	(35.316)
(+/-) Reclassificação	-	25.475
(+/-) Variação Cambial	468.984	168.884
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.372.346	2.815.130

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a NBC TG 15 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios. Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a NBC TG 15/R3 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios.

Conforme Deliberação NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, o teste de impairment dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de impairment testado anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasadas em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais. As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificamos indícios de ativos que remanesçam nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

15.1. Movimentação do intangível (Controladora)

A movimentação do intangível na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015		Reclassificação/ Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2016
	Reclassificação (1)	Aquisições		
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	30.941	69.320
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	58.496	-	45.927	104.423
Maspfen Ltd. - Ágio	17.258	-	13.675	30.933
Prescott International S.A. - Ágio	22.922	-	17.397	40.319
Establecimientos Colonia S.A. - Ágio	114.479	-	102.988	217.467
Keystone International - Ágio	274.949	-	258.056	533.005
Canais de venda	291.522	-	-	(16.257)
Direito de uso	52.214	-	-	(2.912)
Software e sistemas	29.730	6.494	-	36.224
Marcas e patentes	22.883	-	-	22.883
Total	922.832	6.494	468.984	1.372.346

Os ágios gerados em aquisições de participações societárias no exterior estão expressos na moeda funcional da unidade de negócio e estão convertidos a taxa de fechamento, de acordo com a normas descritas na NBC TG 02/R2 (Deliberação CVM 540/10) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

15.2. Movimentação do intangível (Controladas)

	Saldo em 31 de dezembro de 2015		Reclassificação (1)	Aquisições	Variação Cambial na conversão	Amortização	Incorporação de subsidiária	Saldo em 31 de dezembro de 2016
	Reclassificação (1)	Aquisições						
Marfrig Chile S.A.	31.291	-	-	8	(5.169)	(86)	-	26.044
Ágio	31.035	-	-	8	(5.132)	(86)	-	25.903
Marcas e patentes/software/ outros	-	-	-	-	-	-	-	141
Maspfen Ltd.	429	-	-	-	(37)	(42)	-	387
Marcas e patentes/software/ outros	429	-	-	-	(42)	(42)	-	387
Prescott International S.A.	17.936	-	-	-	(2.958)	(120)	-	14.858
Ágio	17.167	-	-	-	(2.839)	(120)	-	14.328
Marcas e patentes/software/ outros	769	-	-	8	(119)	(120)	-	530
Frigoríficos Tacuarembó S.A.	1.251	-	-	448	(217)	(170)	-	1.312
Marcas e patentes/software/ outros	1.251	-	-	448	(217)	(170)	-	1.312
Inaler S.A.	658	-	-	-	(102)	(101)	-	455
Marcas e patentes/software/ outros	658	-	-	-	(102)	(101)	-	455
Establecimientos Colonia S.A.	966	-	-	57	(150)	(143)	-	730
Marcas e patentes/software/ outros	966	-	-	57	(150)	(143)	-	730
Marfrig Argentina S.A.	-	-	-	32	81	(26)	-	87
Ágio	-	-	-	32	81	(26)	-	87
Marcas e patentes/software/ outros	-	-	-	-	-	-	-	-
MFB - Marfrig Frig. BR S.A.	242	-	-	8	-	(98)	(152)	87
Marcas e patentes/software/ outros	242	-	-	8	-	(98)	(152)	87
Keystone Foods UK Limited	-	14.467	-	-	(664)	-	-	13.803
Ágio	-	14.467	-	-	(664)	-	-	13.803
Keystone Foods International Limited	-	1.445.462	-	1.861	(61.307)	(908)	-	1.385.108
Ágio	-	1.445.462	-	1.861	(61.307)	(908)	-	1.385.108
Relacionamento com clientes	-	1.140.428	-	-	(48.436)	(386)	-	1.091.606
Marcas e patentes/software/ outros	-	305.034	-	1.861	(12.871)	(522)	-	293.502
Marfrig Holdings (Europe) BV	1.669.665	(1.434.453)	-	1.909	(229.615)	(7.506)	-	-
Ágio	1.793	(1.446)	-	1.909	(229.615)	(7.506)	-	-
Relacionamento com clientes	1.326.205	(1.140.428)	-	-	(181.325)	(4.452)	-	-
Marcas e patentes/software/ outros	323.667	(279.559)	-	1.909	(42.963)	(3.054)	-	-
Total	1.722.438	25.476	-	4.323	(300.101)	(9.200)	(152)	1.442.784

(1) Em novembro de 2016, as Empresas Keystone Foods UK Limited e Keystone Foods International Limited, por meio de um processo de reestruturação, foram transferidas da Marfrig Holdings (Europe) BV para a Marfrig Global Foods. Com isso, o Grupo Keystone torna-se um investimento direto da Controladora.

16. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Terceiros	698.724	466.926	1.836.976	1.687.210
Partes relacionadas (1)	40.455	146.979	16.450	47.215
	739.179	613.905	1.853.426	1.734.425

(1) Os fornecedores e outras contas a pagar, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa 10.1.

17. FORNECEDORES RISCO SACADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fornecedores Risco sacado	149.331	84.566	149.331	84.566
	149.331	84.566	149.331	84.566

A Companhia firmou contrato com Instituições financeiras para estruturar com alguns fornecedores, operações denominadas "Risco Sacado".

18. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
INSS a recolher	70.574	35.206	71.421	43.465
Salários e obrigações trabalhistas	62.411	52.182	142.079	143.107
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	4.141	3.203	133.337	151.443
	137.126	90.591	346.837	338.015

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006. Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212/91 e artigo 104, da Lei nº 11.196/05.

Atualmente, a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.

A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim, com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange a obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.

Desta forma, foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.

Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.

Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e COFINS, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência, os créditos compensados retornaram ao balanço.

Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima. Portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ICMS a recolher	-	-	119	618
Parcelamento Especial - Refis (1)	706.574	517.397	707.760	699.801
Imposto de renda a pagar	-	-	55.464	56.544
Contribuição Social a pagar	-	-	7.551	7.173
Impostos a pagar - PGFN (2)	50.400	46.704	50.400	46.704
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	57.084	23.800	77.942	65.237
	814.058	587.901	899.236	892.077
Passivo circulante	91.855	53.117	175.801	182.961
Passivo não circulante	722.203	534.784	723.435	699.116

(1) Lei nº 11.941/09, Leis nº 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.

(2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/

continuação

• A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Maio/2018), às quais foram atribuídas classificações de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A. anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. no valor principal de US\$ 150,8 milhões das *Senior Notes* 2018, ou cerca de 20,81% das notas em aberto, foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* ofertadas receberam o valor de US\$ 937,50 para cada US\$ 1.000,00 de valor de principal das notas, o que incluiu o pagamento da oferta antecipada de US\$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação; Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 6,9 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$ 285,2 milhões ou 50,29% das Notas em circulação remanescentes da Terceira Emissão.

• A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 600 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificações de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão"); vinculada às Notas Adicionais da Segunda operação a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US\$ 72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão.

Com base na conclusão da sétima operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$ 371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escrituras;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 2,1 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$ 57,5 milhões ou 37,58% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão.

Em julho de 2016, a Companhia comunicou o resgate integral das *Senior Notes* remanescentes e em circulação, provenientes da Quarta Emissão, no montante total em aberto de US\$ 95,6 milhões. Em agosto de 2016, após efetivação dos respectivos pagamentos, as Notas foram devidamente canceladas pelo Bank of New York Mellon ("Trust").

• A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 400 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificações de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulado com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016;

Em março de 2014, vinculada às Notas Adicionais da Segunda operação a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US\$ 57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão.

Em junho de 2014, vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulado com pedido de consentimento, da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US\$ 291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quinta Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escrituras.

Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V., anunciou a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Quinta Emissão, no montante de principal de US\$ 51,3 milhões ("Oferta I").

Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A. anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. no valor principal de US\$ 22,2 milhões das *Senior Notes* 2021, ou cerca de 43,30% das notas em aberto, que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* 2021 receberam o valor de US\$ 970,00 para cada US\$ 1.000,00 de valor principal das notas, o que incluiu o pagamento por oferta antecipada de US\$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 1,3 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

• A sexta operação foi realizada em 28 de setembro de 2015, em virtude do fechamento da operação avançada no Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças datado de 19 de junho de 2015, aperfeiçoado, dentre outras, a alienação, pela Companhia para a JBS S.A., de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park, juntamente com as Notas Adicionais a ela atreladas, deixaram de compor o balanço consolidado da Companhia;

• A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 850 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Junho/2019), às quais foram atribuídas classificações de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão").

Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V. e a Marfrig Overseas Limited anunciaram a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Sétima Emissão ("Oferta II") e à Terceira Emissão ("Oferta III") ambas de emissão da Marfrig Holdings (Europe) B.V.; e pela Marfrig Overseas, referente à Segunda Emissão ("Oferta IV"), Oferta II, Oferta III e Oferta IV no montante total de até US\$ 500 milhões, com a possibilidade de incremento de até US\$ 150 milhões. Oferta I, Oferta II, Oferta III e Oferta IV, em conjunto "Ofertas";

Em 28 de outubro de 2015 a Companhia comunicou ao mercado a liquidação das Ofertas de Compra à Vista das *Senior Notes*, sendo que um total de principal de US\$ 406,5 milhões foram aceitas para aquisição e pagas nos termos das Ofertas de Compra de 29 de setembro de 2015 e 14 de outubro de 2015. Desse montante, foram liquidados US\$ 138,9 milhões com vencimento em 2019, emitidos pela subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V.

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 50,7 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

• A oitava operação foi concluída em maio de 2016 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,00% a.a. e yield de 8,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2016 e vencimento de principal em 7 anos (Jun/2023), às quais foram atribuídas classificações de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Oitava Emissão").

Em 29 de junho de 2016, a Marfrig Global Foods S.A. comunicou uma emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Oitava Emissão, no valor total de US\$ 250 milhões. As Notas Adicionais, com vencimento em 08 de junho de 2023, foram emitidas com yield de 7,825% a.a. e receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e de "B+" pela Standard & Poors ("S&P") e Fitch, ambas com *outlook* positivo. A operação realizada ao final de junho foi liquidada em julho de 2016.

20.2. Garantias dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldo de financiamentos	1.081.976	933.798	10.893.838	11.885.300
Garantias:				
Nota Promissória	195.692	154.228	197.136	155.672
Duplicatas	42.978	65.243	42.978	65.243
Fiança Bancária	104.043	-	107.719	-
Aval	339.826	388.860	480.567	388.860
Bem Financiado	63	81	63	81
Documentos de exportação	-	-	60.843	83.065
Instalações	-	1.855	-	90.658
Aplicação Financeira	5.358	8.745	5.358	8.745
Hipoteca	-	-	60.752	50.801
Sem Garantias	394.016	314.786	9.938.422	11.042.175

20.3. Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo *covenant* de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA anualizado (últimos doze meses).

O cronograma de vencimentos está apresentado na nota explicativa nº 21.

A penalidade ao não cumprimento desse *covenant* é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/16
Dívida bruta Consolidada	11.150.401
(-) Disponibilidade Consolidada	5.278.641
Dívida líquida Consolidada	5.871.760
EBITDA (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	1.574.529
Quociente de Ebitda	3,73
Dívida líquida Consolidada	5.871.760
(-) Efeito de variação cambial (<i>carve-out</i>)	2.094.275
Dívida líquida Consolidada Ajustada	3.777.485
Indicador de alavancagem	2,40

Conforme nota explicativa nº 35.6 - Gestão de Capital, em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA LTM), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA LTM), ficou em 2,40x.

21. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Debêntures a pagar	570.000	570.000	-	-
(-) Custo emissão de debêntures	(65)	(124)	-	-
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	343.146	330.096	301.839	288.789
(-) IRRF sobre juros debêntures	(45.276)	(51.982)	(45.276)	(51.982)
	867.805	847.990	256.563	236.807
Passivo circulante - juros sobre debêntures	297.870	278.114	256.563	236.807
Passivo não circulante - debêntures a pagar	569.935	569.876	-	-

A Companhia apoiada pelos seus assessores financeiros estruturou durante o 2º trimestre de 2013 uma emissão de debêntures não conversíveis com vencimento em 22 de janeiro de 2019, no montante de R\$ 570.000. Esta operação formalizou o processo de internalização de parte do recurso financeiro oriundo de *Senior Notes*, emitidas por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) BV, em janeiro de 2013. A operação foi estruturada de forma a não causar efeito nas demonstrações consolidadas da Companhia.

A Companhia não possui cláusula de repectuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07 nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Também estão provisionados juros de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 24. O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	388.411	549.901	407.184	574.606
Juros sobre debêntures	297.870	278.114	256.563	236.807
Debêntures a pagar	569.935	569.876	-	-
	1.256.216	1.397.891	663.747	811.413
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	693.565	383.897	10.486.654	11.310.694
	693.565	383.897	10.486.654	11.310.694
	1.949.781	1.781.788	11.150.401	12.122.107

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
2016	-	796.455	-	2.009.218
2017	1.120.887	366.604	1.454.602	1.011.436
2018	258.933	48.827	1.221.747	2.330.304
2019	569.948	569.889	2.131.263	2.591.132
2020	12	12	1.906.145	3.215.980
2021	1	1	84.608	104.330
2022	-	-	1.205.773	858.817
2023	-	-	3.146.263	890
Total	1.949.781	1.781.788	11.150.401	12.122.107

22. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

22.1. Arrendamento financeiro

Tendo em vista a NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil, as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 14, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiros tratam-se dos próprios bens arrendados:

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora		
				Saldo 31/12/16	Futuros pagamentos 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i> Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407
Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i> Equipamentos Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359
Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i> Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375
Juros Financeiro a incorrer AVP Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i>				(887)	-	(2.201)
				(312)	-	(1.163)
Total moeda nacional				3.472	4.358	8.777
Total Controladora				3.472	4.358	8.777
Passivo Circulante				2.808	-	5.491
Passivo Não Circulante				664	-	3.286

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Consolidado		
				Saldo 31/12/16	Futuros pagamentos 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i> Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407
Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i> Equipamentos Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359
Arrendamentos Financeiro <i>Leasing</i> Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375
Juros Financeiro a incorrer AVP Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i>				(887)	-	(2.201)
				(312)	-	(1.163)
Total moeda nacional				3.472	4.358	8.777
Moeda estrangeira						
Arrendamento Financeiro <i>Leasing</i> Máquinas e Equipamentos	Taxa	3,35%	2,0	35.024	41.286	52.909
				35.024	41.286	52.909
Total moeda estrangeira				35.024	41.286	52.909
Total Consolidado				38.496	45.644	61.686
Passivo Circulante				11.936	-	38.165
Passivo Não Circulante				26.560	-	23.520

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados a valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Moeda nacional				
Até 1 ano	2.808	5.491	2.808	5.491
De 1 ano até 5 anos	664	3.286	664	3.286
Total moeda nacional	3.472	8.777	3.472	8.777
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	9.128	32.674
De 1 ano até 5 anos	-	-	25.896	20.235
Total moeda estrangeira	-	-	35.024	52.909
Total	3.472	8.777	38.496	61.686

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Moeda nacional				
Até 1 ano	3.516	6.814	3.516	6.814
De 1 ano até 5 anos	842	4.165	842	4.165
Total moeda nacional	4.358	10.979	4.358	10.979
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	10.139	34.621
De 1 ano até 5 anos	-	-	31.147	21.678
Total moeda estrangeira	-	-	41.286	56.299
Total	4.358	10.979	45.644	67.278

22.2. Arrendamento operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2016:

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora	
					Valor total arrendado	Montante despesa em 31/12/16
Moeda nacional						
Leoni Empreendimento Imobiliários	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	3,0	2.520	528
Brasil Food Service Group.S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	3,0	70.848	13.906
Urupa Indústria e Comércio de Alimento Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	3,8	19.800	3.960
Total S.A.	Planta frigorífica	01/07/16	IGP-M ano	5,2	105.860	8.409
					199.028	26.803

...continuação

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

Saldo em 31/12/2015	Saldo em tesouraria	
	Quantidade de ações	Valor (R\$ mil)
(-) Alienação - Plano de Opções	58.550	554
Saldo em 31/12/2016	(57.269)	(542)
	1.281	12

27.3. Outros resultados abrangentes

27.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa conta são reconhecidos, enquanto não computadas no resultado do exercício, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado sobre os investimentos em controladas detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foram reconhecidos os efeitos de adoção do "deemed cost", operações de proteção à risco de taxa de juros da controladora e reflexo de suas controladas e diferenças cambiais de conversão de operações no exterior.

27.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Nessa conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis intermediárias de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

27.3.3. Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda

Em atendimento à NBC TG 31/R3 (Deliberação CVM 598/09) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia segregou do saldo de outros resultados abrangentes demonstrado em seu patrimônio líquido os valores relativos aos ativos mantidos para venda.

27.4. Dividendos a pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia Controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2016.

27.5. Juros sobre o capital próprio

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

27.6. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiárias da Companhia.

28. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.754.633	3.438.755	14.410.494	13.880.166
Vendas no mercado externo	2.552.772	2.909.452	5.386.739	6.104.138
	6.307.405	6.348.207	19.797.233	19.984.304
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(152.230)	(103.924)	(214.790)	(200.909)
Devoluções e abatimentos	(193.926)	(160.871)	(248.990)	(234.033)
	(346.156)	(264.795)	(463.780)	(434.942)
Receita operacional líquida	5.961.249	6.083.412	19.333.453	19.549.362

29. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Custos das vendas				
Custos dos estoques	4.659.556	4.677.021	14.735.719	15.108.036
Depreciação	128.302	111.019	342.567	337.918
Amortização	6.947	7.521	87.581	78.588
Salários e benefícios a empregados	278.223	268.018	1.891.506	1.725.394
	5.073.028	5.063.579	17.157.373	17.249.936
Despesas administrativas				
Depreciação	9.242	7.730	13.652	10.845
Amortização	19.169	4.792	20.138	6.568
Salários e benefícios a empregados	50.822	65.527	256.251	251.667
Outros	19.976	(16.715)	157.670	151.238
	99.209	61.334	447.711	420.318
Despesas comerciais				
Depreciação	335	255	831	466
Salários e benefícios a empregados	26.186	27.397	81.355	63.962
Fretes	252.285	209.247	341.137	304.071
Outros	70.040	58.718	176.425	203.162
	348.846	295.617	599.748	571.661

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita Financeira				
Operações de mercado	247.763	100.841	291.983	325.451
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	103.930	42.930	147.030	99.334
Descontos Obtidos, outros	20.274	5.045	44.801	171.428
Total receita financeira	371.967	148.816	483.814	596.213
Variação cambial ativa	1.391.307	1.583.030	1.820.651	2.037.403
Despesa Financeira				
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(1.322.758)	(1.062.341)	(1.222.860)	(1.333.580)
Operações de mercado	(83.110)	(548.949)	(257.517)	(582.602)
Despesas Bancárias, Comissões, Tarifas, Descontos Financeiros e outros	(311.572)	(212.337)	(959.167)	(726.592)
Total despesa financeira	(1.717.440)	(1.823.627)	(2.439.544)	(2.642.774)
Variação cambial passiva	(1.404.020)	(2.278.525)	(1.899.631)	(3.090.269)
Resultado financeiro líquido	(1.358.186)	(2.370.306)	(2.034.710)	(3.099.427)

31. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e stock option).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

31.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em stock option.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

31.2. Diretores estatutários

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (stock option) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações dos "Programas Específicos" tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("vesting") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

31.3. Conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada anualmente e paga de forma mensal, não há remuneração variável.

31.4. Remuneração consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de seis membros do Conselho de Administração (os outros três membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e cinco membros da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

	31/12/16	31/12/15
Remuneração consolidada dos Administradores	23.655	24.255
Total	23.655	24.255

31.5. Plano de opção de compra de ações - STOCK OPTION PLAN

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades Controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável. As diretrizes gerais do plano estão divulgadas detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, descontos nos preços de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"). Programas Específicos foram criados em que o preço de exercício da Opção de Compra é equivalente ao valor médio das ações apurado nos últimos 20 (vinte) pregões na BM&FBOVESPA S.A. anteriores à data base do primeiro dia útil de março de cada ano, sendo aplicado sobre este valor médio apurado desconto de 50%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram transferidas 57.269 ações e emitidas 553.349 novas ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Controladora		Consolidado		Total de opções exercidas por mês
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	
Janeiro/16					5,80
Fevereiro/16					6,05
Março/16					6,60
Abril/16					6,46
Maió/16					6,33
Junho/16					94,963
Julho/16					120,419
Agosto/16					37,678
Setembro/16					37,658
Outubro/16					160,033
Novembro/16					5,14
Dezembro/16					5,74
					5,93
					6,38
Opções Exercidas - 2016					610.618

(1) Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada

(Opções)	2016		2015	
	Quantidade de ações exercidas	Preço Médio de Mercado (1) (R\$ por ação)		
Saldo inicial	2.265.365	3.405.169		
Opções outorgadas	1.225.449	1.581.017		
Opções exercidas	(610.618)	(331.179)		
Opções canceladas e vencidas	(197.114)	(2.389.642)		
Saldo final	2.683.082	2.265.365		

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("vesting") é de 0,51% do total de ações em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado na tabela a seguir:

	Plano ESP		Plano ESP		Plano ESP		Plano ESP		Total
	VII LP 12-13	VIII LP 13-14	IX LP 14-15	X LP 15-16					
Data de concessão	05/04/13	30/04/14	24/06/15	07/11/16					
Contratos em aberto	49.504	463.192	985.931	1.184.455					2.683.082
Ações em tesouraria									(1.281)
Total de ações exceto ações em tesouraria									521.299.473
Percentual de diluição	0,01%	0,09%	0,19%	0,23%					0,51%

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhado na tabela a seguir:

	2016	2015
Efeitos decorrentes do exercício de opções (R\$ mil)		
Valor Recebido pela venda de ações - Opções exercidas	1.593,1	915,2
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(541,5)	(3.131,0)
(-) Custo das ações emitidas	(1.449,0)	-
Efeito na alienação das ações	(397,4)	(2.215,8)

Devido ao exercício das opções a Companhia incorreu na absorção nos custos de ações em tesouraria alienadas no montante de R\$ 542. Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil das ações em tesouraria estava registrado no patrimônio líquido da Companhia ao montante de R\$ 12 (em 31 de dezembro de 2015, o valor era R\$ 554).

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:

• **Desvio Padrão:** 33,30%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2016 a 31/12/2016;

• **Taxa de juros livre de risco:** 7,50% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, atualizada na data do cálculo e disponível no [website](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm) da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

O valor justo das opções em 31/12/2016 se estabeleceu entre o mínimo de R\$ 1,67 e o máximo de R\$ 4,82 por ação para os planos ESPECIAIS.

A movimentação dos programas de opções é demonstrada a seguir:

Planos	Data de concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/vencidas no período	Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção
Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores				7.201.675	3.335.856			2.215.489	2.265.365	
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/16	02/09/16	250.447	250.447	66.271	23.393	160.783	2.265.365	R\$ 4,7680
				1.001.788	1.001.788	66.271	23.393	912.124	-	-
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/16	02/09/16	87.380	87.380	29.177	22.702	35.501	-	R\$ 5,0083
ESP VIII LP 12-13	05/04/13	03/03/17	02/09/17	87.380	1.197	-	2.509	35.367	49.504	R\$ 5,0083
				349.520	263.337	29.177	25.211	245.628	49.504	-
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/16	02/09/16	624.910	624.910	214.096	22.212	388.602	-	R\$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/17	02/09/17	624.910	3.383	-	4.769	388.602	231.539	R\$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/18	02/09/18	624.910	3.377	-	4.760	388.497	231.653	R\$ 1,

...continuação

32. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	Reclassificado	
	31/12/16	31/12/15
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações continuadas	(726.432)	(1.424.117)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	47.227	838.095
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(679.205)	(586.022)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	521.300.754	520.747.405
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria (em unidades)	(227.017)	(322.736)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	521.073.737	520.424.669
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R\$) das operações continuadas	(1.394.11)	(2.7365)
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R\$) das operações descontinuadas	0.0906	1.6104
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	(1.3035)	(1.1261)

A Companhia possui debêntures mandatoriamente convertíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal. A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

Está apresentado a seguir o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

	31/12/16			31/12/15				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding B.V.	Reclassificado Keystone	Segmento descontinuado	Total
Ativo								
Circulante	7.505.741	261.324	1.536.113	9.303.178	5.704.581	1.679.662	1.928.231	9.842.455
Não circulante	3.883.984	90.911	88.699	4.063.594	3.339.230	53.876	325.557	3.718.663
Investimentos	31	-	16.237	16.268	135	-	25.889	26.024
Imobilizado	2.943.449	-	1.065.948	4.009.397	2.992.160	-	1.319.103	4.311.263
Ativos biológicos	-	-	51.236	51.236	-	-	59.804	59.804
Intangível	1.430.020	-	1.385.110	2.815.130	995.397	-	1.649.873	2.645.270
	15.763.225	352.235	4.143.343	20.258.803	13.031.503	1.733.538	5.308.457	20.603.479
Passivo Circulante								
Não circulante	6.099.767	89.934	1.193.268	7.382.969	3.835.924	166.580	1.240.434	5.406.649
	3.501.536	6.198.089	2.075.407	11.775.032	6.928.435	6.313.427	1.111.336	14.353.198
	9.601.303	6.288.023	3.268.675	19.158.001	10.764.359	6.480.007	2.351.770	19.759.847

	31/12/16			31/12/15				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding B.V.	Reclassificado Keystone	Segmento descontinuado	Total
Receita líquida								
CPV	9.952.587	-	9.380.866	19.333.453	10.563.195	-	8.986.167	19.549.362
Resultado com equivalência patrimonial	(8.649.934)	-	(8.507.439)	(17.157.373)	(8.995.727)	-	(8.254.209)	(17.249.936)
Resultado financeiro	(1.428.558)	(82.853)	(254.888)	(2.034.710)	(2.489.445)	(378.346)	(231.636)	(3.099.427)
Imposto de renda e contribuição social	488.257	(351.264)	(254.888)	341.517	724.246	78.446	(114.520)	688.222
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(549.406)	(411.026)	234.000	(726.432)	(1.190.870)	(315.509)	82.262	(1.424.117)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	-	-	-	47.227	47.227	-	-	838.095
Resultado interesses minoritários - operação continuada	128	-	46.281	46.409	(81)	-	47.196	47.115
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	29	29	-	-	-

- (i) A presente demonstração por segmento expressa a estrutura fiduciária da Companhia;
(ii) A Companhia entende que, Marfrig Holding (Europe) BV, com atividade de captação de recursos financeiros e com participação acionária em outras subsidiárias do Grupo, deve ser segregada dessas informações para melhor demonstrar os segmentos de negócio Keystone e Marfrig Beef;
(iii) Segmento descontinuado refere-se à alienação das unidades de negócios Moy Park e a disponibilização para venda dos ativos relativos à Marfrig Beef (empresas MF Foods USA Inc., MFG Agropecuária Ltda. e Marfrig Argentina S.A.), conforme nota explicativa nº 38.

34. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Com base na ponderação máxima de risco, não é política da Companhia manter seguros na modalidade lucros cessantes, uma vez que há uma ampla disposição geográfica de suas plantas, e as operações podem ser remanejadas, no caso de uma eventual necessidade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A seguir, está apresentado o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Edificações e instalações frigoríficas	2.578.480	2.114.604	4.417.874	4.873.289
Estoques	223.000	156.500	422.170	427.996
Armazem de terceiros	20.300	26.825	20.300	30.825
Veículos	20.707	19.390	34.167	35.743
Transporte de mercadorias	65.182	78.096	104.939	124.607
Garantia de diretores	162.955	117.144	247.703	226.478
Responsabilidade civil	20.000	20.000	234.048	205.127
Aeronave	852.483	214.417	852.483	214.417
Outros	459.172	688.168	469.998	717.199
	4.402.279	3.435.144	6.802.682	6.855.681

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

35.1. Contexto geral

Em suas atividades, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das commodities. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

Em 19 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração deliberou entre outras ordens que a Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores (artigo 26 do Estatuto Social) para atos e operações com valores de até R\$ 500 milhões ou de até US\$ 200 milhões, a depender da moeda em que a operação for realizada.

Para os atos e operações cujo os valores sejam superiores a R\$ 500 milhões ou a US\$ 200 milhões de dólares norte-americanos, faz-se necessário a aprovação do Conselho de Administração.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de commodities, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

35.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	390.293	259.187	5.988	17.795
Aplicações financeiras	98.000	117.279	1.417.911	1.483.878
Valores a receber - clientes	475.471	447.838	-	-
Valores a receber - derivativos	-	-	53.622	14.766
Partes relacionadas	717.391	1.289.604	-	-
Ativos financeiros totais	1.681.155	2.113.908	1.477.527	1.516.439
Passivos financeiros				
Fornecedores e fornecedores risco sacado	888.510	698.471	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.651.911	1.503.674	-	-
Arrendamento financeiro	3.472	8.777	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	314.169	525.174
Títulos a pagar - investimentos Brasil	431.230	428.692	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	-	50.000	-	-
Juros sobre debêntures	297.870	278.114	-	-
Partes relacionadas	8.780.070	9.369.243	-	-
Passivos financeiros totais	12.053.063	12.336.971	314.169	525.174

	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.283.625	1.487.624	8.080	142.744
Aplicações financeiras	195.968	247.247	1.791.819	3.127.506
Valores a receber - clientes	790.468	1.003.717	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	308.639	397.499
Partes relacionadas	46.740	-	-	-
Ativos financeiros totais	4.316.801	2.738.588	2.108.538	3.667.749
Passivos financeiros				
Fornecedores e fornecedores risco sacado	2.002.757	1.818.991	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.893.838	11.885.300	-	-
Arrendamento financeiro	38.496	61.686	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	405.473	643.418
Títulos a pagar - investimentos Brasil	431.230	428.692	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	-	50.000	-	-
Juros sobre debêntures	256.563	236.807	-	-
Passivos financeiros totais	13.622.884	14.481.476	405.473	643.418

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 3.1.4.

35.3. Comparação do valor de mercado e dos respectivos valores justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	31/12/16		31/12/15	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	3.291.705	3.291.705	1.630.368	1.630.368
Aplicações Financeiras	1.987.787	1.987.787	3.374.753	3.374.753
Valores a receber - clientes	790.468	790.468	1.003.717	1.003.717
Títulos a receber - derivativos	308.639	308.639	397.499	397.499
Fornecedores e fornecedores risco sacado	2.002.757	2.002.757	1.818.991	1.818.991
Empréstimos e financiamentos	10.893.838	10.893.838	11.885.300	11.885.300
Arrendamento financeiro	38.496	38.496	61.686	61.686
Títulos a pagar - derivativos	405.473	405.473	643.418	643.418
Juros sobre debêntures	256.563	256.563	236.807	236.807

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos:

- **Marfrig Beef** - Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro com forte atuação no segmento de *food service*, além de uma significativa presença no mercado externo. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento diferencial estratégico do Uruguai, Chile e duas *tradings* localizadas na Europa e Peru, com acesso aos principais mercados consumidores do mundo;
- **Keystone** - Empresa global focada na produção e no desenvolvimento de alimentos multiproteína para o atendimento das grandes redes mundiais de restaurantes, com forte presença na Ásia e nos Estados Unidos. A unidade de negócios Keystone Foods possui um longo histórico de relacionamento de vendas com grande cliente global com receitas diversificadas em países da Ásia, Europa e especialmente nos Estados Unidos da América.

As vendas para este cliente representaram o montante de R\$ 5,3 milhões, 56,3%, do total da receita desta unidade de negócios e o montante de R\$ 5,3 milhões, 27,4%, do total da receita consolidada do Grupo, em 31 de dezembro de 2016, mantendo a Companhia como um dos seus fornecedores estratégicos de produtos. Os acordos comerciais com este cliente variam de acordo com o mercado de atuação, e estão baseados em condições de mercado previamente alinhadas entre as partes. A unidade de negócio possui um relacionamento de longa data com o referido cliente, o que reforça a aliança estratégica entre as Companhias. Dada a importância deste relacionamento, uma parcela significativa do contas a receber da Keystone se refere a este cliente estratégico. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Keystone Foods não apresentou perdas de crédito significativas para nenhum dos seus clientes.

Devido à contribuição deste cliente para o negócio da unidade de negócio e da Companhia como um todo, a capacidade da administração da Keystone em manter um relacionamento próximo mutuamente benéfico com este cliente é um elemento importante para a manutenção e crescimento contínuo dos negócios. Neste contexto, condições de mercado deste cliente são bastante relevantes para a Keystone e são objeto constante de avaliação e discussão de sua administração.

A plataforma global do grupo está presente em 4 continentes, com 47 plantas e escritórios na América, Ásia, Europa e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 100 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

	31/12/16			31/12/15				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding B.V.	Reclassificado Keystone	Segmento descontinuado	Total
Receita líquida								
CPV	9.952.587	-	9.380.866	19.333.453	10.563.195	-	8.986.167	19.549.362
Resultado com equivalência patrimonial	(8.649.934)	-	(8.507.439)	(17.157.373)	(8.995.727)	-	(8.254.209)	(17.249.936)
Resultado financeiro	(1.428.558)	(82.853)	(254.888)	(2.034.710)	(2.489.445)	(378.346)	(231.636)	(3.099.427)
Imposto de renda e contribuição social	488.257	(351.264)	(254.888)	341.517	724.246	78.446	(114.520)	688.222
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(549.406)	(411.026)	234.000	(726.432)	(1.190.870)	(315.509)	82.262	(1.424.117)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	-	-	-	47.227	47.227	-	-	838.095
Resultado interesses minoritários - operação continuada	128	-	46.281	46.409	(81)	-	47.196	47.115
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	29	29	-	-	-

	31/12/16			31/12/15				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding B.V.	Reclassificado Keystone	Segmento descontinuado	Total
Receita líquida								
CPV	9.952.587	-	9.380.866	19.333.453	10.563.195	-	8.986.167	19.549.362
Resultado com equivalência patrimonial	(8.649.934)	-	(8.507.439)	(17.157.373)	(8.995.727)	-	(8.254.209)	(17.249.936)
Resultado financeiro	(1.428.558)	(82.853)	(254.888)	(2.034.710)	(2.489.445)	(378.346)	(231.636)	(3.099.427)
Imposto de renda e contribuição social	488.257	(351.264)	(254.888)	341.517	724.246	78.446	(114.520)	688.222
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(549.406)	(411.026)	234.000	(726.432)	(1.190.870)	(315.509)	82.262	

...continuação

35.5.1.1. Análise de sensibilidade de risco de preços de Commodities

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de commodities são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2016.

Em relação ao risco de preço de commodities, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Cenários de stress - Derivativos Commodities Consolidado					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(6.898)	(6.898)	(8.622)	(8.622)	(10.347)	(10.347)
Cenários de stress - Derivativos Commodities Farello Soja					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
3.959	3.959	4.949	4.949	5.938	5.938
Cenários de stress - Derivativos Commodities Milho					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(11.338)	(11.338)	(14.172)	(14.172)	(17.006)	(17.006)
Cenários de stress - Derivativos Commodities Gado					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
481	481	601	601	721	721

35.5.2. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TULP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (London Interbank Offered Rate), ou CDI (Taxa de Juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas Controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas Controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentado a seguir:

			Consolidado	
			31/12/16	31/12/15
Exposição à taxa CDI:				
NCE/Capital de giro/CDAs/Debêntures			644.911	784.772
(-) CDB-DI (RS)			(257.489)	(196.804)
Subtotal			387.422	587.968
Exposição à taxa LIBOR:				
NCE/ACC/Pré-pagamento (US\$)			695.011	385.341
Linha de Crédito Rotativo (US\$)			411.331	605.515
Subtotal			1.106.342	990.856
Exposição à taxa TULP:				
FINAME/FINEM/FINPE			18.836	26.641
Subtotal			18.836	26.641
Total			1.512.600	1.605.465

A Companhia contratou operações de "swap", não especulativas para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

Instrumento	Registro	Ativo	Passivo	Notional US\$	Notional R\$	Consolidado	
						31/12/16	31/12/15
Swap Taxa Juros	CETIP	LIBOR	USD	320.000	1.042.912	(15.999)	(30.728)
Swap Taxa Juros	Balcão	R\$	USD	230.831	752.301	(190.780)	(358.359)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R\$	230.831	752.301	190.780	358.359
Swap Taxa Juros	CETIP	CDI	USD	19.933	64.963	(70.581)	(152.570)
				801.595	2.612.477	(86.580)	(183.298)

Instrumento	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional US\$	Notional R\$	Consolidado	
							31/12/16	31/12/15
Swap Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	431.831	(1.413)	(14.586)
Swap Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	611.081	(14.586)	(14.586)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	R\$	USD	230.831	752.301	(190.780)	(358.359)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R\$	230.831	752.301	190.780	358.359
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	19.933	64.963	(70.581)	(152.570)
					801.595	2.612.477	(86.580)	(183.298)

35.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

Cenários de stress - Swap Taxa Juros Consolidado					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(86.580)	(86.580)	(96.832)	(96.832)	(106.577)	(106.577)
Cenários de stress - Swap Taxa Juros CDI x USD					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(70.581)	(70.581)	(72.905)	(72.905)	(72.970)	(72.970)
Cenários de stress - Swap Taxa Juros Libor x USD					
Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(15.999)	(15.999)	(23.927)	(23.927)	(33.607)	(33.607)

35.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas Controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 79% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "hedge" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas Controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

Exposição	Controladora		
	31/12/16	31/12/15	31/12/15
Operacional			
Contas a receber	326.458	788.482	(217.634)
Adiantamento de cambiais entregues - ACES	-	(458.818)	164.836
Importações a pagar	(15.987)	(48.059)	19.267
Subtotal	310.471	281.605	(33.531)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(693.565)	(383.897)	101.198
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	1.218.805	362.697	(80.380)
Subtotal	525.240	(21.200)	20.818
Total	835.711	260.405	(12.713)
Variação cambial ativa		1.391.307	
Variação cambial passiva		(1.404.020)	
Variação cambial líquida		(12.713)	

(*) referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Exposição	Controladora		
	31/12/16	31/12/15	31/12/15
Operacional			
Contas a receber	393.582	969.824	(378.567)
Adiantamento de cambiais entregues - ACES	-	(458.818)	164.836
Importações a pagar	(154.511)	(214.014)	16.997
Outros	(62.735)	(30.869)	928
Subtotal	176.336	266.123	(195.806)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(10.486.654)	(11.310.694)	104.121
Títulos a pagar	-	-	44
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	539.035	537.248	(68.944)
Outros	-	(333.820)	81.605
Subtotal	(9.947.619)	(11.107.266)	116.826
Total	(9.771.283)	(10.841.143)	(78.980)
Variação cambial ativa		1.620.651	
Variação cambial passiva		(1.899.631)	
Variação cambial líquida		(278.980)	

(*) referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2016 a Companhia contratou NDF (Non-Derivable Forward) e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota explicativa nº 35.5.3, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

35.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2016, onde o valor de referência era de R\$/US\$ 3,2591.

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

31/12/2016	Cenário de stress - exposição cambial de balanço		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(12.713)	195.037	390.073
Controladas	(66.266)	(2.650.281)	(5.300.562)
	(78.979)	(2.455.244)	(4.910.489)

35.6. Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e Controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas Controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vencidas.

A Companhia e suas Controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas Controladas. O principal indicador para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	5.278.641	5.004.210
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	1.198.039	1.772.411
Juros sobre debêntures	256.563	236.807
Indicador de Liquidez modificado	3,63	2,49

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre EBITDA (LTM) em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

	31/12/16
Dívida bruta Consolidada	11.150.401
(-) Disponibilidade Consolidada	5.278.641
Dívida líquida Consolidada	5.871.760
(-) Efeito de variação cambial (carve-out (1))	2.094.275
Dívida líquida Consolidada Ajustada	3.777.485
Ebitda (LTM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	1.574.529
Indicador de alavancagem	2,40

(1) Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem para o propósito específico de avaliação de covenants.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas Controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

31 de dezembro de 2015	Consolidado				
	2016	2017	2018	2019	Após
Fornecedores e fornecedores risco sacado	1.818.991	-	-	-	1.818.991
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.772.411	1.011.436	2.330.304	2.591.132	4.180.017
Juros sobre debêntures	236.807	-	-	-	236.807
Passivos financeiros derivativos	79.024	382.984	155.733	25.677	643.418
Total	3.907.233	1.394.420	2.486.037	2.616.809	4.180.017

31 de dezembro de 2016	Consolidado				
	2017	2018	2019	2020	Após
Fornecedores e fornecedores risco sacado	2.002.757	-	-	-	2.002.757
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.198.039	1.221.747	2.131.263	1.906.145	4.436.644
Juros sobre debêntures	256.563	-	-	-	256.563
Passivos financeiros derivativos	321.862	69.025	14.586	-	405.473
Total	3.779.221	1.290.772	2.145.849	1.906.145	4.436.644

35.7. Risco de crédito

A Companhia e as suas Controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas Controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu rating;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas Controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa	396.281	276.982	3.291.705	1.630.368
Aplicações Financeiras	1.515.911	1.601.157	1.987.787	3.374.753
Valores a receber - clientes nacionais	149.013	141.626	396.887	528.010
Valores a receber - clientes internacionais	326.458	306.212	393.581	475.707
Outros valores a receber	26.258	9.060	155.386	119.833
Total	2.413.921	2.335.037	6.225.346	6.126.671

35.8. Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas Controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas Controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociação	-	1.987.787
Títulos a receber - derivativos</		

continuação

No Brasil em 2016 destacamos:

- **Pacto Greenpeace:** Compromisso público firmado em outubro de 2009 onde a Marfrig se compromete a não comprar animais oriundos de áreas de desmatamento e/ou em conflitos com Terras Indígenas e/ou Unidades de Conservação, sendo submetido a auditorias anuais por empresa de auditoria independente para comprovar o cumprimento dos requisitos do acordo. Em 2016 a Marfrig mais uma vez obteve um excelente resultado na auditoria realizada no período de 07 a 16 de junho de 2016 referentes às atividades realizadas no ano de 2015. Não foi identificada nenhuma operação de compra de gado da Marfrig que contrariasse o compromisso público assumido pela empresa com a Organização não governamental Greenpeace para a produção responsável no Bioma Amazônia em sua cadeia de fornecimento. A Marfrig foi a única empresa do setor com 100% de aproveitamento pelo 3º ano consecutivo, além disso, também é a única empresa com 100% de mapas georeferenciados de seus fornecedores no Bioma Amazônia.
- **Programa Marfrig Club:** A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, que consiste em um programa de boas práticas de produção que orienta os fornecedores a adequar a propriedade aos padrões socioambientais. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de qualquer inconformidade socioambiental, bem como, estimular a evolução das fazendas brasileiras e reconhecer aquelas com as melhores práticas de produção, de gerenciamento do capital humano e dos recursos da natureza, uma vez que o consumidor está cada vez mais exigente quanto a produtos que tenham uma produção sustentável.
- **Rainforest Alliance Certified:** Em junho de 2012, a Marfrig se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo da produção de carne bovina com a chancela do IMAFLORA (Instituto de manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo Rainforest Alliance Certified (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig (Tangará da Serra - MT; Pampeano (Hulha Negra) e Bagé - RS e Promissão - SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "Selo Verde da Pecuária". Após lançar, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado Rainforest Alliance, o qual atende as redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais elevados padrões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e de bem-estar animal e gestão da produção, em 2016, produtos com esse selo também foram disponibilizados ao consumidor brasileiro.
- **The Nature Conservancy (TNC):** Em 2013 foi firmada uma parceria com a ONG TNC, uma das maiores organizações ambientais do mundo, e com o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a preservação do Bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais. Em 2015, avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como promovemos assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem-estar animal. Além dessas ações em campo continuadas em 2016 a carne oriunda do projeto foi apresentada ao mercado em duas lojas do Walmart em Brasília. Esse projeto será um dos destaques no relatório anual global da ONG TNC, que é distribuído para milhares de representantes de empresas, fundações, governos e ONGs em todo o mundo.

- **Alianza del Pastizal:** O selo é uma iniciativa da ONG Alianza del Pastizal em parceria com a Marfrig e tem o objetivo de oferecer ao consumidor um produto que reúne qualidade com a conservação de áreas naturais do Bioma Pampa. O mesmo permite aos consumidores identificar e selecionar uma carne produzida de forma alinhada com a conservação do meio ambiente e que preserva importantes superfícies de campos nativos, vegetação original e predominante nos Pampas Sul-americanos. Dentro da estratégia de sustentabilidade da Marfrig, o selo Alianza del Pastizal está de acordo com o nosso compromisso com práticas sustentáveis de produção e também com a qualidade do produto final que, neste caso, é comprovadamente superior pelos níveis de Omega 3 presentes na carne. O selo é concedido por meio de um processo de avaliação e certificação dos processos produtivos nas propriedades rurais membros da Alianza del Pastizal seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Certificação de Carnes Pastizal (CCCCP).
- **CDP Forest:** A Marfrig Global Foods recebeu o reconhecimento de liderança na América Latina no Programa Forest do CDP (Carbon Disclosure Program) o qual se refere a gestão da mudança climática, meio ambiente e recursos hídricos na cadeia de valor. Trata-se do reconhecimento do empenho da empresa em reduzir o desmatamento na cadeia de valor, ou seja, reduzir as emissões de CO2 escopo 3. O compromisso assumido pela empresa em 2009 de não adquirir animais de áreas embargadas pelo IBAMA e nosso monitoramento de fornecedores nos garantiu nota A, sendo que scores A representam a liderança no segmento.
- **Bem-Estar Animal:** O bem-estar animal é uma preocupação da Marfrig, que há mais de uma década intensifica os trabalhos nessa área por entender que os animais devem ser tratados de forma digna durante todo o ciclo de sua vida. É de nosso interesse implementar e manter os procedimentos, a fim de garantir a qualidade e segurança de nossos produtos e a satisfação de nossos clientes, melhoria contínua em todas as etapas de manejo, buscando na medida do possível, adaptações que prezam também atender as cinco liberdades inerentes aos animais, conforme definido pela FAWC (Farm Animal Welfare Council - Inglaterra).

A Companhia conta com departamento exclusivo que atua intensamente na cadeia produtiva para promover bem-estar e manejo adequado, minimizando sofrimentos desnecessários dos animais. O setor possui um responsável específico (AWO - Officer Welfare Animal) designado para tratar as questões de bem-estar dos animais em cada uma das plantas. A equipe é formada por zootecnistas e médicos veterinários altamente capacitada, atuando com monitoramentos, acompanhamentos da evolução dos índices relativos ao tema, tomadas de decisão e desenvolvimento de treinamentos.

Pensando na evolução dos trabalhos realizados internamente pela equipe em cada uma das plantas e avaliando a necessidade de levar os resultados ao conhecimento de todas as instâncias, foi criado o Comitê de Bem-estar Animal, buscando assim o desenvolvimento global para o segmento.

Em 2016, novamente todas as unidades de produção no Brasil participaram de campanhas de conscientização em homenagem ao Dia Mundial dos Animais, comemorado todos os anos em 4 de outubro. A iniciativa teve início em 2012 em uma única unidade e ganhou adesão crescente até chegar a este resultado, envolvendo todas as unidades do grupo desde 2015. As atividades envolvem colaboradores de vários setores da indústria, motoristas transportadores de cargas vivas, crianças e adolescentes no Instituto Marfrig e, ainda, jovens aprendizes.

Através do trabalho das equipes, mantivemos todas as habilitações dos clientes mais exigentes em bem-estar animal e entendemos que a busca e a manutenção de procedimentos dignos de tratamento são essenciais para a qualidade e a segurança dos produtos da marca. Só assim, é possível obter a satisfação dos clientes e a melhoria contínua em todas as etapas de manejo. Por isso, a Companhia tornou-se referência nos quesitos relacionados a bem-estar animal.

Destaques no Uruguai:

- **Viva Grass Fed Beef:** Esse é um programa realizado em conjunto com os fornecedores de gado objetivando um produto diferenciado, onde o gado é alimentado a pasto e atendendo a demanda do mercado norte-americano, sem a utilização de antibióticos, hormônios de crescimento e sem alimentação com produtos de origem animal. Com a aprovação pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) os produtos são comercializados em grandes redes norte-americanas.
- **Carne Orgânica Certificada:** Pelo Programa Carne Orgânica Certificada se oferecem produtos provenientes de animais que cumprem com as normativas de produção orgânica dos EUA (NOP-National Organic Program) e os regulamentos da Europa (Regulamentos CE 834/2007 e 889/2008), bem como cumpre com o acordo de equivalência entre as normas americanas (NOP) e canadenses (COR-Canada Organic Regime).
- **Unidade de San José:** Foi finalizada e colocada em funcionamento uma nova Unidade de Tratamento de Efluentes, com um investimento de USD2 milhões. Esta unidade é um exemplo nacional, por ser uma planta que elimina os resíduos de nitrogênio e fósforo. Além disso a planta ainda conta com laboratório próprio para controles de rotina.
- Em 2016 foi desenvolvido trabalho junto aos gestores e transportadores de resíduos da produção (como polietileno, papelão e plástico), para atender ao novo requisito legal de resíduos sólidos, focado na reciclagem de materiais. Além disso, começou também a compostagem do corteúdo ruminal e do lodo para obter um adubo de solo, o qual está sendo distribuído aos produtores da região com muito sucesso. Em algumas plantas também tem se trabalhado a valorização desses produtos como matéria-prima para a produção de tijolos.
- Outro marco em nossa divisão no Uruguai foi a participação no "Programa de Melhorias da Competitividade Industrial e Desempenho Ambiental nas Indústrias da bacia do Santa Lucia" impulsionado pelo MIEM (Ministério da Indústria, Energia e Mineração, do Uruguai), com treinamentos aos colaboradores tanto nas plantas como na Universidade de Montevideo, sobre Produção Mais Limpa no que se refere a contaminação da água no uso industrial.
- Ainda em 2016 foi criado um programa de capacitação ambiental que está sendo implantado nas unidades, com o comprometimento da alta gerencia e contratação de equipe técnica especializada em gestão ambiental.

Os reconhecimentos citados são resultado das diversas iniciativas que a Marfrig Global Foods possui com seus fornecedores visando o estreitamento do relacionamento, qualificação e ampliação da qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores. Sendo referência e pioneira em seus segmentos de atuação, a Marfrig tem o princípio de garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, e publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

37.2. Responsabilidade Social

Alicerçada em princípios de responsabilidade social, as unidades da Marfrig Global Foods desenvolvem programas relevantes em apoio às comunidades onde atua. Alguns exemplos:

- **Campanhas Sociais:**
 - Volta às Aulas: voltada para a arrecadação de materiais escolares;
 - Agasalho: voltada para a arrecadação de agasalho;
 - Arrecadação de Alimentos;
 - Datas Comemorativas do Calendário;
 - Novembro Azul: campanha de conscientização, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata;
 - Outubro Rosa: campanha de conscientização com o objetivo principal alertar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;
 - Contra a Discriminação.
- **Projetos:** Realizados desde 2012 e vem se fortalecendo a cada ano;
 - Menor Aprendiz: com início em 2012, o projeto consiste em fortalecer o aprendizado e dar emprego à jovens com idade entre 16 e 18 anos;
 - Pessoas com Deficiência: com início em 2012, o projeto consiste em dar o emprego e acompanhamento de inserção social e profissional;
 - Gestantes: é feito o acompanhamento das gestantes, com encontros mensais com temas sobre gestação, saúde da mãe e do filho, parto, amamentação, etc., e também garantimos a alimentação das mesmas a cada 3 horas.
- **Certificações:** SA8000, OHSAS18001 e ISO14001 em 10 unidades, BRC e HACCP em 12 unidades e IFS em 1.
 - Permanecemos avaliando 100% da cadeia de fornecedores quanto aspectos sociais, ambientais, saúde e segurança, qualidade do produto e permanecemos atendendo o Código de Conduta de Clientes com resultados médicos através de auditorias de terceira parte.
- **KEYSTAR:** criado em 2008, o programa que equilibra a gestão ambiental, a responsabilidade social e o crescimento rentável para ter uma operação sustentável nas comunidades globais e locais onde a Keystone faz negócios. Em junho de 2015 foi lançado o programa global filantrópico Keystone Cares, estruturado para focar e ampliar as contribuições da companhia nas seguintes áreas: Nutrição da População, suporte à comunidade local e atenuação do Impacto de desastres ambientais. Para mais informações, acesse: <http://www.keystonefoods.com/corporate-social-responsibility/keystar>.

Ata de Reunião do Comitê de Auditoria realizada em 22 de fevereiro de 2017 - Parecer do Comitê de Auditoria

Local, hora e data: Em 22 de fevereiro de 2017, às 8h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabá, 3º Andar, Sala 301, CEP 05319-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Convocação e Presenças: Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, sendo, Srs. Marcelo Maia de Azevedo Correa (Coordenador), Antonio dos Santos Maciel Neto e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos.
Composição da Mesa: **Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Correa; **Secretário:** Heraldo Geres. **Ordem do dia:** Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os membros do Comitê de Auditoria examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e, considerando o parecer da BDO RCS Auditores Independentes, **OPINAM** que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Mesa:

Marcelo Maia de Azevedo Correa
Presidente

Heraldo Geres
Secretário

Membros do Comitê de Auditoria:

Marcelo Maia de Azevedo Correa

Antonio dos Santos Maciel Neto

Marcia A. Pascoal Marçal dos Santos

Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Martin Secco Arias
Diretor Presidente

José Eduardo de Oliveira Miron
Diretor Administrativo e Financeiro e DRI

Heraldo Geres
Diretor Jurídico

Rodrigo Marçal Filho
Diretor

Tang David
Diretor

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O Conselho Fiscal ao longo do exercício: acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia mediante entrevistas e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis e patrimoniais relevantes, em sessões com representantes da Administração da Companhia e com os auditores independentes; acompanhou e discutiu com a Administração da Companhia as questões relevantes de gestão e desempenho dos negócios; indagou a Administração sobre o acompanhamento dos riscos; apreciou as divulgações aos acionistas, inclusive os informes trimestrais; indagou à Administração e à auditoria independente quanto a efetividade dos controles internos implantados e gerenciados pela Administração e visitou a unidade de Ilupeva/SP, bem como as operações na Malásia, Tailândia e China; discutiu com as áreas técnicas da Companhia e da auditoria independente as premissas e os cálculos relativos às avaliações de recuperabilidade de ativos (*impairment*) e de realização de créditos fiscais diferidos. **CONCLUSÃO:** Com base nesses trabalhos e evidências e à vista do Relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, os conselheiros fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Axel Erhard Brod
Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Membro Eletivo

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Membro Eletivo

38. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detêm a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A. Em 28 de setembro foi implementado o fechamento dessa operação, conforme fato relevante publicado nessa mesma data.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade MF Foods USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

No dia 29 de dezembro de 2015 a Companhia deliberou sobre disponibilização para venda da empresa MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

O segmento Moy Park e as empresas do segmento Marfrig Beef não eram anteriormente classificados como uma operação descontinuada ou como mantido para venda e em atendimento a NBC TG 31 (R3), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são resumidos a seguir:

Resultado das operações descontinuadas

	Consolidado	
	31/12/2016 (*)	31/12/2015 (*)
Receita Líquida	56.356	5.610.843
Custo dos produtos vendidos	(53.337)	(5.070.537)
Lucro Bruto	3.019	540.306
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	85.698	772.522
Resultado operacional	88.717	1.312.828
Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.461)	(474.733)
Resultado das operações descontinuadas	47.256	838.095
Participação dos acionistas não-controladores	(29)	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	47.227	838.095

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	Consolidado	
	31/12/2016 (*)	31/12/2015 (*)
Resultado do período	47.227	838.095
Itens que não afetam o caixa	(45.101)	(476.508)
Provenientes das mutações patrimoniais	(1.963)	(332.964)
Utilizado nas atividades de investimento	54.290	4.541.732
Utilizado nas atividades de financiamento	(71)	408.761
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa	-	112.775
Caixa das operações	14.099	(744.752)
Operações descontinuadas líquido de caixa	68.481	4.347.139

(*) contempla as operações do segmento Moy Park e Marfrig Beef.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a utilização de reserva de capital disponível para a aquisição, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 9.456.917 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.

Em 17 de janeiro de 2017 houve o aumento de participação relevante dos seus controladores, a MMS Participações Ltda., o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, que em conjunto passaram a deter diretamente 209.703.592 ações ordinárias, o que representa participação de 40,23% do total de ações do capital social da Companhia na mesma data.

Em 26 de janeiro de 2017 a Marfrig Global Foods comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em razão do vencimento final das debêntures conversíveis em 25 de janeiro de 2017, as 214.955 debêntures foram convertidas em 99.979.068 ações ordinárias. Nesta data, foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.149.549.962, dentro do capital autorizado, em razão da conversão obrigatória das Debêntures, conforme indicado acima. As ações foram depositadas junto à instituição escrituradora para entrega aos debenturistas em até 6 dias úteis a contar da data da conversão. Neste mesmo prazo, foi creditado aos titulares das Debêntures o respectivo montante, em moeda corrente nacional, correspondente às frações de ações decorrentes da conversão das Debêntures calculado na forma da Escritura de Emissão, sendo que o preço por ação a ser considerado para pagamento das frações foi de R\$ 21,50. As Ações têm as mesmas características e condições e gozarão de todos os direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia e, inclusive, participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do aumento de capital.

Em 02 de fevereiro de 2017, a Companhia comunicou que recebeu correspondência da BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), na qualidade de acionista da Marfrig, informando sobre o aumento de participação acionária relevante na Companhia. A Companhia informa que, em função da conversão mandatária das debêntures emitidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, a BNDESPAR passou a deter posição acionária de 32,54% no capital da Marfrig, com a titularidade de 202.152.194 ações do total de 621.279.822 ações ordinárias do capital social da Companhia na mesma data, nos termos da Escritura de Emissão. Destaca-se ainda que, na referida data, a BNDESPAR é signatária de Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 5 de agosto de 2010. A participação acima não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Marfrig Global Foods S.A.

Em 03 de fevereiro de 2017, a Marfrig Global Foods informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir de 06 de fevereiro de 2017, os serviços de Formador de Mercado das ações ordinárias deixaram de ser prestados pela BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e passaram a ser prestados pela CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. O contrato com o Credit Suisse tem validade de 12 meses, prorrogável automaticamente por iguais períodos caso não haja manifestação contrária de qualquer das partes. Com o objetivo de fomentar a liquidez das ações de emissão da Marfrig no âmbito da BM&FBovespa, o Formador de Mercado é um agente que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua, garantindo uma liquidez mínima e uma referência de preço para a ação, respeitando um spread pré-estabelecido. A Companhia informa ainda que se encontram em circulação no mercado 621.279.822 ações ordinárias e que seus acionistas controladores não celebraram com o Formador de Mercado qualquer contrato regulando o exercício do direito de voto e/ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Conselho de Administração

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS - Presidente do Conselho
MARCIA A. P. MARÇAL DOS SANTOS - Conselheira
RODRIGO MARÇAL FILHO - Conselheiro
ALAIN EMILIE HENRY MARTINET - Conselheiro
DAVID G. MCDONALD - Conselheiro Independente
ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO - Conselheiro Independente
ROBERTO FALDINI - Conselheiro Independente
CARLOS GERALDO LANGONI - Conselheiro Independente
MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA - Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

AXEL ERHARD BROD - Conselheiro Efetivo
EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI - Conselheiro Efetivo
CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ - Conselheiro Efetivo
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER - Conselheiro Suplente
ELY CARLOS PEREZ - Conselheiro Suplente
ROBERTO PEROZZI - Conselheiro Suplente

Diretoria

MARTIN SECCO ARIAS - Diretor Presidente
JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA MIRON - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
HERALDO GERES - Diretor Jurídico
TANG DAVID - Diretor sem Designação Específica
RODRIGO MARÇAL FILHO - Diretor sem Designação Específica

Rogério de Moraes Freitas
 Contador - CRC nº 1SP226572/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas	
<p><i>continuação</i></p> <p>Aos Acionistas e Administradores da</p> <p>Marfrig Global Foods S.A. São Paulo - SP</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marfrig Global Foods S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (<i>IFRS</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p>Reconhecimento de receita</p> <p>O reconhecimento de receita da Companhia envolve o uso de diferentes sistemas de faturamento e em diversas localidades, devido à capilaridade de negócios mantidos pela Companhia e suas controladas, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos e em diversos países, com variações de preços durante o ano que derivam dos diferentes planos e ações de marketing, em cada uma das suas unidades de negócio. Detalhes sobre a política contábil relativa ao reconhecimento de receita estão descritos na nota explicativa "3.1.1. Apuração de resultado".</p> <p>Resposta da auditoria ao assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação utilizadas pela Companhia e suas controladas; • Teste sobre as receitas de vendas de produtos, mercado interno e externo, por meio de amostragem, tendo como objetivo: (i) examinar as faturas comerciais de venda de produtos; (ii) examinar as respectivas liquidações financeiras por parte desses clientes; (iii) entender e testar os lançamentos manuais realizados em todas as contas contábeis de receita, quando relevantes; (iv) examinar as faturas comerciais emitidas em transações de partes relacionadas e sua eliminação no processo de consolidação; • Avaliação das premissas utilizadas pela Administração e se as políticas de reconhecimento de receita adotadas estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (<i>IFRS</i>). <p>Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas possuem registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R\$ 1.944.363 e R\$ 2.135.395, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, baseado no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado dos lucros tributáveis futuros, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os lucros futuros da Companhia, de forma que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, tomadas em conjunto.</p> <p>Resposta da auditoria ao assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indagação sobre as previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios; • Indagação sobre as principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação às taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais e a taxa de desconto; • Avaliação da razoabilidade do custo de capital utilizado nas projeções; • Avaliação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em perda por recuperabilidade desse ativo. <p>Avaliação de perda por impairment de intangíveis e ágios</p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia e suas controladas possuem registrados ágios e ativos intangíveis nos montantes de R\$ 1.372.356 e R\$ 2.815.130, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, referentes, substancialmente, às aquisições de empresas em anos anteriores. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de <i>impairment</i> desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.</p> <p>Resposta da auditoria ao assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e questionamentos das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios; • Teste do valor em uso, o que envolve questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação às taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia; • Análise da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, para resultar em <i>impairment</i> desses ativos, bem como consideração da probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas e critérios considerados. <p>Realização dos créditos tributários federais e estaduais</p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia e suas controladas possuem registrados créditos tributários federais e estaduais nos montantes de R\$ 2.760.578 e R\$ 2.963.988, respectivamente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016. O acúmulo de créditos tributários na indústria frigorífica é inerente ao negócio, devido aos incentivos fiscais concedidos pela legislação brasileira aos exportadores. A Administração avalia o risco de <i>impairment</i> desses ativos, quando a probabilidade de aproveitamento destes créditos tributários é remota, considerando as seguintes alternativas legais: (i) compensações com outros tributos estaduais e federais, de acordo com a legislação tributária vigente; (ii) pagamentos a fornecedores; (iii) aquisição de equipamentos, insumos e consumos, por meio de negociação junto aos fornecedores; (iv) pedido de aprovação e ressarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários.</p> <p>Resposta da auditoria ao assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise da existência de indeferimento de créditos tributários tomados durante o exercício; • Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os pedidos de ressarcimento de créditos tributários em andamento; • Análise, por amostragem, das aquisições de insumos, equipamentos e pagamentos de fornecedores durante o exercício social; • Análise, por amostragem, da compensação dos créditos tributários federais e estaduais com débitos tributários da mesma natureza, bem como avaliação, por amostragem, dos pedidos de ressarcimento realizados durante o exercício social. <p>Provisões fiscais, trabalhistas, previdenciárias e civis</p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 25, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas civil, trabalhista, previdenciária e fiscais, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui assuntos de natureza fiscal em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 1.416.072, sendo que R\$ 1.758 estão provisionados, referentes a processos com probabilidade de perda provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.</p> <p>Considerando a relevância dos valores envolvidos e julgamento crítico em relação à probabilidade de êxito nas discussões judiciais, qualquer mudança no ambiente regulatório, de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.</p>	<p>Resposta da auditoria ao assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos fiscais em andamento; • Avaliação de valores e probabilidade de perda e, para determinados processos fiscais, obtenção de opinião de especialistas tributários sobre a razoabilidade dos prognósticos dos assessores jurídicos e avaliação dos argumentos e/ou teses de defesa. <p>Investigações judiciais ligadas a corrupção e fraude</p> <p>Conforme Nota Explicativa nº 25.3.2, a Companhia foi citada em investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, cujas naturezas das citações estão relacionadas, substancialmente, ao favorecimento ilícito da Companhia na obtenção de empréstimos e financiamentos junto a determinado banco público federal, com o suposto pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos. O favorecimento de forma ilícita na captação de empréstimos e financiamentos, com banco público federal, está em desacordo com diversas esferas da legislação brasileira e internacional e é passível de restrições criminais, punições com multas, contingências e restrições futuras à Companhia e seus membros da Administração em exercer sua atividade no mercado de capitais no Brasil. A Administração da Companhia, por meio da sua área de <i>compliance</i>, está contribuindo com as investigações e disponibilizou acesso e a entrega das informações solicitadas pelas autoridades.</p> <p>Resposta da auditoria ao assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento dos procedimentos em andamento e a obtenção de uma carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para esses assuntos; • Análise dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto a determinado banco público federal nos períodos mencionados nas investigações judiciais, atentando-se as condições, taxas e prazo são compatíveis com as condições oferecidas pelos bancos privados e pelo mercado; • Teste documental, com base em amostragem, para avaliar a existência de pagamentos feitos às empresas e/ou pessoas citadas nas investigações que a Companhia está envolvida. <p>Outros assuntos</p> <p>Demonstração do valor adicionado</p> <p>As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob as práticas contábeis adotadas na administração da Marfrig Global Foods S.A., e apresentadas como informação suplementar para fins de <i>IFRS</i>, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Marfrig Global Foods S.A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor</p> <p>A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis</p> <p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos evidência dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria; • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. <p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>
	São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.
	Esmir de Oliveira Contador CRC 1SP-109628/O-0
	www.marfrig.com.br

A EMPRESA FOI A SUA PRIORIDADE NÚMERO UM EM 2016?

DIVULGUE SEUS RESULTADOS EM UM JORNAL DE PRESTÍGIO. DIVULGUE NO VALOR.



Valor Econômico

91% dos assinantes são investidores

65% dos assinantes possuem cargo de decisão

Deixe que mais de **3,4 milhões** de leitores, muito bem qualificados, vejam os números da sua empresa.

Uma oportunidade de gerar negócios, atrair investidores e fazer sua empresa crescer ainda mais.

11 3767.1323 - São Paulo
61 3717.1331 - Brasília
21 3521.1415 - Rio de Janeiro

Só o Valor disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.



valor.com.br/
comunicacao.com/investidores

Valor
Notícias que geram negócios

*Fonte: Nielsen - perfil dos assinantes - 2016.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
MARFRIG GLOBAL FOODS S/A 2

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)													
	Atribuído à participação dos acionistas controladores							Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014	5.276.678	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(3.685)	(11.690)	(1.713.198)	1.275.127	-	(2.998.023)	1.953.465	1.953.465	2.071.725
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(2.332.809)	-	(102.851)	(2.435.660)	(2.435.660)	34.999	(2.400.661)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.892	11.964	1.566.856	1.566.856	-	1.566.856
Realização de Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.642)	-	-	8.642	-	-	-
Reclassificação entre contas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Proteção à Risco de Taxa de Juros Controladora e reflexo de Controladas	-	-	-	-	-	-	-	137.180	-	-	137.180	137.180	-	137.180
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	3.131	-	-	-	-	3.131	3.131	-	3.131
Lucro(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.308	-	-	4.308	4.308	-	4.308
Em 31 de dezembro de 2015	5.276.678	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(554)	(11.690)	(3.913.161)	2.830.019	(90.887)	(3.575.403)	643.258	200.374	843.632
Aumento de capital	1.449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.449	1.449	-	1.449
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	1.867.021	-	102.852	1.969.873	1.969.873	(52.626)	1.917.247
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.017.840)	(11.965)	(1.029.805)	(1.029.805)	-	(1.029.805)
Realização de Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.515)	-	-	8.515	-	-	-
Operações de Proteção à Risco de Taxa de Juros Controladora e reflexo de Controladas	-	-	-	-	-	-	-	504	-	-	504	504	-	504
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	542	-	-	-	-	542	542	-	542
Lucro(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(679.205)	(679.205)	46.438	(632.767)
Em 31 de dezembro de 2016	5.278.127	(108.210)	184.642	44.476	7.348	(12)	(11.690)	(2.054.151)	1.812.179	-	(4.246.093)	906.616	906.616	1.100.802

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015
Resultado do exercício	(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	1.969.873	(2.435.660)	1.969.873	(2.435.660)
Variação cambial sobre conversão de balanço	(1.029.805)	1.566.856	(1.029.805)	1.566.856
Total do resultado abrangente do exercício	940.068	(868.804)	940.068	(868.804)
Atribuído a:				
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	213.636	(2.292.921)	213.636	(2.292.921)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	47.227	838.095	47.227	838.095
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	260.863	(1.454.826)	260.863	(1.454.826)
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	46.409	47.115
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada	-	-	29	-
Participação dos acionistas não-controladores - Total	-	-	46.438	47.115

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015
Prejuízo no exercício das operações continuadas	(726.432)	(1.424.117)	(726.432)	(1.424.117)
Itens de resultado que não afetam o caixa	134.798	1.045.487	1.580.580	2.386.807
Depreciação	137.879	119.004	357.050	349.229
Amortização	26.116	12.313	107.719	85.156
Participação dos acionistas não controladores	-	-	46.409	47.115
Provisões fiscais, trabalhistas e civis	11.558	5.174	37.418	9.320
Tributos diferidos	(494.516)	(699.922)	(443.753)	(736.225)
Resultado com equivalência patrimonial	(65.810)	432.389	6.434	23.760
Variação cambial sobre financiamentos	(101.198)	730.037	(99.306)	717.985
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	113.911	(34.542)	178.286	334.880
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	99.078	167.515	867.669	996.273
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	868	806	2.117	2.417
Despesas de juros sobre debêntures	363.995	343.314	277.330	257.362
Custo na emissão de operações financeiras	28.623	21.518	200.423	120.077
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	850	(580)	850	(580)
Estimativa de não realização de estoque	5.000	12.000	4.087	11.979
Perda com valor não recuperável	-	-	-	184.450
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5.994	809	7.198	(2.463)
Garho de compra vantajosa	-	(75.193)	-	(75.193)
Baixa de ativo fixo	2.450	10.845	10.649	61.265
Mutações patrimoniais	1.154.059	2.838.103	821.813	1.092.158
Contas a receber de clientes	198.309	37.043	584.591	270.259
Estoque e ativo biológico corrente	45.490	232.025	159.519	160.468
Depósitos judiciais	(8.673)	13.898	(14.112)	13.823
Pessoal, encargos e benefícios sociais	19.025	30.685	15.523	34.869
Fornecedores e fornecedores risco sacado	119.425	172.342	445.996	93.484
Tributos correntes e diferidos	(51.878)	(13.191)	(121.223)	58.859
Títulos a receber e a pagar	838.536	2.230.395	(231.550)	130.958
Outras contas ativas e passivas	(5.175)	133.906	(16.931)	329.438
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	562.425	2.459.473	1.675.961	2.054.848
Atividades de investimentos				
Investimentos	(113.071)	(141.517)	(61.283)	(42.416)
Efeito líquido da incorporação	21.110	-	-	-
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(155.728)	(226.935)	(453.917)	(400.199)
Aplicações no ativo intangível	(6.559)	(3.534)	(10.882)	(4.659)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(254.248)	(371.986)	(526.082)	(447.274)
Atividades de financiamentos				
Dividendos recebidos	20.386	794.580	-	-
Juros liquidados Debêntures/Bonds	(344.240)	(298.161)	(986.039)	(838.892)
Empréstimos e financiamentos	105.246	(1.579.570)	605.104	(3.260.342)
Empréstimos obtidos	1.870.230	2.271.732	7.403.837	6.873.024
Empréstimos liquidados	(1.764.984)	(3.851.302)	(6.798.733)	(10.133.366)
Arrendamento a pagar	(7.023)	4.432	(18.109)	(15.915)
Arrendamentos obtidos	-	8.866	19.095	35.129
Arrendamentos liquidados	(7.023)	(4.434)	(37.204)	(51.044)
Instrumento mandatário conversível em ações	-	(9.589)	(7.589)	(9.651)
Ações em tesouraria	542	3.131	542	3.131
Aumento de Capital	1.449	-	1.449	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(231.229)	(1.085.239)	(404.642)	(4.121.669)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(80.380)	118.732	(539.287)	512.369
Operações descontinuadas líquido de caixa (Nota Explicativa 38)	37.485	(86.258)	68.481	4.347.139
Fluxo de caixa do exercício	34.053	1.034.472	274.431	2.345.413
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	1.912.192	1.878.139	5.278.641	5.004.210
Saldo inicial	1.878.139	843.417	5.004.210	2.658.797
Variação do exercício	34.053	1.034.722	274.431	2.345.413

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015
Receitas	6.296.178	6.347.398	19.809.754	20.034.023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.307.405	6.348.207	19.797.232	19.984.304
Outras Receitas	-	-	20.864	28.090
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(11.227)	(809)	(8.342)	21.629
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	4.718.976	4.734.986	15.107.391	17.119.597
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	4.009.360	3.801.335	12.484.556	14.278.843
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	709.616	933.651	2.614.042	2.806.200
Perda/Recuperação de valores ativos	-	-	8.793	34.554
Valor adicionado bruto	1.577.202	1.612.412	4.702.363	2.914.426
Depreciação e amortização	163.995	131.317	464.769	434.385
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.413.207	1.481.095	4.237.594	2.480.041
Valor adicionado recebido em transferência	1.399.152	2.451.757	1.944.522	6.239.192
Resultado de equivalência patrimonial	65.810	(432.389)	(6.434)	(23.760)
Receitas financeiras e variação cambial ativa	1.763.274	1.731.846	2.304.465	2.633.616
Outros (Incluindo Operação Descontinuada)	(429.932)	1.152.300	(353.509)	3.629.336
Valor adicionado total a distribuir	2.812.359	3.932.852	6.182.116	8.719.233
Distribuição do valor adicionado	2.812.359	3.932.852	6.182.116	8.719.233
Pessoal	453.291	442.130	2.221.120	2.183.555
Remuneração direta	366.618	357.867	1.834.647	1.806.683
Benefícios	59.765	63.410	351.930	347.716
FGTS	26.908	20.853	34.543	29.156
Impostos, taxas e contribuições	(237.250)	(5.572)	11.882	83.024
Federais	(476.414)	(192.982)	(317.691)	(215.483)
Estaduais	238.985	187.366	327.733	297.831
Municipais	179	44	1.840	676
Remuneração de capitais de terceiros	3.275.523	4.082.316	4.581.881	6.991.561
Juros	3.121.460	4.102.152	4.339.175	5.733.043
Aluguéis	41.728	56.728	69.543	63.660
Outras (Incluindo Operação Descontinuada)	112.335	(76.564)	173.163	1.194.858
Remuneração de Capitais Próprios	(679.205)	(586.022)	(632.767)	(538.907)
Prejuízo do exercício das operações	(679.205)	(586.022)	(679.205)	(586.022)
Participação dos não controladores	-	-	46.438	47.115

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015	Acumulado 2016	Reclassificado Acumulado 2015
Resumo das participações societárias da Companhia por segmento de negócio:				
Participações Societárias				
MARFRIG BEEF				
Controladora				
Marfrig Global Foods S.A.				
Subsidiárias				
Maspelin Ltd.	Holding			
Pampeano Alimentos S.A.	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados			
Marfrig Overseas Ltd.	Entidade de propósito específico - SPE			
MF Foods USA Inc.	Comercialização de produtos			
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia e serviços associados			
Marfrig Argentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos			
Frigorífico Tacuarembó S.A.	Industrialização e comercialização de produtos			
Inaler S.A.	Industrialização e comercialização de produtos			
Marfrig Chile S.A.	Industrialização e comercialização de produtos			
Frigorífico Patagônia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (frigorífico de cordeiro nos meses de dezembro a maio, processamento de peixes, moluscos e caranguejos (king crabs), nos meses restantes)			
Prestcott International S.A.	Holding			
Cledinor S.A.	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos			
Establecimientos Colonia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos			
Weston Importers Ltd.	Trading			
CDB Meats Ltd.	Industrialização de produtos			
Marfrig Peru S.A.C.	Comercialização de carnes de aves, bovinos, peixes e crustáceos			

...continuação

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Substitui a norma IAS 39 e remete algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - Arrendamento - Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019.

IAS 12 - Imposto de Renda - Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2017.

IAS 7 - Fluxo de Caixa - Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2017.

Atualizações - IFRS 3 - Combinações de negócios e IFRS 11 - Negócios em conjunto - O IASB publicou consulta pública, para alteração às duas normas, para esclarecer a definição de um negócio e como contabilizar as participações anteriormente delidadas.

3.2. Demonstrações contábeis consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas Controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

As demonstrações contábeis das Companhias Controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

3.3. Reclassificação na demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Em 21 de junho de 2015, a Companhia divulgou como fato relevante um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças com a JBS S.A., por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Marfrig da totalidade da participação societária que detinha na Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park" à JBS S.A. Em 28 de setembro de 2015 a venda foi efetivamente concluída com todas as condições e aprovações necessárias para o fechamento da transação.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade MF Foods USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócio Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações. Não houve reclassificação para Marfrig Argentina S.A., conforme informações nota explicativa nº 11.

Na data de 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização dos ativos da empresa MFG Agropecuária Ltda. para venda, pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef, ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. Para atender aos requerimentos previstos na NBC TG 31/R3 e para fins de comparação a Companhia e suas subsidiárias representaram as demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações dos resultados abrangentes e as notas explicativas de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3.4. Reclassificação do Balanço Patrimonial e Notas Explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos
O balanço Patrimonial e as notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, referentes à data-base 31 de dezembro de 2015, estão sendo reclassificados em atendimento a NBC TG 32/R3 - Tributos sobre o Lucro, o qual permite a compensação de ativos fiscais diferidos com passivos fiscais diferidos na mesma entidade tributável.

A Companhia procedeu a reclassificação dos tributos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2015, no montante consolidado de R\$ 312.470, anteriormente classificado no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Passivo não circulante, para a rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo não circulante.

A tabela a seguir resume os impactos no balanço patrimonial individual da Controladora:

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2015, Anteriormente apresentado, Ajustes, and Reclassificado. Rows include Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Total de ativos, Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Total de passivos, and Total impostos diferidos.

A tabela a seguir resume os impactos no balanço patrimonial consolidado da Companhia:

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2015, Anteriormente apresentado, Ajustes, and Reclassificado. Rows include Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Total de ativos, Imposto de renda diferido, Contribuição social diferida, Total de passivos, and Total de impostos diferidos.

A reclassificação não afetou as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
• Depósitos bancários à vista.

Table with 4 columns: Caixa e bancos, Equivalentes de caixa, Controladora, and Consolidado. Rows show 31/12/16 and 31/12/15 values for both entities.

Table with 4 columns: Caixa e Bancos, Reais, Dólar Norte-americano, Euro, Libra Esterlina, Ringgit Malásia, Yuan Chinês, Dólar Australiano, Thai Baht (Tailândia), Won Sul Coreano, Dólar Hong Kong, Peso Uruguaio, Peso Chileno, Peso Argentino, Outros, Controladora, and Consolidado. Rows show 31/12/16 and 31/12/15 values.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Table with 4 columns: Aplicações financeiras, Controladora, and Consolidado. Rows show 31/12/16 and 31/12/15 values.

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

Table with 5 columns: Mantidos para negociação, Certificados de Depósito Bancário - CDB (2), Operações Compromissadas, Depósito Remunerado, Título de Renda Fixa, CLN (2), FIDC, PMPV (1), Moeda, Taxa de juros média a.a.%, 31/12/16, and 31/12/15. Rows show values for various financial instruments.

Table with 5 columns: Mantidos para negociação, Certificados de Depósito Bancário - CDB (2), Operações Compromissadas, Depósito Remunerado, Título de Renda Fixa, CLN (2), FIDC, PMPV (1), Moeda, Taxa de juros média a.a.%, 31/12/16, and 31/12/15. Rows show values for various financial instruments.

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;
(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

Os Certificados de Depósitos Bancários são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média de 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações compromissadas

Operações que têm por base sobras de caixas diárias que são efetuadas em reais, dólares e pesos argentinos, e remuneradas a taxas situadas entre 95% a 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Depósito remunerado

As aplicações dessa modalidade são efetuadas em reais e dólares, remuneradas a taxas pré-fixadas e mensuradas por meio do custo amortizado.

5.4. Time Deposit - Depósito ao prazo fixo

São aplicações com taxas pré-fixadas, em instituições financeiras de primeira linha no mercado internacional.

5.5. CLN - Credit Linked Note

As Credit Linked Notes - CLN constituem um instrumento financeiro usado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizada para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme nota explicativa nº 20.2. Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacional emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez, são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 1,00% a.a. e são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

5.6. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditórios.

5.7. Títulos de Renda Fixa

São aplicações em títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas.

6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Table with 4 columns: 31/12/16, 31/12/15, Controladora, and Consolidado. Rows include Valores a receber - clientes nacionais, Valores a receber - clientes internacionais, (-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs, Valores a vencer, Valores vencidos: de 1 a 30 dias, de 31 a 60 dias, de 61 a 90 dias, acima de 90 dias, (-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs, (-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, and Total.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação das perdas estimadas para créditos está demonstrada a seguir:

Table with 4 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2015, Controladora, and Consolidado. Rows include Estimativa constituída no exercício, Estimativa revertida no exercício, Créditos baixados definitivamente da posição, Variação cambial, Incorporação de subsidiária, Reversão pela alienação de investimentos, and Total.

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda a prazo no mercado interno, no montante de R\$ 160 milhões (principal), sendo R\$ 16 milhões constituídos por cotas subordinadas mezanino. Em 31 de dezembro de 2016, havia R\$ 128.513 de faturas negociadas com o fundo MFFG.

Em dezembro de 2016, a subsidiária integral da Companhia, Keystone Foods Intermediate LLC, estruturou um programa de venda de recebíveis, sem regresso, junto a instituição financeira de primeira linha nos EUA. O principal objetivo do programa é a conversão em caixa das vendas a prazo originadas no mercado dos EUA. O programa de securitização, tem o propósito de negociar até US\$ 60 milhões (R\$ 196 milhões), e está estruturado em um contrato com vencimento em 3 anos. Neste programa a companhia recebe até 90% do saldo total negociado de recebíveis elegíveis, segundo regras do programa, limitado a capacidade contratual, sendo 10% considerados como taxa da operação. Em 31 de dezembro de 2016, o montante negociado no programa foi de US\$ 53,6 milhões (R\$ 174,4 milhões).

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6:

Table with 4 columns: 31/12/16, 31/12/15, Controladora, and Consolidado. Rows include Produtos acabados, Matérias-primas, Embalagens e Almoarifados, (-) Perdas estimadas, and Total.

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

Table with 4 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2015, Controladora, and Consolidado. Rows include Reversão de estimativas, Constituição de estimativas, Ganhos(perdas) na conversão, and Total.

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

Table with 4 columns: Corrente, Não corrente, Controladora, and Consolidado. Rows include Ativo biológico - bovinos, Ativo biológico - aves, Total ativo biológico corrente, Total ativo biológico não corrente, and Total ativo biológico.

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação à bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate. O saldo apresentado nesta rubrica encontra-se disponível para utilização nos próximos 12 meses.

A Companhia realizou a valoração desses animais a valor justo, baseado no conceito marcado a mercado (Mark to Market - MIM), considerando as cotações da arroba do bov/vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por aves vivas, classificadas como matrizes, destinadas a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de até 60 semanas.

A seguir está o demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Table with 4 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2015, Controladora, and Consolidado. Rows include Aumento devido a aquisições, (-) Baixa para abate, Gastos com insumos para engorda, (-) Diminuição devido a vendas, Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes), Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*), Conversão de balanço, Reversão pela alienação de investimentos, and Total.

Saldo em 31 de dezembro de 2016

(*) Aplicável somente a bovinos.

Ativo biológico não corrente:

Table with 4 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2015, Controladora, and Consolidado. Rows include Aumento devido a aquisições, (-) Baixa para abate, Gastos com insumo para engorda, Amortização, Conversão de balanço, and Total.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Table with 4 columns: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Crédito de PIS e Cofins, IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar, Outros, (-) Perdas estimadas por não realização, Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Controladora, and Consolidado. Rows show values for various tax recovery items.

9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos nas aquisições de matérias-primas, insumos, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A Companhia vem buscando formas de otimização destes saldos, por meio de compensação com débitos pelo regime não cumulativo destinados ao mercado interno, ou por transferências para terceiros, quando do pagamento de fornecedores de equipamentos, insumos, materiais de consumo e, para determinados estados, pedido de ressarcimento em espécie. Em 2016, a Companhia intensificou as buscas por oportunidades de realização destes créditos de forma a melhorar seu fluxo de caixa.

9.2. PIS e COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo. Em 2016, a Companhia obteve êxito em seus esforços de otimização destes créditos fiscais, apesar de seu modelo exportador no Brasil ser favorável à geração contínua de créditos. Ademais, a Companhia está realizando esforços no sentido de garantir e homologar seus créditos junto à Receita Federal.

9.3. IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar

Referem-se à valores do imposto de renda retido na fonte sobre serviços prestados a empresas relacionadas no exterior e aplicações financeiras, antecipações do Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pelo regime de estimativa, balanço de suspensão e tributação com base no Lucro Real anual, realizáveis mediante a compensação com o imposto de renda e contribuição social apurada sobre os lucros de exercícios futuros. Bem como, a compensação com outros tributos federais devidos e administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

9.4. Perdas estimadas para não realização de créditos tributários

As perdas estimadas para não realização de créditos tributários foram calculadas com base na melhor estimativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento nesta rubrica está demonstrado a seguir:

Table with 4 columns: Saldo em 31 de dezembro de 2015, Controladora, and Consolidado. Rows include Constituição de estimativas, Incorporação de subsidiária, and Total.

10. TÍTULOS A RECEBER

Table with 4 columns: Partes relacionadas (1), Operações de mercado a receber, Outros títulos a receber, Total, Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Controladora, and Consolidado. Rows show values for various receivables.

(1) Contém o saldo remanescente da transação de venda de controlada direta conforme descrito na nota explicativa nº 13.3.

Os títulos a receber da Controladora, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
MARFRIG GLOBAL FOODS S/A 2

...continuação

10.1. Partes relacionadas

As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas aos acionistas controladores, mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2016:

Table with columns: Controladora 2016, Contas a receber, Contas a pagar, Títulos a receber, Títulos a pagar, Compras, Vendas. Rows include Cledinor S.A., Estabelecimentos Colonia S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Inaler S.A., MF Foods USA Inc., Marfrig Argentina S.A., Marfrig Chile S.A., Marfrig Holdings (Europe) BV, Marfrig Overseas Ltd., MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A., MFG Comercializadora de Energia Ltda., Pampeano Alimentos S.A., Keystone Foods UK Limited, Keystone Foods International Limited, Acionistas controladores.

Table with columns: Controladora 2015, Contas a receber, Contas a pagar, Títulos a receber, Títulos a pagar, Compras, Vendas, Ativo mantido para venda, Adiantamento de cliente. Rows include Cledinor S.A., Estabelecimentos Colonia S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Inaler S.A., MF Foods USA Inc., Marfrig Argentina S.A., Marfrig Chile S.A., Marfrig Holdings (Europe) BV, Marfrig Overseas Ltd., MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A., MFG Agropecuária Ltda., MFG Comercializadora de Energia Ltda., Pampeano Alimentos S.A., Acionistas controladores.

Table with columns: Consolidado, Saldos em aberto, Reconhecidos no resultado, Valores a receber, Valores a pagar, Recettas, Despesas. Rows include Acionistas controladores, Pessoal-chave da Administração, Outras partes relacionadas.

Os acionistas controladores detêm quotas em outras entidades que conduziram negócios com o Grupo Marfrig e o valor agregado das transações está representado no quadro acima como "outras partes relacionadas". As transações são majoritariamente relacionadas a venda de animais para abate. Estas transações são realizadas em condições de mercado dentro de diretrizes internas formalmente estabelecidas pela Companhia, e são verificadas pela administração da Companhia de forma periódica para atestar sua adequidade às condições mercadológicas.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A., Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se comprometeu vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irrevocável. A transação foi devidamente aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.

Estes ativos foram transacionados a valor de mercado e, no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado desde o 2º ITR de 2014, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraídos dos valores pagos pelo acionista controlador até 4º ITR de 2015. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador.

O acionista controlador quitou integralmente o contrato no último trimestre de 2015. O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avaliaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia. A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avaliistas.

Em 19 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração deliberou entre outras ordens que a Companhia será representada exclusivamente por seus Diretores e Procuradores (artigo 26 do Estatuto Social) para atos e operações com valores de até R\$ 500 milhões ou de até US\$ 200 milhões, a depender da moeda em que a operação for realizada. Para os atos e operações cujo os valores sejam superiores a R\$ 500 milhões ou a US\$ 200 milhões de dólares norte-americanos, faz-se necessário a aprovação do Conselho de Administração.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (Controladora e Controladas) são geridas por meio de conta corrente entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela Controladora. Nas transações com empresas Controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (London Interbank Offered Rate) de 6 (seis) meses.

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne in natura e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.

As operações entre as empresas Controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

11. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

• Alienação do negócio Beef Jerky

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos da controlada Marfood USA, Inc. (pertencente ao negócio Marfrig Beef) para alienação, bem como autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

Em 30 de janeiro de 2016, a Companhia concluiu a alienação do negócio beef jerky, fomentado pela Marfood USA, Inc., à empresa The Classic Jerky Company, subsidiária do grupo Link Snacks Inc., pelo valor de US\$ 3,1 milhões (R\$ 12,7 milhões na data da transação). O efeito desta alienação no resultado das operações descontinuadas foi uma perda de R\$ 1,1 milhões, o que não representa um impacto relevante no período.

Após a alienação do negócio beef jerky, a Marfood USA, Inc., estruturada com a razão social MF Foods USA, Inc., atuará na comercialização de produtos frigoríficos (carne enlatada e carne sem refrigeração para beneficiamento) no mercado norte americano e região, visando manter a capilaridade de atendimento do grupo neste segmento.

• Alienação de unidades na Argentina

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos da unidade de negócio Marfrig Argentina S.A., pertencente ao segmento de negócios Marfrig Beef, para alienação, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento desta deliberação.

Em 6 de abril de 2016, a Marfrig comunicou ao mercado, por meio de Fato Relevante, a celebração de contrato de venda ("Transação") de determinadas unidades na Argentina com a Black Bamboo Enterprises S.A. (Grupo Foresun - República Popular da China).

13.1. Investimentos (Controladora)

Valor dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2016:

Table with columns: Nº de quotas/ações, Percentual de participação no capital votante, País, Capital Social, Patrimônio Líquido, Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício, Patrimônio Líquido conforme % participação. Rows include MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A., Marfrig Chile S.A., Inaler S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Masplen Ltd., Prestcott International S.A., Estabelecimentos Colonia S.A., MF Foods USA, Inc., Marfrig Overseas Ltd., Marfrig Argentina S.A., MFG Comercializadora de Energia Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV, Marfrig Peru S.A.C., Keystone Foods (UK) Limited, Keystone Foods International Limited.

O quadro a seguir apresenta um sumário das demonstrações financeiras em empresas Controladas:

Table with columns: Total de ativos, Total de passivos, Participação dos não controladores, Receita Líquida, Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1). Rows include MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A., Marfrig Chile S.A., Inaler S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Masplen Ltd., Prestcott International S.A., Estabelecimentos Colonia S.A., MF Foods USA, Inc.

13.2. Movimentação dos investimentos (Controladora)

Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das Controladas.

Table with columns: Saldo Contábil em 31/12/2015, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Aquisição/Baixa, Reclassificações (2), (Redução)/Aumento de capital, Dividendos, Resultado da Equivalência Patrimonial (1), Operação descontinuada, Efeito de conversão de balanço, Saldo Contábil em 31/12/2016. Rows include MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. (4), Marfrig Chile S.A., Inaler S.A., Frigorífico Tacuarembó S.A., Masplen Ltd., Prestcott International S.A., Estabelecimentos Colonia S.A., MF Foods USA, Inc., Marfrig Overseas Ltd., Marfrig Argentina S.A., MFG Comercializadora de Energia Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV (3), Marfrig Peru S.A.C., Keystone Foods (UK) Limited (3), Keystone Foods International Limited (3).

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

(2) O valor apresentado corresponde à reclassificação de investimento anteriormente classificado como ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

(3) Em novembro de 2016 as Empresas Keystone Foods UK Limited e Keystone Foods International Limited, por meio de um processo de reestruturação, foram transferidas da Marfrig Holdings (Europe) BV para a Marfrig Global Foods. Com isso, o Grupo Keystone torna-se um investimento direto da Controladora.

(4) Empresa incorporada pela Controladora em Outubro de 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 13.5.

As unidades estão localizadas em a) Hughes (Província de Santa Fé); b) Vivotará (Província de Buenos Aires); c) Unquillo (Província de Córdoba) e; d) Monte Ralo (Província de Córdoba).

O valor total da Transação é de cerca de US\$ 75 milhões e o pagamento será faseado. O pagamento inicial de US\$ 34,0 milhões (R\$ 121,2 milhões) ocorreu na mesma data, mediante a entrega da unidade de Hughes. O saldo remanescente será pago em até 12 meses, mediante a entrega das demais unidades.

Adicionalmente, houve um adiantamento de US\$ 2,4 milhões (R\$ 7,9 milhões) realizado no último trimestre de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o efeito desta alienação no resultado das operações descontinuadas foi um ganho de R\$ 48,5 milhões. A unidade frigorífica de Vila Mercedes, localizada na Província de São Luís, será mantida e consequentemente não será disponibilizada à venda, conforme aprovação formalizada em ata de reunião do Comitê de Gestão realizada em 28 de junho de 2016. Portanto, essa operação que estava anteriormente reconhecida, mensurada e evidenciada nas demonstrações contábeis como "ativos não circulantes mantidos para venda", conforme requerimentos da NBC TG 31/R3 (IFRS 5), foram reclassificadas e apresentadas nestas demonstrações contábeis intermediárias, como "investimento", no ativo não circulante, bem como classificada como "Operação continuada" nas demonstrações de resultado, resultado abrangente e fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/16, 31/12/15. Rows include Imposto de Renda, Contribuição Social, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos.

Estes créditos fiscais se referem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, além dos valores sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados a partir do exercício de 2017.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis e expectativa de recuperabilidade, baseados em estudos técnicos internos de viabilidade, elaborados por profissionais especializados, e submetidos anualmente aos órgãos de Administração da Companhia. Seu reconhecimento obedeceu ao disposto na Nota Explicativa nº 3.1.12.

Passivos fiscais diferidos

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a NBC TG 27/R3 (Deliberação CVM 583/09) - ativo imobilizado e a ITG 10 (Deliberação CVM 619/09), que serão liquidados à medida que ocorrer alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da NBC TG 15/R3 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios.

A seguir está apresentada a conciliação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Table with columns: Descrição, Controladora, Consolidado, IRPJ, CSLL. Rows include Saldo final em 31 de dezembro de 2015, Realização de tributos sobre prejuízo fiscal/base de cálculo negativa de CSLL, Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal/base de cálculo negativa de CSLL, Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias, Incorporação de subsidiária, Ganho ou perda na conversão, Reversão pela alienação de investimentos, Outros, Saldo final em 31 de dezembro de 2016.

No que tange as premissas dos estudos técnicos de viabilidade, a Companhia destaca que iniciou em 2013 um processo de reestruturação operacional e reorganização societária, a fim de adequar a sua estrutura de capital e seu nível de endividamento ao seu modelo de negócios.

Inicialmente, em outubro de 2013, a Companhia apresentou para o mercado o plano estratégico "Focar para Ganhar", o qual foi posto em prática logo a seguir. As metas estabelecidas para o período de 2014 a 2016 foram majoritariamente atingidas.

O plano "Focar para Ganhar" contém os seguintes pilares: a) agenda específica de ganho de produtividade direcionada para o negócio Beef Brasil; b) controle sobre as margens; c) aceleração de crescimento orgânico, com destaque para o aumento da participação das exportações no faturamento total do negócio Marfrig Beef, e maior diversificação da base de clientes do negócio Keystone; d) foco nos canais de venda com maior rentabilidade; e) maior integração das plataformas de negócios em nível mundial; f) desinvestimentos de atividades operacionais consideradas como não estratégicas; g) redução do endividamento bruto e das taxas de juros das captações. Com base no exposto acima e, reforçando as diretrizes estabelecidas, a Companhia em 2013 iniciou o processo de reestruturação com a venda dos negócios Seear e Zenda.

Em continuidade a este processo, em 2015 a Companhia concluiu a venda de sua unidade de negócio Moy Park, por aproximadamente US\$ 1,5 bilhões. Tal transação contribuiu para: a) redução da alavancagem da Companhia e, consequentemente, melhor perspectiva de geração de lucro futuro.

No exercício de 2016 a Companhia realizou o desinvestimento de suas operações de Beef Jerky nos EUA e de parte de suas operações de processamento de carne bovina na Argentina, bem como realizou a venda de seus confinamentos no Brasil. Adicionalmente, no referido ano fiscal, a Companhia fez operações de reestruturação e alongamento de dívidas de longo prazo que resultaram em melhor gestão de suas despesas financeiras. Em busca de melhoria e otimização de sua estrutura operacional a Companhia realizou a centralização da maior parte de suas operações em uma entidade, por meio da incorporação de sua subsidiária integral MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.

Para o ano de 2017, a Companhia continuará seus esforços de reestruturação de seus negócios em convergência com seu plano estratégico. Desta forma, as principais alavancas de geração de valor estarão direcionadas para suas unidades internacionais, em especial a Keystone, que está muito bem posicionada para capturar oportunidades em produtos processados à base de proteína de frango, voltado nos EUA quanto em diversos países asiáticos.

No que tange a melhoria de sua estrutura de capital e gestão financeira, a Companhia terá na conversão do instrumento mandatário conversível um importante aliado na redução de suas despesas financeiras. Posto isto a Companhia seguirá atenta ao mercado para oportunidades de redução de taxas de juros como parte contínua de seu processo de gestão da estrutura de capital.

Cabe notar e ressaltar que as projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento, tendo em vista os diversos panoramas econômicos de cada um dos mercados de atuação, em função da presença global e diversificada que a Companhia possui (aproximadamente 63% das receitas foram oriundas de unidades internacionais as quais, na sua maioria, estão localizadas em países de economias estáveis).

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Table with columns: Exercício, Controladora, Consolidado. Rows include 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 a 2026.

13. INVESTIMENTOS

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/16, 31/12/15. Rows include Participação em sociedades controladas, Outros investimentos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/16, 31/12/15. Rows include Marfrig Overseas Ltd., Marfrig Argentina S.A., MFG Comercializadora de Energia Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV, Marfrig Peru S.A.C., Keystone Foods (UK) Limited, Keystone Foods International Limited.

Table with columns: Total de ativos, Total de passivos, Participação dos não controladores, Receita Líquida, Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1). Rows include Marfrig Overseas Ltd., Marfrig Argentina S.A., MFG Comercializadora de Energia Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV, Marfrig Peru S.A.C., Keystone Foods (UK) Limited, Keystone Foods International Limited.

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros não realizados quando da consolidação de balanços.

Sumário Caderno Empresarial 2

Table with columns: BALANÇO, MARFRIG GLOBAL FOODS S/A.



Diário Oficial Empresarial 2 Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 46 São Paulo, sexta-feira, 10 de março de 2017

	Saldo Contábil em 31/12/2015	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Aquisição/ Baixa	(Redução)/ Aumento de capital	Resultado da Equivalência Patrimonial (1)	Reclassifica- ções (2)	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2016
MF Foods USA, Inc.	(111.655)	(3.165)	-	-	-	-	-	-
Marfrig Argentina S.A.	(174.459)	(12.194)	-	31.940	(2.982)	118.739	24.039	-
MFG Agropecuária Ltda.	97.322	-	(98.214)	-	892	-	-	-
Total	(188.792)	(15.359)	(98.214)	31.940	(2.090)	252.395	20.120	-

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias.

(2) O valor apresentado corresponde a reclassificação para investimento anteriormente classificado como ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

13.3. Venda de Participações Societárias

• Venda de controlada indireta

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detêm a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A.

Na data da celebração, o valor da transação foi fixado em aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, composto de (i) pagamento em caixa no valor de US\$ 1,19 bilhão à Marfrig e (ii) cessão da dívida líquida da Moy Park no valor de GBP200 milhões.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação societária da Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park". Desta forma, nesta data o controle desta entidade foi transferido à JBS.

Na data de conclusão, os valores ajustados conforme balanço de fechamento, ficando o preço estimado de fechamento da transação, líquido da dívida, composto de: (i) pagamento à vista de US\$ 1,21 bilhão à Marfrig (R\$ 4,73 bilhões) e (ii) pagamento a prazo no valor de US\$ 53,8 milhões (R\$ 210 milhões) a Marfrig, quitado em 27 de outubro de 2015.

Em conformidade com a previsão contratual, as partes elaboraram seus relatórios de verificação do preço estimado de fechamento e, de comum acordo, definiram o ajuste de preço final da transação. A Companhia reconheceu no trimestre findo em dezembro de 2015 o ajuste de preço devido à JBS no valor de US\$ 46,5 milhões (R\$ 180 milhões), dos quais US\$ 21,5 milhões (R\$ 83,2 milhões) foram desembolsados durante este exercício.

O valor de ajuste adicional de R\$ 180 milhões, somado ao ajuste de preço do trimestre anterior de R\$ 210 milhões, resultaram em um ajuste de preço total para a transação de R\$ 30 milhões.

Dessa forma, o resultado ajustado apurado antes dos impostos na venda da Moy Park foi de R\$ 1.396 milhões e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e perdas do exercício corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do exercício comparativo foram reclassificados conforme previsto na NBC TG 31/R3 (Deliberação CVM 598/09) - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

	R\$ mil
Preço de venda	4.736.868
Ajuste preço de venda (*)	30.275
(+) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(14.905)
(-) Preço de venda ajustado	4.752.238
(-) Baixa de ativos e outros resultados abrangentes	(3.356.439)
(-) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	1.395.799
Imposto de renda e Contribuição social	(474.572)
(-) Resultado da operação	921.227

(*) O ajuste de preço é decorrente substancialmente de variação de capital de giro e dívida líquida nas empresas negociadas, de acordo com a previsão contratual.

• Venda de controlada direta

No dia 30 de março de 2016 a Companhia concluiu, conforme comunicado emitido ao mercado em 10 de fevereiro de 2016, a transação com partes relacionadas em que a totalidade de sua participação acionária na controlada MFG Agropecuária Ltda. "MFG" foi vendida ao acionista controlador Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A negociação entre as partes reflete condições comerciais de compra e venda de participações societárias estritamente compatíveis e adequadas ao que usualmente é praticado pelo mercado, tendo sido suportada, como condição precedente para aprovação, por Laudo de Avaliação técnico elaborado pela empresa de auditoria e consultoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

O contrato de compra e venda firmado entre as partes, entre outros detalhes, apresenta as seguintes condições de fechamento da transação: (i) Preço de venda de R\$ 95 milhões, que inclui o montante de R\$ 13,2 milhões como juros pré-fixados; (ii) abatimento de um adiantamento no montante de R\$ 10,9 milhões recebido pela Companhia do Sr. Marcos Molina, como forma de pagamento; (iii) liquidação do saldo remanescente em nove parcelas trimestrais.

A transação foi objeto de deliberação e aprovação prévia do Comitê de Auditoria, do Comitê de Gestão e do Comitê Financeiro e do Conselho de Riscos da Marfrig, bem como foi submetida para análise e aprovação conforme previsto no acordo de acionistas. Este desinvestimento está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.

O resultado da alienação, após o efeito tributário, apresentou uma perda no montante de R\$ 10,9 milhões, classificada na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas". Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

	R\$ mil
Preço de venda	95.000
(-) Juros financeiros a incorrer ao longo do contrato (*)	(13.212)
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(93)
(-) Baixa de investimento	(98.214)
(-) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	(16.519)
Efeito do Imposto de renda e Contribuição social diferidos	5.616
(-) Resultado da operação	(10.903)

(*) Juros financeiros previstos contratualmente que serão pagos ao longo do recebimento das parcelas. Considerando o efeito dos juros na apuração de ganho/perda na alienação, a perda, líquida dos efeitos tributários, seria de R\$ 2,2 milhões.

14. IMOBILIZADO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Movimentação do custo de aquisição da Controladora:								Controladora 31/12/16
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de de aquisição	Adições	Baixas	Incorporação de subsidiária	Transferências	Depreciação Acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	31.156	30	-	12.276	-	-	43.462
Edificações e prédios	3,00%	808.082	3.900	-	244.527	521	(159.681)	897.349
Máquinas e equipamentos	12,46%	506.702	15.059	(1.920)	101.315	(373)	(268.120)	352.663
Móveis e utensílios	9,78%	16.199	950	(314)	7.098	126	(8.754)	15.305
Instalações	4,64%	918.998	-	(142)	165.735	119.476	(224.495)	979.572
Veículos	18,58%	32.688	66	(9.137)	51	32	(2.362)	21.338
Equipamentos de informática	20,26%	11.721	169	(5)	7	746	(8.366)	4.272
Aeronaves	10,69%	382	5.146	-	-	-	(414)	5.114
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	-	2.084	(300)	-	-	-	1.784
Benefitorias em propriedades arrendadas	11,77%	58.299	-	-	99.864	-	(18.474)	139.689
Arrendamento - veiculos	20,00%	19.173	-	-	-	(24)	(19.123)	26
Arrendamento - informática	20,00%	26.173	-	-	-	(509)	(16.774)	8.890
Arrendamento - máquinas	10,00%	11.660	-	-	-	198	(10.117)	1.741
Arrendamento - instalações	-	18.240	-	-	-	-	(18.240)	-
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	-	(6.314)	-
Obras em andamento	-	4.352	128.324	-	3.326	(120.193)	-	15.809
Outras imobilizações	-	319	-	-	-	-	(118)	200
		2.470.457	155.728	(11.818)	634.199	-	(761.352)	2.487.214

Movimentação do saldo líquido da Controladora:								Controladora 31/12/16
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Incorporação de subsidiária	Transferências	Depreciação	Saldo Líquido
Terrenos	-	31.156	30	-	12.276	-	-	43.462
Edificações e prédios	3,00%	669.664	3.900	-	244.527	521	(21.263)	897.349
Máquinas e equipamentos	12,46%	293.891	15.059	(1.065)	101.315	(373)	(56.164)	352.663
Móveis e utensílios	9,78%	8.723	950	(189)	7.098	126	(1.403)	15.305
Instalações	4,64%	738.989	-	(74)	165.735	119.476	(44.554)	979.572
Veículos	18,58%	21.214	66	(755)	51	32	(730)	21.338
Equipamentos de informática	20,26%	4.162	169	(2)	7	746	(810)	4.272
Aeronaves	10,69%	-	5.146	-	-	-	(32)	5.114
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	-	2.084	(300)	-	-	-	1.784
Benefitorias em propriedades arrendadas	11,77%	51.641	-	-	99.864	-	(11.816)	139.689
Arrendamento - veiculos	20,00%	120	-	-	-	(24)	(70)	26
Arrendamento - informática	20,00%	11.683	-	-	-	(509)	(2.284)	8.890
Arrendamento - máquinas	10,00%	1.756	-	-	-	198	(213)	1.741
Obras em andamento	-	4.352	128.324	-	3.326	(120.193)	-	15.809
Outras imobilizações	-	200	-	-	-	-	-	200
		1.837.551	155.728	(2.385)	634.199	-	(137.879)	2.487.214

Movimentação do custo de aquisição consolidado:								Consolidado 31/12/16	
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de de aquisição	Adições	Baixas	Reclassifi- cação	Transferências	Conversões	Depreciação Acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	132.734	30	(2.335)	-	-	(13.132)	-	117.297
Edificações e prédios	1,88%	2.576.901	4.565	(1.093)	-	15.439	(146.273)	(789.959)	1.659.580
Máquinas e equipamentos	6,14%	2.450.140	28.595	(19.305)	460	100.046	(101.820)	(1.590.048)	868.068
Móveis e utensílios	4,79%	119.827	5.030	(5.490)	956	6.566	(3.003)	(91.807)	32.079
Instalações	4,64%	1.166.928	620	(737)	-	152.752	(1.596)	(344.500)	973.467
Veículos	15,83%	94.630	1.160	(10.455)	-	135	(2.386)	(51.124)	31.980
Equipamentos de informática	21,06%	64.058	756	(49)	-	784	(192)	(59.819)	5.538
Aeronaves	10,69%	382	5.146	-	-	-	-	(414)	5.114
Adiantamento aquisição de imobilização	-	69	2.084	(369)	-	-	-	-	1.784
Benefitorias em propriedades arrendadas	9,78%	279.338	2.169	(3.442)	4	16.650	(4.151)	(77.557)	213.011
Arrendamento - veiculos	20,00%	20.266	-	-	-	(41)	40	(20.239)	26
Arrendamento - informática	20,00%	26.640	-	-	-	(509)	-	(17.225)	8.906
Arrendamento - máquinas	2,38%	143.262	578	-	-	114	(3.108)	(133.226)	7.620
Arrendamento - instalações	-	18.790	-	-	-	-	-	(18.790)	-
Arrendamento - edificações	-	11.577	-	-	-	-	-	(11.577)	-
Obras em andamento	-	90.964	323.305	(5.172)	(26.896)	(291.936)	(7.487)	82.778	
Outras imobilizações	-	2.151	739	(1.386)	-	-	2.605	(1.960)	2.149
		7.198.657	374.797	(49.833)	(25.476)	-	(280.503)	(3.208.245)	4.009.397

Movimentação do saldo líquido consolidado:								Consolidado 31/12/16	
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Reclassifi- cação	Transferências	Conversões	Depreciação	Saldo Líquido
Terrenos	-	132.734	30	(2.335)	-	-	(13.132)	-	117.297
Edificações e prédios	1,87%	1.861.805	4.565	(1.066)	-	15.439	(146.273)	(74.890)	1.659.580
Máquinas e equipamentos	6,19%	1.005.915	28.595	(1.777)	460	100.046	(101.820)	(164.951)	868.068
Móveis e utensílios	4,75%	31.458	5.030	(523)	956	6.566	(3.003)	(8.405)	32.079
Instalações	4,62%	876.926	620	(669)	-	152.752	(1.596)	(54.566)	973.467
Veículos	15,14%	37.849	1.160	(821)	-	135	(2.386)	(3.977)	31.980
Equipamentos de informática	21,16%	5.847	756	(47)	-	784	(192)	(1.610)	5.538
Aeronaves	20,00%	-	5.146	-	-	-	-	(32)	5.114
Adiantamento para imobilização	-	69	2.084	(369)	-	-	-	-	1.784
Benefitorias em propriedades arrendadas	9,67%	225.661	2.169	(304)	4	16.650	(4.151)	(27.018)	213.011
Arrendamento - veiculos	20,00%	119	-	-	-	(41)	40	(92)	26
Arrendamento - informática	20,00%	11.699	-	-	-	(509)	-	(2.284)	8.906
Arrendamento - máquinas	1,72%	30.019	578	-	-	114	(3.108)	(19.983)	7.620
Obras em andamento	-	90.964	323.305	(5.172)	(26.896)	(291.936)	(7.487)	82.778	
Outras imobilizações	-	198	739	(1.386)	-	-	2.605	(7)	2.149
		4.311.263	374.797	(12.869)	(25.476)	-	(280.503)	(357.815)	4.009.397

www.marfrig.com.br

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	MARFRIG GLOBAL FOODS S/A
	2

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 46
São Paulo, sexta-feira, 10 de março de 2017

Página 8

Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento
assinado
digitalmente

autoridade certificadora oficial

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria de Governo

Conforme a NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil, os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 22.

De acordo com a NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificamos indícios de ativos que remanessem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Apesar disso, em novembro de 2016, a Companhia efetuou, por meio de contratação de consultoria externa, laudo de avaliação dos bens temporariamente ociosos e não foi constatado perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas Controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação		
Terrenos	9.770	-	-	-
Edificações e prédios	124.835	580	-	-
Máquinas e equipamentos	29.527	94.265	-	-
Móveis e utensílios	3.722	2.164	-	-
Instalações	31.082	319	-	-
Veículos	-	25.499	-	-
Equipamentos de informática	1	25.174	-	-
Aeronaves	-	382	-	-
Benefitorias em propriedades arrendadas	32.607	-	-	-
	231.544	148.383		

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Ativo imobilizado temporariamente ocioso	Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação	Ativo imobilizado retirado de uso ativo e não classificados como mantidos para venda	
Terrenos	9.770	-	-	-
Edificações e prédios	124.835	4.450	-	-
Máquinas e equipamentos	29.527	104.443	-	-
Móveis e utensílios	3.722	2.327	14	-
Instalações	31.082	323	-	-
Veículos	-	25.588	-	-
Equipamentos de informática	1	25.709	156	-
Aeronaves	-	382	-	-
Benefitorias em propriedades arrendadas	32.607	-	-	-
	231.544	163.222	170	

15. INTANGÍVEL
A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, composto o ativo não circulante, apresentado de acordo com a NBC TG 04/R3 (Deliberação CVM 644/10) - ativo intangível, no resumo seguiu:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	Taxa de amortização	Prazo de vida útil		
Ágio	-	-	995.469	526.483
Marcas e patentes	1,96%	1,93	22.883	22.883
Softwares	11,91%	4,38	29.428	29.730
Relacionamento com clientes	10,00%	-	-	-
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	1.052.285
Direito de uso (*)	5,50%	18,18	49.302	52.214
Canais de Venda (*)	5,50%	18,18	275.264	291.522
Outros Intangíveis	25,00%	4,00	-	3.396
			1.372.346	922.832

(*) Valores resultantes da incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. pela controlada MFB Marfrig Refrigerados do Brasil S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 13.4.

Movimentação do ativo intangível	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldo em 31 de dezembro de 2015		922.832		2.645.270
(+) Adição		6.559		10.882
(+) Efeitos de incorporação de subsidiária		152		-
(-) Baixa		(65)		(65)
(-) Amortização		(26.116)		(35.316)
(+/-) Reclassificação		-		25.475
(+/-) Variação Cambial		468.984		168.884
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.372.346		2.815.130

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a NBC TG 15 (Deliberação CVM 655/11) - combinação de negócios. Conforme "Opções de Isenções às IFRS" a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a NBC TG 15/R3 (Deliberação CVM 665/11) - combinação de negócios.

Conforme Deliberação NBC TG 01/R3 (Deliberação CVM 639/10) - redução ao valor recuperável de ativos, o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasadas em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais. As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não identificamos indícios de ativos que remanessem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

15.1. Movimentação do intangível (Controladora)

A movimentação do intangível na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Variação		Incorporação de subsidiária	Reclassificação/Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2016
	Aquisição/ Baixa	Cambial			
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	30.941	-	69.320
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	58.496	-	45.927	-	104.423
Maspfen Ltd. - Ágio	17.258	-	13.675	-	30.933
Prescott International S.A. - Ágio	22.922	-	17.397	-	40.319
Establecimientos Colonia S.A. - Ágio	114.479	-	102.988	-	217.467
Keystone International - Ágio	274.949	-	258.056	-	533.005
Canais de venda	291.522	-	-	(16.257)	275.265
Direito de uso	52.214	-	-	(2.912)	49.302
Software e sistemas	29.730	6.494	-	152	36.376
Marcas e patentes	22.883	-	-	-	22.883
Total	922.832	6.494	468.984	152	1.372.346

Os ágios gerados em aquisições de participações societárias no exterior estão expressos na moeda funcional da unidade de negócio e estão convertidos a taxa de fechamento, de acordo com a normas descritas na NBC TG 02/R2 (Deliberação CVM 540/10) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

15.2. Movimentação do intangível (Controladas)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Variação		Amortização	Incorporação de subsidiária	Saldo em 31 de dezembro de 2016
	Reclassificação (1)	Aquisições			
Marfrig Chile S.A.					
Ágio	31.291	-	8	(5.169)	(86)
	31.035	-	-	(5.132)	-
Marcas e patentes/software/ outros	256	-	8	(37)	(86)
Maspfen Ltd.					
Marcas e patentes/software/ outros	429	-	-	(42)	-
Prescott International S.A.					
Ágio	17.936	-	-	(2.958)	(120)
	17.167	-	-	(2.839)	-
Marcas e patentes/software/ outros	769	-	-	(119)	(120)
Frigorífico Tacuarembó S.A.					
Marcas e patentes/software/ outros	1.251	-	448	(217)	(170)
Inaler S.A.					
Marcas e patentes/software/ outros	658	-	448	(102)	(101)
Establecimientos Colonia S.A.					
Marcas e patentes/software/ outros	966	-	57	(150)	(143)
Marfrig Argentina S.A.					
Ágio	-	-	32	81	(26)
Marcas e patentes/software/ outros	-	-	32	81	(26)
MFB - Marfrig Frig. BR S.A.					
Marcas e patentes/software/ outros	242	-	8	-	(98)
Keystone Foods UK Limited					
Ágio	-	14.467	-	(664)	-
	-	14.467	-	(664)	-
Keystone Foods International Limited					
Ágio	-	1.445.462	1.861	(61.307)	(908)
Relacionamento com clientes	-	-	-	(48.436)	(386)
Marcas e patentes/software/ outros	-	1.140.428	-	-	-
Marfrig Holdings (Europe) BV					
Ágio	1.669.665	(1.434.453)	1.909	(229.615)	(7.506)
Relacionamento com clientes	19.793	(14.466)	-	(5.327)	-
Marcas e patentes/software/ outros	1.326.205	(1.140.428)	-	(181.325)	(4.452)
Total	323.667	(279.559)	1.909	(42.963)	(3.054)
	1.722.438	25.476	4.323	(300.101)	(9.200)

(1) Em novembro de 2016, as Empresas Keystone Foods UK Limited e Keystone Foods International Limited, por meio de um processo de reestruturação, foram transferidas da Marfrig Holdings (Europe) BV para a Marfrig Global Foods. Com isso, o Grupo Keystone torna-se um investimento direto da Controladora.

16. FORNECEDORES

Terceiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Partes relacionadas (1)	698.724	466.926	1.836.976	1.687.210
	40.455	146.979	16.450	47.215
	739.179	613.905	1.853.426	1.734.425

(1) Os fornecedores e outras contas a pagar, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa 10.1.

17. FORNECEDORES RISCO SACADO

Fornecedores Risco sacado	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
	149.331	84.566	149.331	84.566
	149.331	84.566	149.331	84.566

A Companhia firmou contrato com Instituições financeiras para estruturar com alguns fornecedores, operações denominadas "Risco Sacado".

18. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
INSS a recolher	70.574	35.206	71.421	43.465
Salários e obrigações trabalhistas	62.411	52.182	142.079	143.107
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	4.141	3.203	133.337	151.443
	137.126	90.591	346.837	338.015

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade pela Recetta Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212/91 e artigo 104, da Lei nº 11.196/05.

Atualmente, a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.

A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim, com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange à obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.

Desta forma, foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.

Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de Ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.

Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e COFINS, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência, os créditos compensados retornaram ao balanço.

Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima. Portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ICMS a recolher	-	-	119	6.618
Parcelamento Especial - Refis (1)	706.574	517.397	707.760	699.801
Imposto de renda a pagar	-	-	55.464	56.544
Contribuição Social a pagar	-	-	7.551	7.173
Impostos a pagar - PGFN (2)	50.400	46.704	50.400	46.704
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	57.084	23.800	77.942	65.237
	814.058	587.901	899.236	882.077
Passivo circulante	91.855	53.117	175.801	182.961
Passivo não circulante	722.203	534.784	723.435	699.116

(1) Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.
(2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09
Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a Controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante original de R\$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa, juros e atualização de R\$ 20.556 e um débito total de R\$ 50.400, conforme demonstrado a seguir:

Débitos reclassificados para impostos a recolher	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contribuição Social a Pagar - PGFN	-	-	11.260	10.434
Imposto de Renda a pagar - PGFN	-	-	30.502	28.266
IRRF a Pagar - PGFN	-	-	8.638	8.004
			50.400	46.704

Reabertura do prazo para adesão - Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014
Em 20 de dezembro de 2013 e em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu à Reabertura da Lei nº 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Saldo inicial	517.397	524.865	699.801	719.751
(+) Adesão ao parcelamento	2.423	-	2.423	-
(-) Exclusão do parcelamento	(194)	-	(4.170)	-
(+) Juros de atualização	56.575	29.151	73.791	51.574
(-) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(47.828)	(36.619)	(64.193)	(55.853)
(+) Incorporação de subsidiária	178.201	-	-	-
(+/-) Reversão pela disponibilização de ativo para venda	-	-	108	(15.671)
Saldo devedor	706.574	517.397	707.760	699.801
Passivo circulante	66.654	41.962	66.733	60.034
Passivo não circulante	639.920	475.435	641.027	639.767

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

...continuação

A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Mai/2018), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A. anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. no valor principal de US\$ 150,8 milhões das *Senior Notes* 2018, ou cerca de 20,81% das notas em aberto, foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* ofertadas receberam o valor de US\$ 937,50 para cada US\$ 1.000,00 de valor de principal das notas, o que incluiu o pagamento da oferta antecipada de US\$ 30,00, acréscimo de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 6,9 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$ 285,2 milhões ou 50,29% das Notas em circulação remanescentes da Terceira Emissão.

A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 600 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão"); vinculada às Notas Adicionais da Segunda operação a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US\$ 72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão.

Com base na conclusão da sétima operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$ 371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escrituras.

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 2,1 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Em maio de 2016, com base na conclusão da oitava operação, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente US\$ 57,5 milhões ou 37,58% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão.

Em julho de 2016, a Companhia comunicou o resgate integral das *Senior Notes* remanescentes e em circulação, provenientes da Quarta Emissão, no montante total em aberto de US\$ 95,6 milhões. Em agosto de 2016, após efetivação dos respectivos pagamentos, as Notas foram devidamente canceladas pelo Bank of New York Mellon ("Trust").

A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 400 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016;

Em março de 2014, vinculada às Notas Adicionais da Segunda operação a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US\$ 57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão.

Em junho de 2014, vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento, da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US\$ 291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quinta Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escrituras.

Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V., anunciou a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Quinta Emissão, no montante de principal de US\$ 51,3 milhões ("Oferta I").

Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A. anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. no valor principal de US\$ 22,2 milhões das *Senior Notes* 2021, ou cerca de 43,30% das notas em aberto, que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* 2021 receberam o valor de US\$ 970,00 para cada US\$ 1.000,00 de valor principal das notas, o que incluiu o pagamento por oferta antecipada de US\$ 30,00, acréscimo de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 1,3 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

A sexta operação foi concluída em 28 de setembro de 2015, em virtude do fechamento da operação avançada no Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças datado de 19 de junho de 2015, aperfeiçoando, dentre outras, a alienação, pela Companhia para a JBS S.A., de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detêm a unidade de negócios Moy Park, juntamente com as Notas Adicionais a ela atreladas, deixaram de compor o balanço consolidado da Companhia;

A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 850 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Junho/2019), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão").

Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V. e a Marfrig Overseas Limited anunciaram ainda a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Sétima Emissão ("Oferta I") e Terceira Emissão ("Oferta II") ambas de emissão da Marfrig Holdings (Europe) B.V.; e pela Marfrig Overseas, referente à Segunda Emissão ("Oferta IV"), Oferta II, Oferta III e Oferta IV no montante total de até US\$ 500 milhões, com a possibilidade de incremento de até US\$ 150 milhões. Oferta I, Oferta II, Oferta III e Oferta IV, em conjunto "Ofertas".

Em 28 de outubro de 2015 a Companhia comunicou ao mercado a liquidação das Ofertas de Compra à Vista das *Senior Notes*, sendo que um total de principal de US\$ 406,5 milhões foram aceitas para aquisição e pagas nos termos das Ofertas de Compra de 29 de setembro de 2015 e 14 de outubro de 2015. Desse montante, foram liquidados US\$ 138,9 milhões com vencimento em 2019, emitidos pela subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V.

Em abril de 2016, a Companhia comunicou a recompra e o cancelamento de notas no montante de US\$ 50,7 milhões por intermédio de compras realizadas no mercado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

A oitava operação foi concluída em maio de 2016 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,00% a.a. e yield de 8,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2016 e vencimento de principal em 7 anos (Jun/2023), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Oitava Emissão").

Em 29 de junho de 2016, a Marfrig Global Foods S.A. comunicou uma emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Oitava Emissão, no valor total de US\$ 250 milhões. As Notas Adicionais, com vencimento em 08 de junho de 2023, foram emitidas com yield de 7,625% a.a. e receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e de "B+" pela Standard & Poors ("S&P") e Fitch, ambas com *outlook* positivo. A operação realizada ao final de junho foi liquidada em julho de 2016.

Os rendimentos financeiros a pagar foram atualizados a valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora		Consolidado	
				Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional							
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407	
Arrendamento Financeiro Leasing Equipamentos Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359	
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375	
Juros Financeiro a incorrer				(887)	-	(2.201)	
AVP Arrendamento Financeiro Leasing				(312)	-	(1.163)	
Total moeda nacional				3.472	4.358	8.777	
Total Controladora				3.472	4.358	8.777	
Passivo Circulante				2.808	-	5.491	
Passivo Não Circulante				664	-	3.286	
Consolidado							
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional							
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407	
Arrendamento Financeiro Leasing Equipamentos Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359	
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375	
Juros Financeiro a incorrer				(887)	-	(2.201)	
AVP Arrendamento Financeiro Leasing				(312)	-	(1.163)	
Total moeda nacional				3.472	4.358	8.777	
Moeda estrangeira							
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	Taxa	3,35%	2,0	35.024	41.286	52.909	
Total moeda estrangeira				35.024	41.286	52.909	
Total Consolidado				38.496	45.644	61.686	
Passivo Circulante				11.936	-	38.166	
Passivo Não Circulante				26.560	-	23.520	

22. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

22.1. Arrendamento financeiro

Tendo em vista a NBC TG 06/R2 (Deliberação CVM 645/10) - operações de arrendamento mercantil, as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 14, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiro tratam-se dos próprios bens arrendados:

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora		Consolidado	
				Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional							
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407	
Arrendamento Financeiro Leasing Equipamentos Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359	
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375	
Juros Financeiro a incorrer				(887)	-	(2.201)	
AVP Arrendamento Financeiro Leasing				(312)	-	(1.163)	
Total moeda nacional				3.472	4.358	8.777	
Total Controladora				3.472	4.358	8.777	
Passivo Circulante				2.808	-	5.491	
Passivo Não Circulante				664	-	3.286	
Consolidado							
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Moeda nacional							
Arrendamento Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,53%	0,6	42	40	407	
Arrendamento Financeiro Leasing Equipamentos Informática	CDI + Taxa	16,70%	1,2	4.336	4.034	10.359	
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	13,50%	0,4	293	284	1.375	
Juros Financeiro a incorrer				(887)	-	(2.201)	
AVP Arrendamento Financeiro Leasing				(312)	-	(1.163)	
Total moeda nacional				3.472	4.358	8.777	
Moeda estrangeira							
Arrendamento Financeiro Leasing Máquinas e Equipamentos	Taxa	3,35%	2,0	35.024	41.286	52.909	
Total moeda estrangeira				35.024	41.286	52.909	
Total Consolidado				38.496	45.644	61.686	
Passivo Circulante				11.936	-	38.166	
Passivo Não Circulante				26.560	-	23.520	

Os rendimentos financeiros a pagar foram atualizados a valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

Moeda nacional	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Até 1 ano	2.808	5.491	2.808	5.491
De 1 ano até 5 anos	664	3.286	664	3.286
Total moeda nacional	3.472	8.777	3.472	8.777
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	9.128	32.674
De 1 ano até 5 anos	-	-	25.896	20.235
Total moeda estrangeira	-	-	35.024	52.909
Total	3.472	8.777	38.496	61.686

O cronograma de valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

Moeda nacional	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Até 1 ano	3.516	6.814	3.516	6.814
De 1 ano até 5 anos	842	4.165	842	4.165
Total moeda nacional	4.358	10.979	4.358	10.979
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	10.139	34.621
De 1 ano até 5 anos	-	-	31.147	21.678
Total moeda estrangeira	-	-	41.286	56.299
Total	4.358	10.979	45.644	67.278

22.2. Arrendamento operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2016:

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora		Montante despesa em 31/12/16
					Valor total arrendado	31/12/16	
Moeda nacional							
Leoni Empreendimento Imobiliários	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	3,0	2.520	528	
Brasil Food Service Group S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	3,0	70.848	13.906	
Urupa Indústria e Comércio de Alimento Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	3,8	19.800	3.960	
Total S.A.	Planta frigorífica	01/07/16	IGP-M ano	5,2	105.860	8.409	
Total moeda nacional					199.028	26.803	
Moeda estrangeira							
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,8	7.823	1.151	
Total moeda estrangeira					7.823	1.151	
Total moeda nacional e estrangeira					206.851	27.954	

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencimento (anos)	Controladora		Montante despesa em 31/12/16
					Valor total arrendado	31/12/16	
Moeda nacional							
Leoni Empreendimento Imobiliários	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	3,0	2.520	528	
Brasil Food Service Group S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	3,0	70.848	13.906	
Urupa Indústria e Comércio de Alimento Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	3,8	19.800	3.960	
Total S.A.	Planta frigorífica	01/07/16	IGP-M ano	5,2	105.860	8.409	
Total moeda nacional					199.028	26.803	
Moeda estrangeira							
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,8	7.823	1.151	
Bank of America	Aeronave	15/04/11	6,61%	8,0	101.032	7.381	
Ford Motor Credit CO.	Veículos	28/07/15	0,19%	0,5	213	204	
Diversos arrendadores	Imóvel	05/11/16	Prazo fixo	9,4	42.182	20.467	
Diversos arrendadores	Máquinas e Equipamentos	22/12/16	Prazo fixo	7,1	280.691	29.599	
Diversos arrendadores	Veículos	25/12/16	Prazo fixo	6,0	45.438	6.064	
Total moeda estrangeira					477.379	64.866	
Total moeda nacional e estrangeira					676.407	91.669	

O cronograma de vencimentos do saldo do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

Moeda nacional	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Até 1 ano	23.294	23.294	23.294	23.294
De 1 ano até 5 anos	66.401	66.401	66.401	66.401
Total moeda nacional	89.695	89.695	89.695	89.695
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	1.190	70.313	1.190	70.313
De 1 ano até 5 anos	892	263.120	892	263.120
Mais de 5 anos	-	38.083	-	38.083
Total moeda estrangeira	2.082	371.516	2.082	371.516

24. INSTRUMENTO MANDATORIO CONVERTIVEL EM AÇÕES

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/16, 31/12/15. Rows include Instrumento mandatório conversível em ações, Cancelamento de debêntures, Gastos com emissão, Amortização dos gastos com emissão.

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Global Foods S.A.", emitiu 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente convertíveis em ações...

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R\$ 21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão...

A Companhia, com base na essência da operação (equity) e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, manifestou-se a respeito desse instrumento...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

Em virtude da integralização das referidas debêntures, realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia...

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes...

A Companhia incorreu em R\$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 41.180 em 30/06/2014.

- (xi) A Companhia possui processos administrativos, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, no valor de R\$ 7.144 e R\$ 2.659, respectivamente. As empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação;
(xii) A Companhia e sua Controlada Pampeano possuem débitos de tributos federais, cujas cobranças por processo não são de materialidade relevante individualmente, os quais representam em sua totalidade o valor de R\$ 142.460;
(xiii) A Companhia possui Execuções Fiscais que visam à cobrança de débitos previdenciários no período compreendido entre 12/2013 a 11/2014, no valor histórico de R\$ 147.233. A despeito de referida exigência, há pleito de liquidação de referidos débitos por meio de procedimento de compensação de ofício com lastro em decisão proferida em demanda judicial específica...

A referida adesão foi materializada com créditos tributários homologados e disponíveis que em 30 de setembro de 2014, estavam devidamente suportados por decisão judicial. A Pampeano, também aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS COPA. Foram objeto de referido parcelamento débitos: i) de contribuições previdenciárias, ii) decorrentes de compensação não homologadas e iii) relativos a PIS/COFINS Importação, os quais encontram-se valorados na nota explicativa nº 19 - Impostos, taxas e contribuições.

b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2016 constam processos administrativos e judiciais pelo valor total histórico de R\$ 736.007, exigindo: (i) As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, questionamento de credenciamento de ICMS na aquisição de gado bovino proveniente de outra unidade da federação, ausência de comprovação de exportação de mercadorias os quais montam o valor histórico de R\$ 60.161. Deste montante o valor de R\$ 13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade;

(ii) A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$ 969. No Estado do Mato Grosso as autuações referem-se à descon sideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R\$ 3.751;

(iv) Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pelas filiais localizadas nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos é de R\$ 547.048;

(v) A Companhia possui Autos de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo por suposta falta de recolhimento de ICMS-ST na entrada de mercadorias adquiridas junto a Produtores Rurais, entrega de GIA com informações incorretas, suposto credenciamento indevido de crédito outorgado em valor superior ao estabelecido na legislação, deixar de proceder estorno de crédito de ICMS decorrente de saídas isentas e falta de recolhimento de ICMS para operações de exportação não realizada dentro do prazo legal, no valor histórico de R\$ 6.013;

(vi) A Companhia possui Autos de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelo Estado de Rondônia relativo à glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para o cálculo do ICMS, não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS no valor da prestação do serviço de transporte, circulação de mercadoria com nota considerada indônea, não observância do preço mínimo de pauta no Estado e omissão da declaração do ICMS na Declaração Periódica de Apuração - DIP, acarretam em autuação para cobrança do imposto, os quais montam o valor histórico de R\$ 347;

(vii) Autos de infração para cobrança de ICMS lavrados pelos Estado de Goiás relativos a glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para cálculo do valor devido à título de ICMS, falta de estorno do crédito outorgado na operação de saída em razão da devolução da mercadoria, falta de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisição de insumos/mercadorias em proporção às saídas, não comprovação de exportação de mercadorias enviadas para o exterior, os quais montam o valor histórico de R\$ 117.706;

(viii) A controlada Pampeano possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS, sob a suposta emissão de nota fiscal sem destaque de ICMS na saída de mercadorias daquele Estado, o qual monta o valor histórico de R\$ 12.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui Autos de infração lavrados pelo Município de Santo André e pelo Município de Minas Gerais que visam a cobrança de ISSQN, em razão de suposta retenção e não recolhimento de referido crédito tributário incidente sobre a prestação de serviços tomados no valor histórico de R\$ 720.

25.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que individualmente não são relevantes.

25.3. Informações Adicionais Passivos Contingentes

25.3.1 Risco Remoto

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia baseada na opinião da Administração e de seus assessores legais classificou o montante de R\$ 237.061 como de Risco Remoto, não fazendo parte do saldo informado na nota explicativa 25.2 - Passivo Contingente - Fiscais.

(i) Contribuições destinadas a Seguridade Social ao FUNRURAL e ao GILRAT três autos de infração, o primeiro referente ao ano de 2006 e 2007, o segundo referente ao ano de 2008 e o terceiro referente aos anos de 2009 e 2010, no valor, no valor histórico de R\$ 237.061, em todos os autos foram apresentadas defesas administrativas alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72;

(ii) Referente aos processos administrativos e judiciais federais considerados como de risco remoto, conforme anteriormente descritos na nota explicativa nº 22.3 do período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e sua Controlada MFB aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias e à exigência de PIS/COFINS Importação, os quais encontram-se valorados na nota explicativa nº 19 - Impostos, taxas e contribuições.

25.3.2. Investigações em curso

a) Operação Acrônimo

Em relação à Operação Acrônimo, a companhia prestou todas as informações solicitadas pelas Autoridades Públicas e vem acompanhado o Inquérito Policial em curso, não havendo, até o presente momento, nenhuma acusação formal, indiciamento ou denuncia de quaisquer de seus executivos e membros do Conselho. O Departamento de Compliance interno avaliou os fatos e documentos relacionados ao mérito da investigação e concluiu pela incoerência de irregularidades nos atos em que a Companhia está sendo investigada. A despeito de tais conclusões mencionadas acima, a Companhia se dispôs a colaborar tanto com a Polícia Federal, bem como com o Ministério Público Federal, no sentido de esclarecer os fatos e fornecer todas as informações/documentos necessários.

b) Operação Cui Bono

A respeito da Operação Cui Bono, a Companhia também vem colaborando com o Ministério Público Federal e demais Autoridades Públicas Federais, no sentido de averiguar os fatos mencionados no Inquérito Policial que trata do tema, restando por informar que nenhum de seus executivos e membro do Conselho foram indiciados e/ou denunciados pelas Autoridades. No momento, o Departamento de Compliance interno abriu investigação interna, com objetivo de avaliar a existência ou não dos assuntos mencionados na investigação.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que divulga e monitora a aplicação de seu Código de Ética e Conduta, onde manifesta suas orientações de condutas corporativas e deixa claro que não admite a prática de crimes, atos ilegais e ilícitos, de qualquer natureza, por parte de seus executivos, membros dos Conselhos, colaboradores, fornecedores e parceiros.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

Table with columns: Consolidado, Reclassificado, 31/12/16, 31/12/15. Rows include Imposto de Renda, Descrição, IRPJ, CSLL, Saldo em 31 de dezembro de 2015, Tributos diferidos sobre diferenças temporárias, Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias, Outros, Ganho ou perda na conversão, Saldo em 31 de dezembro de 2016.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 5.278.127 representado por 521.300.754 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R\$ 1.050.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria. Com base na NBC TG 08 (Deliberação CVM 649/10) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores imobiliários, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos (R\$ 108.210), através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 milhões ações de emissão da Companhia, conforme nota explicativa nº 24.

No exercício de 2016, a Companhia realizou aumentos de Capital de 553.349 novas ações, no montante total de R\$ 1.449.038, para fazer face ao plano de outorga de opções de ações vigente ("Stock Option"). De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o Capital Social poderá ser composto, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630 milhões de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures convertíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo nº 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração. A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 31.5.

Em 26 de janeiro de 2017 a Marfrig Global Foods comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em razão do vencimento final das debêntures conversíveis em 25 de janeiro de 2017, as 214.955 debêntures foram convertidas em 99.979.068 ações ordinárias, conforme nota explicativa nº 39.

27.2. Reservas de lucros

27.2.1. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente. Nos exercícios de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2016 permaneceu em R\$ 44.476.

27.2.2. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não há programa de recompra de ações em aberto e a Marfrig não adquiriu nenhuma ação.

Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2016, a Marfrig mantinha 1.281 (um mil duzentos e oitenta e uma) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$ 12 mil, o que corresponde ao custo médio por ação de R\$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).

Sumário Caderno Empresarial 2

Table with columns: BALANÇO, MARFRIG GLOBAL FOODS S/A, 2



Volume 127 • Número 46 São Paulo, sexta-feira, 10 de março de 2017

...continuação

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

	Saldo em tesouraria	
	Quantidade de ações	Valor (R\$ mil)
Saldo em 31/12/2015	58.550	554
(-) Alienação - Plano de Opções	(57.269)	(542)
Saldo em 31/12/2016	1.281	12

27.3. Outros resultados abrangentes

27.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa conta são reconhecidos, enquanto não computadas no resultado do exercício, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado sobre os investimentos em controladas detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foram reconhecidos os efeitos de adoção do "deemed cost", operações de proteção à risco de taxa de juros da controladora e reflexo de suas controladas e diferenças cambiais de conversão de operações no exterior.

27.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Nessa conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis intermediárias de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

27.3.3. Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda

Em atendimento à NBC TG 31/R3 (Deliberação CVM 598/09) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia segregou o saldo de outros resultados abrangentes demonstrado em seu patrimônio líquido os valores relativos aos ativos mantidos para venda.

27.4. Dividendos a pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia Controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2016.

27.5. Juros sobre o capital próprio

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

27.6. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiárias da Companhia.

28. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.754.633	3.438.755	14.410.494	13.880.166
Vendas no mercado externo	2.552.772	2.909.452	5.386.739	6.104.138
	6.307.405	6.348.207	19.797.233	19.984.304
Deduções da Receita Bruta	(152.230)	(103.924)	(214.790)	(200.909)
Impostos sobre vendas	(193.926)	(160.871)	(248.990)	(234.033)
Devoluções e abatimentos	(346.156)	(264.795)	(463.780)	(434.942)
Receita operacional líquida	5.961.249	6.083.412	19.333.453	19.549.362

29. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Custos das vendas				
Custos dos estoques	4.659.556	4.677.021	14.735.719	15.108.036
Depreciação	128.302	111.019	342.567	337.918
Amortização	6.947	7.521	87.581	78.588
Salários e benefícios a empregados	278.223	268.018	1.991.506	1.725.394
	5.073.028	5.063.579	17.157.373	17.249.936
Despesas administrativas				
Depreciação	9.242	7.730	13.652	10.845
Amortização	19.169	4.792	20.138	6.568
Salários e benefícios a empregados	50.822	65.527	256.251	251.667
Outros	19.976	(16.715)	157.670	151.238
	99.209	61.334	447.711	420.318
Despesas comerciais				
Depreciação	335	255	831	466
Salários e benefícios a empregados	26.186	27.397	81.355	63.962
Fretes	252.285	209.247	341.137	304.071
Outros	70.040	58.718	176.425	203.162
	348.846	295.617	599.748	571.661

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita Financeira				
Operações de mercado	247.763	100.841	291.983	325.451
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	103.930	42.930	147.030	99.334
Descontos Obtidos, outros	20.274	5.045	44.801	171.428
Total receita financeira	371.967	148.816	483.814	596.213
Variação cambial ativa	1.391.307	1.583.030	1.820.651	2.037.403
Despesa Financeira				
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(1.322.758)	(1.062.341)	(1.222.860)	(1.333.580)
Operações de mercado	(83.110)	(548.949)	(257.517)	(582.602)
Despesas Bancárias, Comissões, Tarifas, Descontos Financeiros e outros	(311.572)	(212.337)	(959.167)	(726.592)
Total despesa financeira	(1.717.440)	(1,823.627)	(2,439.544)	(2,642.774)
Variação cambial passiva	(1,404,020)	(2,278,525)	(1,899,631)	(3,090,269)
Resultado financeiro líquido	(1,358,186)	(2,370,306)	(2,034,710)	(3,099,427)

31. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e *stock option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo). O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê. Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

31.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em *stock option*.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

A movimentação dos programas de opções é demonstrada a seguir:

Pianos	Data de concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/vencidas no período	Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção
Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores				7.201.675	3.335.856			2.215.489	2.265.365	
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/16	02/09/16	250.447	250.447	66.271	23.393	160.783	-	R\$ 4,7680
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/16	02/09/16	1.001.788	1.001.788	66.271	23.393	912.124	-	R\$ 5,0083
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/17	02/09/17	87.380	1.197	-	2.509	35.367	49.504	R\$ 5,0083
				349.520	263.337	29.177	25.211	245.628	49.504	
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/16	02/09/16	624.910	624.910	214.096	22.212	388.602	-	R\$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/17	02/09/17	624.910	3.383	-	4.769	388.602	231.539	R\$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/18	02/09/18	624.910	3.377	-	4.760	388.497	231.653	R\$ 1,9470
				2.499.640	1.256.580	214.096	31.741	1.790.611	463.192	
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/16	02/09/16	395.316	395.316	301.074	39.667	54.575	-	R\$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/17	02/09/17	395.316	-	-	12.036	54.575	328.705	R\$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/18	02/09/18	395.316	-	-	12.036	54.575	328.705	R\$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/19	02/09/19	395.069	-	-	12.036	54.512	328.521	R\$ 2,3720
				1.581.017	395.316	301.074	75.775	218.237	985.931	
ESP X LP 15-16	07/11/16	03/03/17	02/09/17	306.410	-	-	10.252	-	296.158	R\$ 3,0281
ESP X LP 15-16	07/11/16	03/03/18	02/09/18	306.410	-	-	10.252	-	296.158	R\$ 3,0281
ESP X LP 15-16	07/11/16	03/03/19	02/09/19	306.410	-	-	10.252	-	296.158	R\$ 3,0281
ESP X LP 15-16	07/11/16	03/03/20	02/09/20	306.219	-	-	10.238	-	295.981	R\$ 3,0281
				1.225.449	-	-	40.994	-	1.184.455	
Total em	31/12/16			8.427.124	4.686.731	610.618	197.114	4.936.310	2.683.082	
				Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período (R\$ mil)	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período (R\$ mil)	Efeitos no resultado futuro do período em caso de contabilização (R\$ mil)				
ESP VI LP 11-12		24/04/12		n/a	n/a	0,0				
				n/a	n/a	0,0				
ESP VII LP 12-13		05/04/13		n/a	n/a	0,0				
ESP VII LP 12-13		05/04/13		82,7	0,0	79,3				
				82,7	0,0	79,3				
ESP VIII LP 13-14		30/04/14		n/a	n/a	0,0				
ESP VIII LP 13-14		30/04/14		1.085,4	0,0	1.079,7				
ESP VIII LP 13-14		30/04/14		1.118,1	0,0	1.080,2				
				2.203,5	0,0	2.159,9				
ESP IX LP 14-15		24/06/15		n/a	n/a	0,0				
ESP IX LP 14-15		24/06/15		1.402,9	0,0	1.393,1				
ESP IX LP 14-15		24/06/15		1.458,7	0,0	1.393,1				
ESP IX LP 14-15		24/06/15		1.510,8	0,0	1.392,3				
				4.372,4	0,0	4.178,5				
ESP X LP 15-16		07/11/16		1.072,2	0,0	1.060,8				
ESP X LP 15-16		07/11/16		1.137,3	0,0	1.060,8				
ESP X LP 15-16		07/11/16		1.201,6	0,0	1.060,8				
ESP X LP 15-16		07/11/16		1.261,8	0,0	1.060,2				
				4.672,9	0,0	4.242,6				
Total em		31/12/16		11.331,5	0,0	10.660,3				

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
MARFRIG GLOBAL FOODS S/A	2

...continuação

35.5.1.1. Análise de sensibilidade de risco de preços de Commodities

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de commodities são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2016.

Em relação ao risco de preço de commodities, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Tables showing commodity price sensitivity analysis for scenarios: Derivativos Consolidado, Derivativos Farelo Soja, Derivativos Milho, and Derivativos Gado. Each table includes columns for Scenario, MTM, Resultado, and Remoto.

35.5.2. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa T.JLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (London Interbank Offered Rate), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas Controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas Controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentado a seguir:

Table showing interest rate risk exposure for 2016 and 2015, categorized by instrument (Exposição à taxa CDI, NCE/Capital de giro, etc.) and including consolidated MTM and Resultado values.

A Companhia contratou operações de "swap", não especulativas para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

Table detailing swap operations with columns: Instrumento, Registro, Ativo, Passivo, Notional USD, Notional R\$, 31/12/16, 31/12/15, and MTM.

Table detailing swap operations with columns: Instrumento, Registro, Vencimento, Ativo, Passivo, Notional USD, Notional R\$, 31/12/16, 31/12/15, and MTM.

35.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

Tables showing interest rate sensitivity analysis for Swap Taxa Juros Consolidado, Swap Taxa Juros CDI x USD, and Swap Taxa Juros Libor x USD. Includes columns for Scenario, MTM, Resultado, and Remoto.

35.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas Controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 79% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "hedge" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas Controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

Table showing foreign currency risk exposure for 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

(*) referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Table showing foreign currency risk exposure for 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

(*) referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2016 a Companhia contratou NDF (Non-Derivable Forward) e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota explicativa nº 35.5.3, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

35.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2016, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2016 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2016, onde o valor de referência era de R\$/US\$ 3,2591.

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

Table showing foreign exchange risk sensitivity analysis for 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

35.6. Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e Controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas Controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas Controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas Controladas. O principal indicador para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificada, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

Table showing liquidity and capital management metrics for 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre EBITDA (LTM) em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

Table showing leverage ratio metrics for 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

(1) Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem para o propósito específico de avaliação de covenants.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas Controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

Table showing contractual maturities for consolidated 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

35.7. Risco de crédito

A Companhia e as suas Controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas Controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
Equalização dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu rating;

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas Controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

Table showing credit risk exposure for consolidated 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

35.8. Valor justo de instrumentos financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas Controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas Controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

Table showing fair value measurement for consolidated 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

Ativo Circulante

Table showing current assets breakdown for consolidated 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas Controladas.

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor. Lei nº 12.973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Lei nº 11.941/09 que passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e também uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IRLCSLL).

O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como os respectivos declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

Table showing income tax and social contribution reconciliation for consolidated 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

Table showing income tax and social contribution reconciliation for consolidated 2016 and 2015, including consolidated MTM, Resultado, and Remoto values.

(1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a Contribuição Social diferida, apurados sobre: i) os tributos com exigibilidade suspensa (estimativas) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; ii) aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; iii) e prejuízo fiscal/base negativa de CSLL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 26.

(2) Corresponde ao Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados sobre os resultados correntes gerados no exercício e efetivamente pagos/compensados durante o ano e/ou a serem pagos/compensados em anos subsequentes.

(3) A diferença entre os valores dos impostos demonstrados nesta nota e os valores encontrados na Demonstração de Resultado, que é parte integrante destas demonstrações contábeis, refere-se ao imposto apurado na alienação da Moy Park e da MFG Agropecuária (conforme nota explicativa nº 13.3) e ativos da Marfrig Argentina (conforme nota explicativa nº 11).

37. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

37.1. Desempenho Socioambiental

Desde 2013 com a implantação da estratégia FOCAR PARA GANHAR, a Marfrig mantém o contínuo fortalecimento dos pilares estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável da empresa, que permeiam todas as unidades de negócio e são referência para o desenvolvimento de ações locais, as quais, em conjunto promovem e asseguram a sustentabilidade de todo sistema produtivo.

A companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta. Os pilares que compõe a estratégia de Sustentabilidade da Companhia são: (1) Clientes, (2) Fornecedores, (3) Meio Ambiente, (4) Ambiente de Trabalho, (5) Econômico e (6) Social.



Por essa posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, a Companhia assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

Sumário Caderno Empresarial 2

Table listing sections and page numbers: BALANÇO MARFRIG GLOBAL FOODS S/A, 2

No Brasil em 2016 destacamos:

- Pacto Greenpeace:** Compromisso público firmado em outubro de 2009 onde a Marfrig se compromete a não comprar animais oriundos de áreas de desmatamento e/ou em conflitos com Terras Indígenas e/ou Unidades de Conservação, sendo submetido a auditorias anuais por empresa de auditoria independente para comprovar o cumprimento dos requisitos do acordo. Em 2016 a Marfrig mais uma vez obteve um excelente resultado na auditoria realizada no período de 07 a 16 de junho de 2016 referentes às atividades realizadas no ano de 2015. Não foi identificada nenhuma operação de compra de gado da Marfrig que contrariasse o compromisso público assumido pela empresa com a Organização não governamental Greenpeace para a produção responsável no Bioma Amazônia em sua cadeia de fornecimento. A Marfrig foi a única empresa do setor com 100% de aproveitamento pelo 3º ano consecutivo, além disso, também é a única empresa com 100% de mapas georreferenciados de seus fornecedores no Bioma Amazônia.
- Programa Marfrig Club:** A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, que consiste em um programa de boas práticas de produção que orienta os fornecedores a adequar a propriedade aos padrões socioambientais. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de qualquer inconformidade socioambiental, bem como, estimular a evolução das fazendas brasileiras e reconhecer aquelas com as melhores práticas de produção, de gerenciamento do capital humano e dos recursos da natureza, uma vez que o consumidor está cada vez mais exigente quanto a produtos que tenham uma produção sustentável.
- Rainforest Alliance Certified:** Em junho de 2012, a Marfrig se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo da produção de carne bovina com a chancela do IMAFLORA (Instituto de manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo Rainforest Alliance Certified (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig (Tangará da Serra - MT; Pampaeiro (Hulha Negra) e Bagé - RS e Promissão - SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "Selo Verde da Pecuária". Após lançar, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado Rainforest Alliance, o qual atende às redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais elevados padrões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e de bem-estar animal e gestão da produção, em 2016, produtos com esse selo também foram disponibilizados ao consumidor brasileiro.
- The Nature Conservancy (TNC):** Em 2013 foi firmada uma parceria com a ONG TNC, uma das maiores organizações ambientais do mundo, e com o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a preservação do Bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais. Em 2015, avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como promovemos assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem-estar animal. Além dessas ações em campo continuadas em 2016 a carne oriunda do projeto foi apresentada ao mercado em duas lojas do Walmart em Brasília. Esse projeto será um dos destaques no relatório anual global da ONG TNC, que é distribuído para milhares de representantes de empresas, fundações, governos e ONGs em todo o mundo.
- Alianza del Pastizal:** O selo é uma iniciativa da ONG Alianza del Pastizal em parceria com a Marfrig e tem o objetivo de oferecer ao consumidor um produto que reúne qualidade com a conservação de áreas naturais do Bioma Pampa. O mesmo permite aos consumidores identificar e selecionar uma carne produzida de forma alinhada com a conservação do meio ambiente e que preserva importantes superfícies de campos nativos, vegetação original e predominante nos Pampas Sul-americanos. Dentro da estratégia de sustentabilidade da Marfrig, o selo Alianza del Pastizal está de acordo com o nosso compromisso com práticas sustentáveis de produção e também com a qualidade do produto final que, neste caso, é comprovadamente superior pelos níveis de Ômega 3 presentes na carne. O selo é concedido por meio de um processo de avaliação e certificação dos processos produtivos nas propriedades rurais membros da Alianza del Pastizal seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Certificação de Carnes Pastizal (CCCP).
- CDP Forest:** A Marfrig Global Foods recebeu o reconhecimento de liderança na América Latina no Programa Forest do CDP (Carbon Disclosure Program) o qual se refere a gestão da mudança climática, meio ambiente e recursos hídricos na cadeia de valor. Trata-se do reconhecimento do empenho da empresa em reduzir o desmatamento na cadeia de valor, ou seja, reduzir as emissões de CO2 escopo 3. O compromisso assumido pela empresa em 2009 de não adquirir animais de áreas embargadas pelo IBAMA e nosso monitoramento de fornecedores nos garantiu nota A, sendo que scores A representam a liderança no segmento.
- Bem-Estar Animal:** O bem-estar animal é uma preocupação da Marfrig, que há mais de uma década intensifica os trabalhos nessa área por entender que os animais devem ser tratados de forma digna durante todo o ciclo de sua vida. É de nosso interesse implementar e manter os procedimentos, a fim de garantir a qualidade e segurança de nossos produtos e a satisfação de nossos clientes, melhoria contínua em todas as etapas de manejo, buscando na medida do possível, adaptações que prezam também atender as cinco liberdades inerentes aos animais, conforme definido pela FAWC (Farm Animal Welfare Council - Inglaterra).

A Companhia conta com departamento exclusivo que atua intensamente na cadeia produtiva para promover bem-estar e manejo adequado, minimizando sofrimentos desnecessários dos animais. O setor possui um responsável específico (AWO - Officer Welfare Animal) designado para tratar as questões de bem-estar dos animais em cada uma das plantas. A equipe é formada por zootecnistas e médicos veterinários altamente capacitada, atuando com monitoramentos, acompanhamentos da evolução dos índices relacionados ao tema, tomadas de decisão e desenvolvimento de treinamentos.

Pensando na evolução dos trabalhos realizados internamente pela equipe em cada uma das plantas e avaliando a necessidade em levar os resultados ao conhecimento de todas as instâncias, foi criado o Comitê de Bem-estar Animal, buscando assim o desenvolvimento global para o segmento.

Em 2016, novamente todas as unidades de produção no Brasil participaram de campanhas de conscientização em homenagem ao Dia Mundial dos Animais, comemorado todos os anos em 4 de outubro. A iniciativa teve início em 2012 em uma única unidade e ganhou adesão crescente até chegar a este resultado, envolvendo todas as unidades do grupo desde 2010. As atividades envolvem colaboradores de vários setores da indústria, motoristas transportadores de cargas vivas, crianças e adolescentes no Instituto Marfrig e, ainda, jovens aprendizes.

Através do trabalho das equipes, mantivemos todas as habilitações dos clientes mais exigentes em bem-estar animal e entendamos que a busca e a manutenção de procedimentos dignos de tratamento são essenciais para a qualidade e a segurança dos produtos da marca. SÓ assim, é possível obter a satisfação dos clientes e a melhoria contínua em todas as etapas de manejo. Por isso, a Companhia tornou-se referência nos quesitos relacionados a bem-estar animal.

Destques no Uruguai:

- Viva Grass Fed Beef:** Esse é um programa realizado em conjunto com os fornecedores de gado objetivando um produto diferenciado, onde o gado é alimentado a pasto e atendendo a demanda do mercado norte-americano, sem a utilização de antibióticos, hormônios de crescimento e sem alimentação com produtos de origem animal. Com a aprovação pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USA) os produtos são comercializados em grandes redes norte-americanas.

- Carne Orgânica Certificada:** Pelo Programa Carne Orgânica Certificada se oferecem produtos provenientes de animais que cumprem com as normativas de produção orgânica dos EUA (NOP-National Organic Program) e os regulamentos da Europa (Regulamentos CE 834/2007 e 889/2008), bem como cumpre com o acordo de equivalência entre as normas americanas (NOP) e canadenses (COR-Canada Organic Regime).

- Unidade de San José:** Foi finalizada e colocada em funcionamento uma nova Unidade de Tratamento de Efluentes, com um investimento de USD2 milhões. Esta unidade é um exemplo nacional, por ser uma planta que elimina os resíduos de nitrogênio e fósforo. Além disso a planta ainda conta com laboratório próprio para controles de rotina.

- Em 2016 foi desenvolvido trabalho junto aos gestores e transportadores de resíduos da produção (como polietileno, papelão e plástico), para atender ao novo requisito legal de resíduos sólidos, focado na reciclagem de materiais. Além disso, começou também a compostagem do conteúdo ruminal e do lodo para obter um adubo de solo, o qual está sendo distribuído aos produtores da região com muito sucesso. Em algumas plantas também tem se trabalhado a valorização desses produtos como matéria-prima para a produção de tijolos.

- Outro marco em nossa divisão no Uruguai foi a participação no "Programa de Melhoria da Competitividade Industrial e Desempenho Ambiental" nas Indústrias da bacia do Santa Lúcia" impulsionado pelo MIEM (Ministério da Indústria, Energia e Mineração, do Uruguai), com treinamentos aos colaboradores tanto nas plantas como na Universidade de Montevideo, sobre Produção Mais Limp

- no que se refere a contaminação da água no uso industrial.

- Ainda em 2016 foi criado um programa de capacitação ambiental que está sendo implantado nas unidades, com o comprometimento da alta gerencia e contratação de equipe técnica especializada em gestão ambiental.

Os reconhecimentos citados são resultado das diversas iniciativas que a Marfrig Global Foods possui com seus fornecedores visando o estreitamento do relacionamento, qualificação e ampliação da qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

Sendo referência e pioneira em seus segmentos de atuação, a Marfrig tem o princípio de garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, e publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br.

37.2. Responsabilidade Social

Alicerçada em princípios de responsabilidade social, as unidades da Marfrig Global Foods desenvolvem programas relevantes em apoio às comunidades onde atua. Alguns exemplos:

- Campanhas Sociais:**
 - Volta às Aulas: voltada para a arrecadação de materiais escolares;
 - Agasalho: voltada para a arrecadação de agasalho;
 - Arrecadação de Alimentos;
 - Datas Comemorativas do Calendário;
 - Novembro Azul: campanha de conscientização, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata;
 - Outubro Rosa: campanha de conscientização com o objetivo principal alertar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;
 - Contra a Discriminação.

- Projetos:** Realizados desde 2012 e vem se fortalecendo a cada ano;
 - Menor Aprendiz: com início em 2012, o projeto consiste em fortalecer o aprendizado e dar emprego a jovens com idade entre 16 e 18 anos;
 - Pessoas com Deficiência: com início em 2012, o projeto consiste em dar o emprego e acompanhamento de inserção social e profissional;
 - Gestantes: é feito o acompanhamento das gestantes, com encontros mensais com temas sobre gestação, saúde da mãe e do filho, parto, amamentação, etc., e também garantimos a alimentação das mesmas a cada 3 horas.

- Certificações:** SA8000, OHSAS18001 e ISO14001 em 10 unidades, BRC e HACCP em 12 unidades e IFS em 1.
 - Permanecemos avaliando 100% da cadeia de fornecedores quanto aspectos sociais, ambientais, saúde e segurança, qualidade do produto e permanecemos atendendo o Código de Conduta de Clientes com resultados médicos através de auditorias de terceira parte.

- KEYSTAR:** criado em 2008, o programa que equilibra a gestão ambiental, a responsabilidade social e o crescimento rentável para ter uma operação sustentável nas comunidades globais e locais onde a Keystone faz negócios. Em junho de 2015 foi lançado o programa global filantrópico Keystone Cares, estruturado para focar e ampliar as contribuições da companhia nas seguintes áreas: Nutrição da População, suporte à comunidade local e atenuação do Impacto de desastres ambientais. Para mais informações, acesse: <http://www.keystonefoods.com/corporate-social-responsibility/keystar>.

38. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detêm a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A. Em 28 de setembro foi implementado o fechamento dessa operação, conforme fato relevante publicado nessa mesma data.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade MF Foods USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

No dia 29 de dezembro de 2015 a Companhia deliberou sobre disponibilização para venda da empresa MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

O segmento Moy Park e as empresas do segmento Marfrig Beef não eram anteriormente classificados como uma operação descontinuada ou como mantido para venda e em atendimento a NBC TG 31 (R3), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são resumidos a seguir:

		Consolidado	
		31/12/2016 (*)	31/12/2015 (*)
Receita Líquida		56.356	5.610.843
Custo dos produtos vendidos		(53.337)	(5.070.537)
Lucro Bruto		3.019	540.306
Receitas (despesas) operacionais e financeiras		85.698	772.522
Resultado operacional		88.717	1.312.828
Imposto de Renda e Contribuição Social		(41.461)	(474.733)
Resultado das operação descontinuadas		47.256	838.095
Participação dos acionistas não-controladores		(29)	-
Resultado líquido das operações descontinuadas		47.227	838.095
Fluxo de caixa das operações descontinuadas			
		Consolidado	
		31/12/2016 (*)	31/12/2015 (*)
Resultado do período		47.227	838.095
Itens que não afetam o caixa		(45.101)	(476.508)
Provenientes das mutações patrimoniais		(1.963)	(332.964)
Utilizado nas atividades de investimento		54.290	4.541.733
Utilizado nas atividades de financiamento		(71)	408.761
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa		-	112.775
Caixa das operações		14.099	(744.752)
Operações descontinuadas líquido de caixa		68.481	4.347.139

(*) contempla as operações do segmento Moy Park e Marfrig Beef.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a utilização de reserva de capital disponível para a aquisição, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 9.456.917 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.

Em 17 de janeiro de 2017 houve o aumento de participação relevante dos seus controladores, a MMS Participações Ltda., o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, que em conjunto passaram a deter diretamente 209.703.592 ações ordinárias, o que representa participação de 40,23% do total de ações do capital social da Companhia na mesma data.

Em 26 de janeiro de 2017 a Marfrig Global Foods comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em razão do vencimento final das debêntures conversíveis em 25 de janeiro de 2017, as 214.955 debêntures foram convertidas em 99.979.068 ações ordinárias. Nesta data, foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.149.549.962, dentro do capital autorizado, em razão da conversão obrigatória das Debêntures, conforme indicado acima. As ações foram depositadas junto à instituição escrituradora para entrega aos debenturistas em até 6 dias úteis a contar da data da conversão. Neste mesmo prazo, foi creditado aos titulares das Debêntures o respectivo montante, em moeda corrente nacional, correspondente às frações de ações decorrentes da conversão das Debêntures calculado na forma da Escritura de Emissão, sendo que o preço por ação a ser considerado para pagamento das frações foi de R\$ 21,50. As Ações têm as mesmas características e condições e gozarão de todos os direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia e, inclusive, participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do aumento de capital.

Em 02 de fevereiro de 2017, a Companhia comunicou que recebeu correspondência da BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), na qualidade de acionista da Marfrig, informando sobre o aumento de participação acionária relevante na Companhia. A Companhia informa que, em função da conversão mandatária das debêntures emitidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, a BNDESPAR passou a deter posição acionária de 32,54% no capital da Marfrig, com a titularidade de 202.152.194 ações do total de 621.279.822 ações ordinárias do capital social da Companhia na mesma data, nos termos da Escritura de Emissão. Destaca-se ainda que, na referida data, a BNDESPAR é signatária de Acionistas da Companhia, celebrado em 5 de agosto de 2010. A participação acima não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Marfrig Global Foods S.A.

Em 03 de fevereiro de 2017, a Marfrig Global Foods informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir de 06 de fevereiro de 2017, os serviços de Formador de Mercado das ações ordinárias deixaram de ser prestados pela BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e passaram a ser prestados pela CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. O contrato com o Credit Suisse tem validade de 12 meses, prorrogável automaticamente por iguais períodos caso não haja manifestação contrária de qualquer das partes. Com o objetivo de fomentar a liquidez das ações de emissão da Marfrig no âmbito da BM&FBovespa, o Formador de Mercado é que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua, garantindo uma liquidez mínima e uma referência de preço para a ação, respeitando um spread pré-estabelecido. A Companhia informa ainda que se encontram em circulação no mercado 621.279.822 ações ordinárias e que seus acionistas controladores não celebraram com o Formador de Mercado qualquer contrato regulando o exercício do direito de voto e/ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Conselho de Administração	
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS	- Presidente do Conselho
MARCIA A. P. MARÇAL DOS SANTOS	- Conselheira
RODRIGO MARÇAL FILHO	- Conselheiro
ALAIN EMILIE HENRY MARTINET	- Conselheiro
DAVID G. MCDONALD	- Conselheiro Independente
ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO	- Conselheiro Independente
ROBERTO FALDINI	- Conselheiro Independente
CARLOS GERALDO LANGONI	- Conselheiro Independente
MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA	- Conselheiro Independente

Conselho Fiscal	
AXEL ERHARD BROD	- Conselheiro Efetivo
EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI	- Conselheiro Efetivo
CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ	- Conselheiro Efetivo
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER	- Conselheiro Suplente
ELY CARLOS PEREZ	- Conselheiro Suplente
ROBERTO PEROZZI	- Conselheiro Suplente

Diretoria	
MARTIN SECCO ARIAS	- Diretor Presidente
JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA MIRON	- Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
HERALDO GERES	- Diretor Jurídico
TANG DAVID	- Diretor sem Designação Específica
RODRIGO MARÇAL FILHO	- Diretor sem Designação Específica

Rogerio de Moraes Freitas	
Contador – CRC nº 1SP226572/O-0	

Ata de Reunião do Comitê de Auditoria realizada em 22 de fevereiro de 2017 - Parecer do Comitê de Auditoria

Local, hora e data: Em 22 de fevereiro de 2017, às 8h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º Andar, Sala 301, CEP 05319-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Convocação e Presenças: Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, sendo, Srs. Marcelo Maia de Azevedo Correa (Coordenador), Antonio dos Santos Maciel Neto e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos.

Composição da Mesa: **Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Correa. **Secretário:** Heraldo Geres. **Ordem do dia:** Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os membros do Comitê de Auditoria examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e, considerando o parecer da BDO RCS Auditores Independentes, **OPINAM** que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada.

Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes			
Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.			
São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.			
Martin Secco Arias Diretor Presidente	José Eduardo de Oliveira Miron Diretor Administrativo e Financeiro e DRI	Heraldo Geres Diretor Jurídico	Rodrigo Marçal Filho Diretor
			Tang David Diretor

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O Conselho Fiscal ao longo do exercício: acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia mediante entrevistas e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis e patrimoniais relevantes, em sessões com representantes da Administração da Companhia e com os auditores independentes; acompanhou e discutiu com a Administração da Companhia as questões relevantes de gestão e desempenho dos negócios; indagou a Administração sobre o acompanhamento dos riscos; apreciou as divulgações aos acionistas, inclusive os informes trimestrais; indagou a Administração e à auditoria independente quanto a efetividade dos controles internos implantados e gerenciados pela Administração; visitou a unidade de Itepeva/SP, bem como as operações na Malásia, Tailândia e China; discutiu com as áreas técnicas da Companhia e da auditoria independente as premissas e os cálculos relativos às avaliações de recuperabilidade de ativos (*impairment*) e de realização de créditos fiscais diferidos. **CONCLUSÃO:** Com base nesses trabalhos e evidências e à vista do Relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, os conselheiros fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.			
Axel Erhard Brod Presidente	Eduardo Augusto Rocha Pocetti Membro Efetivo	Carlos Roberto de Albuquerque Sá Membro Efetivo	



Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
MARFRIG GLOBAL FOODS S/A	2



Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Volume 127 • Número 46 Página 15
São Paulo, sexta-feira, 10 de março de 2017

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Marfrig Global Foods S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Marfrig Global Foods S.A.** ("Companhia" ou "Controladora"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Marfrig Global Foods S.A.**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve o uso de diferentes sistemas de faturamento e em diversas localidades, devido a capilaridade de negócios mantidos pela Companhia e suas controladas, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos e em diversos países, com variações de preços durante o ano que derivam dos diferentes planos e ações de marketing, em cada uma das suas unidades de negócio. Detalhes sobre a política contábil relativa ao reconhecimento de receita estão descritos na nota explicativa "3.1.1. Apuração de resultado".

Resposta da auditoria ao assunto

- Avaliação dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação utilizadas pela Companhia e suas controladas;
- Teste sobre as receitas de vendas de produtos, mercado interno e externo, por meio de amostragem, tendo como objetivo: (i) examinar as faturas comerciais de venda de produtos; (ii) examinar as respectivas liquidações financeiras por parte desses clientes; (iii) entender e testar os lançamentos manuais realizados em todas as contas contábeis de receita, quando relevantes; (iv) examinar as faturas comerciais emitidas em transações de partes relacionadas e sua eliminação no processo de consolidação;
- Avaliação das premissas utilizadas pela Administração e se as políticas de reconhecimento de receita adotadas estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*).

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme Nota Explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas possuem registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos montantes de R\$ 1.944.363 e R\$ 2.135.395, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, baseado no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado dos lucros tributáveis futuros, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os lucros futuros da Companhia, de forma que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

- Indagação sobre as previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios;
- Indagação sobre as principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação às taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais e a taxa de desconto;
- Avaliação da razoabilidade do custo de capital utilizado nas projeções;
- Avaliação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em perda por recuperabilidade desse ativo.

Avaliação de perda por impairment de intangíveis e ágios

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia e suas controladas possuem registrados ágios e ativos intangíveis nos montantes de R\$ 1.372.356 e R\$ 2.815.130, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, referentes, substancialmente, às aquisições de empresas em anos anteriores. A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

- Avaliação e questionamentos das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios;
- Teste do valor em uso, o que envolve questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação às taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia;
- Análise da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* desses ativos, bem como consideração da probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas e critérios considerados.

Realização dos créditos tributários federais e estaduais

Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia e suas controladas possuem registrados créditos tributários federais e estaduais nos montantes de R\$ 2.760.578 e R\$ 2.963.988, respectivamente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2016. O acúmulo de créditos tributários na indústria frigorífica é inerente ao negócio, devido aos incentivos fiscais concedidos pela legislação brasileira aos exportadores. A Administração avalia o risco de *impairment* desses ativos, quando a probabilidade de aproveitamento destes créditos tributários é remota, considerando as seguintes alternativas legais: (i) compensações com outros tributos estaduais e federais, de acordo com a legislação tributária vigente; (ii) pagamentos a fornecedores; (iii) aquisição de equipamentos, insumos e consumos, por meio de negociação junto aos fornecedores; (iv) pedido de aprovação e ressarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários.

Resposta da auditoria ao assunto

- Análise da existência de indeferimento de créditos tributários tomados durante o exercício;
- Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os pedidos de ressarcimento de créditos tributários em andamento;
- Análise, por amostragem, das aquisições de insumos, equipamentos e pagamentos de fornecedores durante o exercício social;
- Análise, por amostragem, da compensação dos créditos tributários federais e estaduais com débitos tributários da mesma natureza, bem como avaliação, por amostragem, dos pedidos de ressarcimento realizados durante o exercício social.

Provisões fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis

Conforme Nota Explicativa nº 25, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária e fiscais, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui assuntos de natureza fiscal em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 1.416.072, sendo que R\$ 1.758 estão provisionados, referentes a processos com probabilidade de perda provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas. Considerando a relevância dos valores envolvidos e julgamento crítico em relação à probabilidade de êxito nas discussões judiciais, qualquer mudança no ambiente regulatório, de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

- Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos fiscais em andamento;
- Avaliação de valores e probabilidade de perda e, para determinados processos fiscais, obtenção de opinião de especialistas tributários sobre a razoabilidade dos prognósticos dos assessores jurídicos e avaliação dos argumentos e/ou teses de defesa.

Investigações judiciais ligadas a corrupção e fraude

Conforme Nota Explicativa nº 25.3.2, a Companhia foi citada em investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, cujas naturezas das citações estão relacionadas, substancialmente, ao favorecimento ilícito da Companhia na obtenção de empréstimos e financiamentos junto a determinado banco público federal, com o suposto pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos. O favorecimento de forma ilícita na captação de empréstimos e financiamentos, com banco público federal, está em desacordo com diversas esferas da legislação brasileira e internacional e é passível de restrições criminais, punições com multas, contingências e restrições futuras à Companhia e seus membros da Administração em exercer sua atividade no mercado de capitais no Brasil. A Administração da Companhia, por meio da sua área de *compliance*, está contribuindo com as investigações e disponibilizou acesso e a entrega das informações solicitadas pelas autoridades.

Resposta da auditoria ao assunto

- Levantamento dos procedimentos em andamento e a obtenção de uma carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para esses assuntos;
- Análise dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto a determinado banco público federal nos períodos mencionados nas investigações judiciais, atentando-se as condições, taxas e prazo são compatíveis com as condições oferecidas pelos bancos privados e pelo mercado;
- Teste documental, com base em amostragem, para avaliar a existência de pagamentos feitos às empresas e/ou pessoas citadas nas investigações que a Companhia está envolvida.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Marfrig Global Foods S.A.**, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **Marfrig Global Foods S.A.** Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1SP-109628/O-0

www.marfrig.com.br

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
MARFRIG GLOBAL FOODS S/A 2

Certificação Digital.
Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.



IMAGENS ILUSTRATIVAS